NATALIA CRISTINA IHA

IMIGRANTES INTERNACIONAIS DO SÉCULO XXI:

A BUSCA DA CIDADANIA NA ILHA DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - SC

2008

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC

CENTRO DE CIENCIAS DA EDUCAÇÃO – CCE/FAED

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

NATÁLIA CRISTINA IHÁ

IMIGRANTES INTERNACIONAIS DO SÉCULO XXI:

A BUSCA DA CIDADANIA NA ILHA DE SANTA CATARINA

Dissertação em Planejamento Territorial apresentada apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC como requisito para a obtenção de título de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento sócio-ambiental.

Orientadora: Profª. Drª. Gláucia de Oliveira Assis.

FLORIANÓPOLIS, SC.

2008

NATÁLIA CRISTINA IHÁ

IMIGRANTES INTERNACIONAIS DO SÉCULO XXI: A BUSCA DA CIDADANIA NA ILHA DE SANTA CATARINA

Dissertação aprovada como requisito para a obtenção de título de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio-ambiental da Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC.

Banca examinadora

Orientador: _____
Profª. Drª. Gláucia de Oliveira Assis
Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC.

Membro:_____
Profª. Drª. Isa de Oliveira Rocha
Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC

Membro: _____
Profª. Drª. Rosana Aparecida Baeninger
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Suplente: _____
Profª Drª Carmem Suzana Tornquist
Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC

FLORIANÓPOLIS, 02 DE DEZEMBRO DE 2008.

Dedico este trabalho a todos os imigrantes que como guerreiros lutam pela cidadania universal e representam com dignidade o desenvolvimento da raça humana**.**

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é o resultado da perseverança e afinco que dediquei a esta pesquisa, procurando crescer como ser humano, me desenvolvendo academicamente e contribuindo com a sociedade por meio de meus estudos para tentar, de alguma forma, possibilitar maior entendimento das pessoas acerca das dificuldades enfrentadas pelos imigrantes, além de esperar contribuir com minhas observações e análises para um olhar mais apurado dos poderes públicos em direção a essa população vulnerabilizada por sua invisibilidade.

Entretanto, essa pesquisa só foi possível graças à colaboração e trabalho conjunto desenvolvido com a Pastoral dos Migrantes de Florianópolis, por meio das ações eficazes e incansáveis do Padre João Corso em favor dos imigrantes necessitados que o procuram em busca de acolhida. Ao Padre João, o meu muito obrigada, por sua compreensão em razão de minhas limitações e ausências e por sua fé que reforçou a cada dia minhas convicções em busca da verdade.

Aos meus amigos e *hermanos* que encontrei pelo caminho e que, com sua simplicidade e singeleza se mostraram sempre dispostos a ajudar e a encontrar novos companheiros, para que todos juntos pudéssemos realizar um bom trabalho, tanto de pesquisa, quanto de comunhão e assistência aos mais necessitados.

Aos meus amores, Frank, Bruno e Tayná que sempre me apoiaram na jornada pessoal que escolhi pra mim e que muitas vezes não os incluía no trajeto.

Aos meus pais, Ubirajara e Natalia que contribuíram para que eu seja quem sou e que riram e choraram junto comigo diante das conquistas acadêmicas tardias, mas essenciais à minha formação pessoal.

À minha sogra Nair, que como uma mãe soube escutar minhas reclamações e minimizar meu cansaço com palavras de encorajamento.

Aos meus irmãos, cunhadas e sobrinhos que me alegraram nos dias de folga.

Agradeço ao incentivo inicial dos meus amigos fraternos Jordan e Marta Wallauer que souberam me incentivar a seguir adiante sem esmorecer.

Às minhas amigas, sempre presentes Márcia, Grace, Greice, Rejane e outras que se perderam nesse instante nas ondas da memória, minha eterna gratidão por partilharem minhas angustias e lamentos, mas também minhas glórias e entusiasmos.

O meu muito obrigado aos professores que me orientaram durante a jornada do mestrado e aos meus colegas de batalha que partilharam comigo suas idéias e conhecimentos, enriquecendo ainda mais o meu saber.

Gostaria de fazer uma referência especial à professora Carmem Suzana que procurou me orientar e apontar alguns caminhos no meu trabalho que contribuíram bastante para o resultado final.

Agradeço acima de tudo à minha orientadora e amiga Gláucia que com sua solidariedade compartilhou de sua sabedoria e contribuiu para que, não apenas esta pesquisa, mas essa pesquisadora se transformasse no sentido de atingir os objetivos pretendidos.

Gostaria de agradecer à infinita Luz De Sabedoria que me iluminou nessa jornada e me impulsionou dia-a-dia pelos caminhos certos para que eu compreendesse os descaminhos da vida e valorizasse a vida maravilhosa que Deus me deu.

RESUMO

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa de mestrado que analisa a imigração internacional na capital de Santa Catarina no séc. XXI, mais precisamente a presença de imigrantes latino-americanos contemporâneos na capital catarinense. O objetivo deste estudo é compreender quem são esses imigrantes e como acontece a sua inserção na sociedade florianopolitana. O trabalho de campo foi realizado a partir dos contatos com o Serviço Pastoral do Migrante - SPM e contemplou, sobretudo, imigrantes indocumentados que buscaram a PASTORAL, seja para auxílio da Instituição na sua efetiva regularização migratória ou simplesmente com o propósito de maior integração com a sociedade nativa. Para que esse novo fluxo migratório pudesse ser vislumbrado, senão em sua totalidade, mas em suas singularidades, tal fenômeno foi contemplado segundo suas características, coetâneas aos imigrantes internacionais contemporâneos. Este estudo apontou para uma imigração regional consolidada pelo MERCOSUL e diferenciada por acontecer numa capital turística, caracterizada por sua grande mobilidade humana.

PALAVRAS-CHAVE: Imigração internacional; cidadania; capital de Santa Catarina; indocumentados.

ABSTRACT

This paperwork concerns a masters research, which analyzes international immigration in Santa Catarina in the 21st century. More precisely the presence of Latin-American immigrants in the capital of the State of Santa Catarina. The main objective of this study is to understand who are these immigrants and how their integration happends in the society. The fieldwork was performed from contacts with Pastoral Service of the Migrant (SPM) and included, particularly, undocumented immigrants that seeks Pastoral for aid of the institution in its effective regularization or simply for greater integration with the society. For understand, singularly, this new migratory flow, the phenomenon was contemplated in agreement with their characteristics acordingly contemporary international immigrants. This study it pointed in direction to the regional immigration consolidated by the MERCOSUL and differentiated by happening in a main tourist city, characterized for its great mobility human.

KEY-WORDS: international immigration; citizenship; Main city of Santa Catarina; undocumented immigrants.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização de Florianópolis.....17

Figura 2 - Evolução da população imigrante regularizada – 1991/2006.....26

Figura 3 – Imagens do verão em Canasvieiras.....36

Figura 4 – Foto de Imigrante uruguaia no Sul da Ilha.....106

Figura 5 – Foto dos Agentes da Pastoral na Missa dos Migrantes.....106

Figura 6 – Distribuição dos imigrantes conforme o Sexo.....114

Figura 7 - Faixa etária dos imigrantes entrevistados.....116

Figura 8 - Estado civil dos imigrantes de acordo com a faixa etária.....116

Figura 9- Acompanhante na trajetória migratória.....117

Figura 10 - Nacionalidade do grupo analisado.....118

Figura 11 - Status Migratório.....120

Figura 12 - Motivos da Migração.....121

Figura 13 – Sexo X escolaridade.....122

Figura 14 - Dificuldades encontradas pelos imigrantes em Florianópolis.....123

Figura 15 - Ocupação do Imigrante.....125

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População Residente Do Aglomerado Urbano De Florianópolis, 1970 A 2007.....16

Tabela 2 - Crescimento da População Imigrante.....27

Tabela 3 - Faixa etária dos imigrantes entrevistados.....115

Tabela 4 – Acompanhante na trajetória migratória.....117

Tabela 5 – Nacionalidade do grupo analisado.....118

Tabela 6 – Status Migratório.....120

Tabela 7 - Motivos da Migração.....121

Tabela 8 – Sexo X Escolaridade.....122

Tabela 9 – Dificuldades encontradas pelos imigrantes em Florianópolis.....124

Tabela 10- Futuro destino.....126

LISTA DE ABREVIATURAS

CGIg - Coordenação-Geral de Imigração

CNI – Conselho Nacional de Imigração.

CNIg - Conselho Nacional de Imigração expandido.

EUA – Estados Unidos Da América.

IBGE – Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística.

IDH – Índice de desenvolvimento Humano.

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul.

TEM - Ministério do Trabalho e do Emprego.

ONU – Organização das Nações Unidas.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

SANTUR - Santa Catarina Turismo S/A.

SETUR - Secretaria de Turismo de Florianópolis.

SINCRE/MJ – Sistema Nacional de Cadastramento e Registro de Estrangeiros.

SPM – Serviço Pastoral do Migrante.

SRT - Secretaria de Relações do Trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....15

METODOLOGIA.....20

1. IMIGRANTES INTERNACIONAIS EM FLORIANÓPOLIS.....26

1.1. FLORIANÓPOLIS: TURISMO E IMIGRAÇÃO.....34
1.2. CAPITAL TURÍSTICA: POLÍTICA NACIONAL DE TURISMO.....37

2. MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES 42

2.1 O IMIGRANTE CONTEMPORÂNEO.....52
2.2. OS NOVOS IMIGRANTES PARA O BRASIL.....56
2.3 MERCOSUL X AMÉRICA LATINA E AS IMIGRAÇÕES INTERNACIONAIS....68
2.4 SER ESTRANGEIRO NO BRASIL.....76

3. SANTA CATARINA NO CONTEXTO DAS MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS.....86

3.1 FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL CATARINENSE.....86

3.2 A CONTRIBUIÇÃO DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS PARA FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DE FLORIANÓPOLIS.....92
3.2.1 Os alemães na Ilha.....93
3.2.2. A Chegada dos italianos.....95
3.2.3. Os mascates sírios e libaneses.....96
3.2.4 A contribuição grega.....98
3.3 AS TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS NO LITORAL CATARINENSE E NA ILHA DE SANTA CATARINA.....99

4. OS NOVOS IMIGRANTES NA ILHA DE SANTA CATARINA.....106

4.1. A BUSCA PELA CIDADANIA E A VULNERABILIDADE SOCIAL DO IMIGRANTE 107
4.2. TURISTAS OU IMIGRANTES: A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA IDENTIDADE.....113
4.3. PERFIL DOS NOVOS IMIGRANTES EM FLORIANÓPOLIS.....114
4.4. IMIGRAÇÃO E VULNERABILIDADE EMOCIONAL: UMA QUESTÃO DE GÊNERO.....128
4.5. DOCUMENTOS SIM, CIDADANIA NÃO.....132

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....136

REFERÊNCIAS.....142

ANEXOS.....159

INTRODUÇÃO

Quando pessoas partem para buscar a vida em outro lugar, longe da sua pátria mãe, sempre que se chegam ao destino pretendido, sua condição de indivíduos de outra nacionalidade ou "não nacionais" passa a ser categorizada também e principalmente como "estrangeiro", pelo país receptor. No caso específico de Florianópolis, esta situação adquire contornos muito particulares, pois os imigrantes recém chegados assim que deixam de ser vistos como turistas passam a ser considerados como "os de fora" [1]. É desta particularidade que trataremos este trabalho.

Assim, a cidade inicialmente trata muito bem seus imigrantes internacionais, visto que são percebidos como turistas. Já os imigrantes nacionais, mesmo que sejam turistas, nem sempre são bem recebidos por toda a sociedade, que muitas vezes os vêem como possíveis invasores. Isso por causa do crescimento exacerbado da população migrante na Ilha, agora não só constituída massivamente por catarinenses do êxodo rural do oeste do Estado, mas formada por um conjunto de pessoas vindas em maior número dos Estados vizinhos (Paraná e Rio Grande do Sul), e em menor número provenientes de um novo fluxo originado nas grandes capitais (São Paulo e Rio de Janeiro) em busca de cidades médias com certa infra-estrutura e longe da violência e do trânsito caótico das metrópoles (FANTIN, 2000).

Esse crescimento populacional das últimas décadas, entretanto, não trouxe em seu bojo o mesmo desenvolvimento na infra-estrutura básica da cidade, a qual se encontra deficitária em questões como saneamento básico, educação e saúde pública. Por este motivo, muitos conflitos se desenvolvem na capital, resultantes deste processo de constante transformação e expansão do espaço urbano de Florianópolis.

De acordo com a tabela abaixo, é possível compreender como Florianópolis cresceu demograficamente e tem seguido a tendência mundial de urbanização e metropolização, expandindo sua urbanidade para os municípios limítrofes, representados aqui por São José, Palhoça e Biguaçu, os quais apresentaram um crescimento populacional superior ao da capital. Conforme Baeninger, a expansão urbana e, por que não, metropolização da capital catarinense, vem seguindo um caminho de duas vertentes. Por um lado cresce tanto quanto as

[1] Termo usado por Márcia Fantin em sua análise sócio-cultural de Florianópolis. Ver Fantin, 2000.

outras cidades médias do Brasil vêem crescendo, recebendo população tanto do interior como de cidades maiores, no caso de Florianópolis, com maior fluxo de Porto Alegre, seguido de Curitiba e São Paulo. Por outro, perde população significativa para os municípios vizinhos, acirrando assim o fenômeno da conurbação e mantendo, além disso, elevado grau de mobilidade humana no interior da Grande Florianópolis (BAENINGER, 2007).

Tabela 1. População Residente Do Aglomerado Urbano De Florianópolis, 1970 A 2007.

Ano	**Florianópolis**	**Biguaçu**	**Antonio Carlos**	**Palhoça**	**São José**	**Santo Amaro da Imperatriz**	**Total**
1970*	138.337	15.337	5.624	20.652	42.535	10.362	232.850
1980*	187.871	21.434	5.417	38.031	87.817	11.316	351.886
1991*	254.941	34.027	5.270	68.298	139.318	13.391	515.245
2000	342.315	48.077	6.434	102.742	173.230	15.708	688.506
2007∞	396.723	53.444	7.087	122.471	196.887	17.602	778.372

Fonte: Fundação IBGE - *Censo Demográfico de SC, 1991 Anuário Estatístico de SC – 1995 Contagem IBGE ∞População estimada em 14.11.2007

Florianópolis é a capital do Estado de Santa Catarina, que está localizado na região Sul do Brasil, bem no centro geográfico das regiões de maior desempenho econômico do país, Sul e Sudeste, e em uma posição estratégica no MERCOSUL. O estado faz fronteira com a Argentina na região Oeste. Sua posição no mapa situa-se entre os paralelos 25º57'18" e 29º21'07" S e entre os meridianos 48º19'35" e 53º50'12" O. Compreende uma área de 95.442,9 km², que corresponde a 16,5% da área da Região sul e a 1,1% da área do Brasil (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE SANTA CATARINA, 2001).

A localização geográfica da Ilha de Santa Catarina está em 27° 35’ 36’’ S e 48° 35’ 56’’ O. Sua extensão de terras se dá na direção NE/SW e possui uma área aproximada de 423 km ². A população atual é de aproximadamente 396.723 hab. na capital, mas aumenta para 778.372 hab. quando observada a população da região metropolitana ou Grande Florianópolis (IBGE, 1995).

As características naturais da Ilha são definidas por inúmeras praias (mais de 40), delimitadas por costões, promontórios, restingas, manguezais e dunas. Seu relevo contínuo é caracterizado pela associação de dois maciços montanhosos e planícies costeiras. Esses maciços atravessam a Ilha formando uma dorsal central orientada no sentido N-NE/S-SW, cuja altitude máxima atinge os 542 m, que atuando como um divisor de águas ramifica-se lateralmente em esporões que se prolongam submersos e emergem formando ilhas costeiras.

Figura 1 – Localização de Florianópolis

Fonte: IBGE – Mapas interativos e Expedia – Maps.

A cidade de Florianópolis alia seu patrimônio ambiental e sua dimensão humana à função de capital do Estado. Estas combinações de fatores lhe conferem características de cidade de porte médio e ao mesmo tempo de um centro cosmopolita, aberto a todas as novidades que chegam pelas mãos dos visitantes, turistas e novos moradores que chegam todos os dias e encontram paz e tranqüilidade. Essa dimensão multifacetada da cidade aliada a fatores de desenvolvimento proporcionou-lhe recentemente o titulo de melhor qualidade de vida do Brasil[2], utilizado principalmente como estratégia do poder publico para atrair maiores investimentos e mais turistas para a cidade.

Essa dinâmica peculiar cria um equilíbrio delicado na cidade, onde a busca pela melhor qualidade de vida aliada à crescente demanda turística amplia cada vez mais os estados de vulnerabilidade, sejam elas sócio-demográficas ou ambientais[3]. Além disso, com relação à população, abre-se um leque maior de possibilidades quanto às origens dos fluxos migratórios, não apenas no âmbito regional ou nacional, mas também internacional.

A partir deste cenário, com a vivência e oportunidades em participar não apenas do cotidiano da cidade, em suas mais diversas formas, mas também do dia-a-dia de um grupo específico de novos moradores da capital, qual sejam, imigrantes internacionais, em sua maioria, latino-americanos que optaram em viver na Ilha (SINCRE/MJ e SPM); a presente pesquisadora inquietou-se ao mesmo tempo com a situação dessas pessoas e com a resposta que a cidade lhes dava, em contrapartida à posição política de *Capital Turística do MERCOSUL*.

Diante disso, decidiu pesquisar quem eram esses turistas que viviam aqui o ano todo, não apenas no verão? Como viviam essas pessoas, quais eram seus sonhos e perspectivas, por que escolheram viver em Florianópolis, qual o motivo da migração e como a cidade os tratava ao perceber que não eram mais turistas e sim novos moradores?

O presente trabalho procurou analisar essas questões com base em dados coletados, entrevistas realizadas e a partir da vivência com o grupo estudado.

A metodologia vem inserida na introdução, em seguida se inicia o primeiro capítulo sob o título “Imigrantes internacionais em Florianópolis”, onde a problemática da pesquisa é

---

[2] Conforme o Atlas de Desenvolvimento Humano. Ver: http://www.pnud.org.br/rdh/

[3] Sobre vulnerabilidade ver HOGAN e MARANDOLA JR., 2006.

explicada, assim como alguns dados que levaram ao estudo; no ponto seguinte se analisa a relação da cidade com o turismo e como se deu a transformação de um bairro, antes destinado a veranistas e depois ocupado por turistas argentinos, em espaço étnico na Ilha; na terceira parte a autora ressalta a importância da política nacional do turismo e o título cunhado à capital.

No segundo capítulo são abordadas inicialmente as teorias migratórias; como primeiro sub capítulo a autora analisa o imigrante contemporâneo de forma geral, particularizando no ponto seguinte, ao abordar a América Latina e as migrações internacionais no contexto do MERCOSUL. Seguindo em diante, o ponto terceiro aborda a imigração de latino-americanos para o Brasil e no quarto analisa o que é ser imigrante no Brasil, diante do Estatuto do Estrangeiro e suas resoluções posteriores.

No terceiro capítulo a autora faz um resgate histórico das imigrações contemporâneas em Santa Catarina, ressaltando no primeiro subtítulo a formação sócio-espacial catarinense. Na parte seguinte é analisada a contribuição de vários fluxos migratórios para a formação social da capital catarinense, pormenorizando cada grupo étnico em tópicos individuais; finalizando o capítulo, a terceira parte ressalta as transformações espaciais no litoral do Estado, resultante das migrações anteriores.

No quarto capítulo são apresentados os novos imigrantes da Ilha de Santa Catarina e os resultados da pesquisa. Nesse capítulo, o ponto inicial trabalha com a busca pela cidadania e a vulnerabilidade social do imigrante; em seguida se apresenta o dilema vivido pelo grupo que é estar sempre numa condição entre imigrante e turista; no terceiro ponto é apresentado o perfil dos novos imigrantes; com a quarta parte abarcando a relação entre a imigração e a vulnerabilidade emocional e por fim, o título encerra a questão: “Documentos sim, cidadania não”.

O estudo é finalizado com algumas considerações finais aonde a imigração contemporânea para Florianópolis é sintetizada como um processo inserido no contexto atual das migrações internacionais, mas com o diferencial que lhe cabe, por acontecer numa capital turística inserida no MERCOSUL.

METODOLOGIA

Para realizar os estudos necessários ao processo de análise dos imigrantes que vivem em Florianópolis no século XXI, esta pesquisa contou com a colaboração imprescindível da Pastoral do Migrante[4], ligada à Instituição da Igreja Católica, a qual oportunizou eventos e mediou contatos diretos com o grupo estudado, assim como, colaborou na elaboração e aplicação dos questionários.

Ao buscar por mais informações sobre os imigrantes realizou-se o primeiro contato com a Pastoral (2007), coordenada em Florianópolis pelo Padre Giovanni Corso. Mais conhecido como Padre João, ele apresentou o trabalho que já realizava em Porto Alegre e que estava implantando também em Florianópolis.

Coordenado pelos Irmãos da Ordem Scalabriniana o Padre João afirmou que buscava ajudar aos imigrantes indocumentados ou não, que procurassem auxílio na Instituição para se regularizarem no Brasil, além de outras assistências mais imediatas como moradia, remédios e alimentação. Seu trabalho já estava bem adiantado em Porto Alegre, mas estava em processo de implantação em Florianópolis. Assim sendo, surgiu a proposta de trabalhar o presente estudo em conjunto com o SPM - Serviço Pastoral dos Migrantes. A pesquisa ajudaria a Instituição a conhecer melhor os problemas e a dimensão da migração na arquidiocese de Florianópolis e em contrapartida a Pastoral serviria de elo para propiciar o encontro com os imigrantes, além de ajudar na elaboração dos questionários e aplicação dos mesmos.

Este tipo de estudo caracteriza tal pesquisa como uma pesquisa social de cunho qualitativo, apesar de alguns autores “não distinguirem com clareza os métodos qualitativos dos quantitativos, por entenderem que algumas pesquisas quantitativas, são também, de certo modo, qualitativas” (RICHARDSON, 2007:79).

---

[4] A Pastoral do Migrante é um serviço eclesial voltado para a acolhida, orientação e inserção sócio-religiosa dos migrantes, sob a animação das Congregações dos Missionários e Missionárias Escalabrinianas, que atuam no Brasil, em estreito vínculo com o Setor de Mobilidade Humana da Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz, da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e com o Serviço SPM dos Migrantes.

No entanto, pode-se afirmar nesse caso, que a problemática analisada e o enfoque adotado no presente estudo têm perfil qualitativo, pois a observação participante, tão necessária nesta pesquisa, em conjunto com os dados obtidos por meio dos questionários e entrevistas, serviram para traduzir as condições em que se encontram os imigrantes que vivem em Florianópolis no século XXI.

A observação é imprescindível em qualquer pesquisa, e, neste estudo especificamente, a observação participante por meio da pesquisadora tentou ser, na medida do possível, menos influenciada e influenciável pelos fatos do cotidiano no qual estava inserida.

Visitando alguns imigrantes em suas casas e ambientes de trabalho, assim como, nas reuniões da Pastoral e na Missa seguida de confraternização dos imigrantes que se realiza mensalmente na Catedral Metropolitana de Florianópolis esta pesquisadora pôde compartilhar momentos, sensações e fatos que juntos se transformaram em uma observação participante ativa e voltada para a verdade, senão dos fatos, mas daquele momento vivenciado.

Ao pensar nos apontamentos de Goldenberg, o qual destacava o quão inoportuna é a presença de um pesquisador, que de modo geral é visto como um invasor de privacidade, o autor ressalta por meio de Becker, que lembra *"o entrevistado de um survey é abordado por alguém que nunca viu antes e que espera nunca mais ver de novo"* (2004: 46).

Deste modo, a presente pesquisa não se valeu apenas do *survey* como instrumento de análise e sim da combinação deste com as entrevistas e com as observações realizadas ao longo dos encontros com os imigrantes, que passaram a ser observados de diferentes maneiras e em diferentes momentos do seu cotidiano, dificultando, de certo modo, a fabricação de comportamentos (Goldenberg, 2004). Ninguém consegue manter uma aparência ilusória por muito tempo.

Apesar de todo o cuidado desta pesquisadora para que sua presença não influenciasse no processo, a questão em si é intrigante e subjetiva, já que a simples presença de um pesquisador, de certa forma, interfere no comportamento do grupo que está sendo pesquisado, muitas vezes inibindo ações ou incentivando-as, independentemente da vontade e interferência direta do pesquisador.

Ao falar de Howard Becker, cientista social que mais tem se preocupado em refletir sobre a objetividade nas pesquisas sociais, Goldenberg destaca que tal autor analisa pesquisas qualitativas que utilizam a observação e infere que tal método de estudo por meio da coleta de dados e da participação no cotidiano de um grupo, analisando as pessoas e seus comportamentos, conversando com elas a fim de apreender suas opiniões, buscando comparar e interpretar respostas dadas em diferentes ocasiões faz com que a realidade seja mais bem contemplada e compreendida, mesmo que, em algum momento, aflore o olhar do pesquisador sobre o estudo.

Notadamente, a presente pesquisa procurou trilhar pelo caminho da observação participante, para que as impressões resultantes desta pesquisa não fossem influenciadas pela manipulação inconsciente de dados e impressões que afetassem a avaliação das situações. Este método, aliado a entrevistas e questionários, contribuiu para que o estudo se resguardasse ao máximo das influências do *bias*, tanto do pesquisador quanto dos pesquisados, evitando, nas palavras de Goldenberg, "ver apenas o que se quer ver". (Goldenberg, 2004:47)

Inicialmente, para compreender o processo de imigração internacional em Florianópolis no século XXI foi necessário resgatar algumas abordagens teóricas acerca da mobilidade humana, para entender o alcance dessas teorias na imigração contemporânea de latino-americanos para o Brasil e especificamente para a capital catarinense. Para tanto se recorreu à bibliografia especializada.

Por outro lado, foi também de extrema importância estudar a formação sócio-espacial do litoral catarinense, principalmente da capital e sua ligação com as imigrações.

A teoria de análise geográfica desenvolvida por Santos se refere ao estudo do espaço geográfico como um todo, onde as divisões e diferenciações do espaço passaram a ser interpretadas como a materialização dos diferentes modos de produção desenvolvidos no mesmo durante sua história. Neste sentido, a análise da categoria de formação econômico social possui vertente marxista. A partir da teoria social[5] e com base na vertente marxista Santos pôde desenvolver uma reflexão original, visando conduzir a uma teoria do espaço, apoiada nos supostos da construção intelectual de uma outra categoria: de formação sócio-espacial (SANTOS, 1979:p.19).

---

[5] O autor pôde questionar a inseparabilidade das realidades e das noções de sociedade e de espaço inerentes à categoria da formação social.

Com base em tal propósito de análise se realizou ampla revisão bibliográfica. A partir daí se fez necessário analisar alguns dados do IBGE, quanto à configuração da população e as transformações do espaço decorrente da ocupação do mesmo.

Ao pesquisar imigrantes em busca da cidadania na cidade de Florianópolis este estudo não tratou dos imigrantes de modo geral, mas particularmente dos imigrantes latinos que chegaram à Ilha nos últimos vinte anos e que procuraram por auxilio, principalmente na Pastoral dos Migrantes ou junto de outros imigrantes ligados è ela de alguma forma.

A maior parte dos imigrantes contemplados tinha problemas com documentos, mas nem todos eram indocumentados, o que não significa restringir a cidadania desejada pelos imigrantes à aquisição de papéis do governo brasileiro.

Por esse motivo, a presente pesquisa procurou abarcar os imigrantes que mantiveram contato com a Pastoral, não apenas os indocumentados, mas todos que de alguma forma se sentiam vulneráveis (tema a ser mais bem explorado no quarto capítulo) perante a sociedade, seja por causa de problemas com documentos, preconceito sofrido ou dificuldade de comunicação por desconhecimento da língua portuguesa ou ainda, por não se adaptarem culturalmente em sua nova morada.

Nas pesquisas de campo, após o contato com a Pastoral de Florianópolis e o conhecimento do trabalho realizado pelos padres Joaquim e Giovanni Corso, tanto em outras regiões que já estavam em estágio mais adiantado como em Florianópolis (ainda em processo de construção) foi firmado o acordo de trabalhar em conjunto com o SPM, no auxilio prático e acadêmico, com o intuito de gerar dados e informações que ao mesmo tempo contemplassem o interesse científico e o alcance social pretendido pela Pastoral, já que tais informações serviriam como subsídio ao serviço assistencial oferecido pela Igreja. Assim sendo, o processo de pesquisa, com elaboração de questionários, reuniões e visitas assistenciais começou em 2007.

De acordo com o método escolhido, inicialmente foram localizados os imigrantes com a ajuda da Pastoral, de acordo com a disponibilidade e aceitação destes em receberem as visitas de assistência. Essas visitas tinham cunho exploratório e se passavam na Ilha de Santa Catarina. Durante as visitas foram aplicados questionários, ora por essa pesquisadora ora pelo Padre ou Agente do Pastoral treinado. Optou-se por esse método de contato pessoal para que se efetivasse plenamente a observação participante no cotidiano dos imigrantes, percebendo seu modo de vida, suas dificuldades e ao visitar suas casas pôde-se notar qual a dinâmica de vida adotada por eles e seus familiares.

Por outro lado, foram realizados encontros mensais na Catedral de Florianópolis, por conta da celebração da Missa dos Imigrantes, que já acontecia anteriormente à pesquisa, nos quais também se apresentavam novos imigrantes que se dispunham a responder os questionários ou a conversar sobre sua trajetória.

Nesses encontros mensais foi constituído um grupo formado por colaboradores, na sua grande maioria, de imigrantes já estabelecidos há um bom tempo em Florianópolis, que atuariam como voluntários da Pastoral, e que por conta disso, depois de treinamento, também auxiliaram na aplicação de questionários junto aos novos imigrantes.

A aplicação dos questionários e as visitas foram realizadas em Florianópolis, no período de meados de 2007 a março de 2008, região de maior concentração de imigrantes do Estado, contemplando uma amostra mais significativa para a presente pesquisa. Entretanto, o perfil sócio-demográfico do grupo analisado teve como objetivo traçar um quadro dos imigrantes que solicitaram a ajuda da Pastoral ou que, de alguma maneira, mantiveram contato com os Agentes da SPM.

Neste caso, embora tais enquetes tenham tentado abarcar o maior número possível de imigrantes, por si só, não podem ser consideradas como uma amostra representativa, pois como o movimento analisado é indocumentado e não há como precisar o número de imigrantes na sua totalidade, pois fica difícil delimitar quantos imigrantes indocumentados existem e não foram contemplados pelo estudo. No entanto, o número de questionários aplicados abarcou um contingente considerável de imigrantes, que por terem procurado ajuda na Pastoral em busca de informações, regularização de documentos, auxílio afetivo ou econômico, esses imigrantes passavam a ser considerados socialmente vulneráveis, ou seja, desprotegidos pelas leis, desconfiados das pessoas por medo de serem enganados, principalmente pelo desconhecimento da língua, enfim, entregues à própria sorte.

Tais enquetes contabilizaram, nesse período, um total de *146 questionários.* Além dos dados coletados por meio das enquetes, as visitas foram de suma importância na contribuição de uma análise mais profunda acerca dos fatos relatados.

Os questionários foram elaborados em conjunto com os Agentes da Pastoral, aplicados durante as visitas de assistência da entidade em conjunto com esta pesquisadora ou na Catedral Metropolitana de Florianópolis, nos dias dedicados ao atendimento de imigrantes pelo Padre João. Os questionários foram desenvolvidos e tabulados por esta pesquisadora por meio do software Sphinx versão 5.0, específico para processos de pesquisa e análise de dados acadêmicos e gerenciais.

As impressões das visitas foram transcritas em diário e serviram como aporte de análise. As entrevistas foram transcritas, para que em conjunto com as experiências vivenciadas na observação participante resultassem em maior transparência das trajetórias e do cotidiano do imigrante.

Em respeito à preservação da identidade das imigrantes entrevistadas os nomes apresentados serão fictícios.

Todas as imagens e declarações foram feitas com o consentimento verbal dos entrevistados, visto que por causa de sua condição muitas vezes ilegal, estes se sentem receosos em assinar qualquer documento ou registrar endereços que possam identificá-lo de alguma forma.

As informações adicionais neste estudo foram adquiridas junto aos órgãos públicos, como a Policia Federal de Santa Catarina, IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e SANTUR[6] - Santa Catarina Turismo S/A, por meio de sites específicos da internet. Estas informações serviram como instrumentos de base durante o processo de pesquisa.

[6] A SANTUR - Santa Catarina Turismo S/A, é uma empresa de economia mista criada em 28 de junho de 1977, que tem como objetivo o fomento e a divulgação da política estadual de turismo, encontrando-se vinculada a Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte.

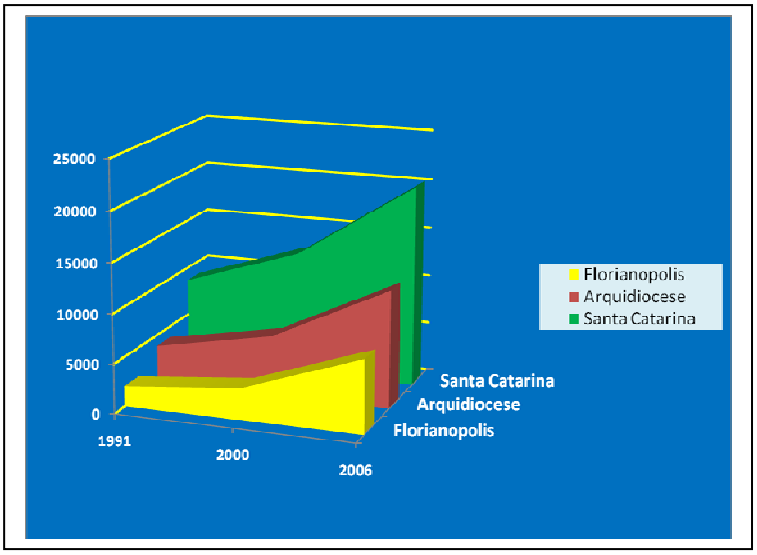
1. IMIGRANTES INTERNACIONAIS EM FLORIANÓPOLIS

Para compreender quem são esses novos imigrantes, inicialmente se delineou o perfil dessas pessoas, por meio de investigações e convívio com as mesmas, no seu trabalho e cotidiano. São poucos os estudos contemporâneos relativos aos imigrantes latinos na capital catarinense, com exceção dos estudos relacionados com o turismo[7], os quais abordam normalmente o impacto dos turistas no cotidiano do povo ilhéu.

Diante da grande demanda de imigrantes indocumentados em busca de auxílio na cidade de Florianópolis, principalmente nos últimos anos, o Serviço Pastoral dos Migrantes – SPM, por meio da Pastoral conduzida pelos Padres Joaquim e João Corso, começou a atuar mais freqüentemente na capital catarinense e por esse motivo, procurou estimar esses imigrantes.

De acordo com levantamentos preliminares, Santa Catarina possuía oficialmente em 2006, 20.292 imigrantes. Entretanto, o SPM estima um percentual de 25% a 32% de indocumentados, além dos imigrantes regularizados relatados pelo SINCRE/MJ.

Figura 2. Evolução da população imigrante regularizada – 1991/2006



Fonte: Arquidiocese Florianópolis/ Dados: IBGE 1991 e 2000.

[7] Ver dissertação de SCHMEIL sobre os turistas argentinos: “Alquila-se una isla”.

Tomando por base os dados do censo de 1991 e 2000, em comparação com os dados do Ministério da Justiça de 2006, Santa Catarina contava em 1991 com 8.679 imigrantes, passando a 12.560 em 2000 e 20.292 em 2006. Florianópolis em 1991 contava com 2100 imigrantes, passando em 2000 para 3.269 e em 2006 para 7.397 imigrantes. Nota-se, neste caso, um crescimento considerável da imigração regularizada em Santa Catarina, atingindo um patamar de 150% no Estado, cujo percentual elevado não alcança o nível de crescimento atingido pela imigração na Grande Florianópolis, de aproximadamente 250%.

Tabela 2 - Crescimento da População Imigrante

FOCO	1991	2000	2006	%
Santa Catarina	8679	12560	20292	150%
Florianópolis	2100	3269	7397	250%

Fonte: Arquidiocese Florianópolis/ Dados: IBGE 1991/2000 e SINCRE/MJ 2006.

Destaca-se, contudo, que tal contingente de imigrantes é constituído pelos que vivem legalmente em Florianópolis. Levando-se em conta as estimativas do SPM, acrescenta-se um montante expressivo de mais 32% de indocumentados. Dentre os imigrantes regularizados existem etnias bastante variadas como alemães, portugueses e americanos, com grande número de latino-americanos (SINCRE/MJ, 2006). Já os imigrantes indocumentados seriam, na sua maioria, de sul-americanos.

Com base no expressivo contingente de imigrantes que escolheram Florianópolis como nova morada, principalmente latino-americanos nas últimas décadas, pode-se supor que a cidade exerce certa força de atração sobre os imigrantes internacionais contemporâneos, com destaque para aqueles provenientes do cone sul da América Latina. No entanto, é preciso entender quais são os outros fatores que influenciaram para o crescimento e a consolidação desse fluxo migratório.

O turismo, apesar de não ser o único, se destaca como um dos mais importantes fatores locais. A questão central do presente estudo perpassa pela influência do turismo nas

representações construídas pelos moradores da cidade, de modo geral, que muitas vezes mesclam e, às vezes, confundem turistas e imigrantes. Essa confusão resulta principalmente e particularmente na “invisibilidade” do imigrante na capital catarinense.

O fato de serem percebidos como turistas, pelas autoridades locais e mesmo pelos moradores, acaba por inseri-los num mercado de trabalho precário, dificultar acesso a serviços públicos, e significa também ausência de políticas públicas. Dessa forma se tornam “invisíveis” para as autoridades e formuladores de políticas publicas, enquanto o sotaque espanhol “invade” as praias no verão, as praças com venda de artesanatos, além de bares e restaurantes com diversos trabalhadores estrangeiros, os quais são vistos como temporários, apesar de permanecerem na cidade, por isso precisam colocar seus filhos na escola e encontrar trabalho regular, entretanto, sentem no cotidiano a força do preconceito e as dificuldades de ser estrangeiro no Brasil.

A problemática do processo migratório em questão está intrinsecamente ligada ao preconceito e à invisibilidade do fluxo, que dificultam as relações sociais e dessa forma contribuem para inviabilizar a cidadania do imigrante em Florianópolis.

Em estudos sobre a emigração de brasileiros para os EUA, Margolis (2003) aponta a dupla face na moeda da invisibilidade étnica do grupo na sociedade estadunidense, ressaltando que ao não se organizarem como entidade civil, não adquirem visibilidade e conseqüentemente, não geram demanda de políticas públicas.

Embora as migrações tenham características distintas, pois os brasileiros, em sua maioria de camadas médias urbanas, partem não como turistas, mas já pensando em trabalhar como migrantes, ambos tornam-se trabalhadores migrantes indocumentados em seus países de emigração. De modo similar, ao pensar na invisibilidade dos imigrantes em Florianópolis, esta pode ser vista de vários ângulos, ou seja, do ponto de vista do imigrante ela acarreta vantagens e desvantagens. Se por um lado eles não são logo percebidos como imigrantes e sim como turistas, podem dessa forma *ganhar tempo* até se estabelecerem economicamente, para então regularizar seus documentos sem se preocuparem tanto com a Polícia Federal, por outro lado, assim como outros imigrantes recém-chegados ao Brasil, por sua situação irregular, vivem seu dia-a-dia apreensivos, constantemente em alerta, vulneráveis e sujeitos a todo tipo de exploração.

Do ponto de vista da cidade, a invisibilidade do imigrante por um lado causa problemas, principalmente de infra-estrutura na educação, saúde e transporte, pois esse

contingente populacional não está sendo contemplado pelos técnicos que pensam e organizam a dinâmica da cidade e dessa forma esses serviços públicos são subdimensionados e não dão conta da demanda, causando transtornos no trânsito, falta de vagas nas escolas, maior contingente de trabalhadores temporários e informais; outro problema é a falta de moradia popular na Ilha, que mantém por meio da especulação imobiliária, principalmente no verão, preços altíssimos nos aluguéis, inviabilizando a esses imigrantes se estabelecerem próximo às praias ou ao centro da cidade, onde está o mercado de trabalho que lhe interessa. Por outro lado, a população de imigrantes acaba sendo superdimensionada como turista e assim, mantém a imagem da cidade como grande receptora anual de turistas internacionais, o que fundamenta o título atual da capital.

Recentemente intitulada como *Principal Capital Turística do MERCOSUL*[8], Florianópolis aparece nesse contexto como a capital das oportunidades, principalmente para aqueles que a conhecem no verão, com suas praias e belezas naturais, muitos turistas, muitos estudantes e gente bonita; enfim, com muitas ofertas de trabalho temporário, notadamente nas praias e balneários.

Com base nas estimativas da SANTUR[9]·, a projeção de demanda turista para o primeiro bimestre de 2008 em Florianópolis foi de 146.996 turistas estrangeiros e 629.378 turistas nacionais, ou seja, a capital catarinense recebeu aproximadamente um total de 776.374 turistas, os quais ocuparam a Ilha em média por 10 dias os nacionais e doze dias os estrangeiros, num período de dois meses. Nesse caso, a população da capital catarinense calculada em 396.723 habitantes, no ano de 2007 pelo IBGE, poderia alcançar a marca de um milhão de habitantes em alguns dias do verão.

Na realidade, o que se pretende demonstrar é o freqüente convívio dos moradores locais com turistas, sendo este mais acentuado no verão, onde turistas nacionais e estrangeiros se confundem com a população nativa, com os novos moradores e também com imigrantes que juntos configuram o contingente populacional que habita a cidade nas outras estações.

---

[8] Os países membros do MERCOSUL são: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Desde o início do projeto integraram-se nos trabalhos Bolívia e Chile, constituindo o grupo denominado MERCOSUL ampliado. Para entender melhor a relação do MERCOSUL com a experiência transnacional ver: BERCOVICH, 2001.

[9] SANTUR - Santa Catarina Turismo S/A. Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte - Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Turístico.

Apesar da grande concentração de turistas no verão, Florianópolis também recebe turistas em menor escala ao longo do ano, principalmente nos feriados nacionais e internacionais, como a Páscoa que traz muitos uruguaios devido ao feriado estendido naquele país (uma semana).

Devido a essa mistura constante de rostos no dia-a-dia do ilhéu, é comum aos nativos e residentes em Florianópolis certa confusão na distinção entre turistas nacionais e migrantes ou entre turistas internacionais e imigrantes. Se por um lado essa confusão parece positiva, já que não distingue a priori "os locais" dos "de fora", por outro age negativamente em se tratando dos imigrantes, pois ao serem ignorados passam a ser invisíveis para a população em geral, e conseqüentemente, para os formuladores de políticas públicas também.

Para que esse contingente que está continuamente crescendo e se estabelecendo na Ilha seja conhecido e percebido como um novo cidadão, este estudo procurou traçar um perfil dessa população e analisar, por meio de entrevistas e aplicação de questionários, além da observação participante em atividades que envolvem imigrantes e seus familiares, como esses grupos se inserem na atual configuração sócio-espacial[10] da capital catarinense, quais as suas expectativas e dificuldades enfrentadas no cotidiano de Florianópolis.

Diante da problemática da invisibilidade do imigrante na Ilha de Santa Catarina surge a pergunta: Por que essas pessoas abandonaram sua terra e sua gente? Quem são essas pessoas? Por que escolheram Florianópolis para viver?

Ao tentar responder a essas perguntas não há como não pensar na lógica das migrações contemporâneas, marcadas pelo poder do capital, pelo abandono de valores e culturas tradicionais, pelas marcas da violência, da intolerância e da discriminação sofridas pelo imigrante que se encontra perdido num mundo moderno, na era da informação, nas ideologias da globalização que prega a aldeia global, mas ao mesmo tempo impede a livre circulação do trabalhador e mantém os Estados cada vez mais fortes e determinados a dominarem corpos e territórios em nome de sua soberania.

Os imigrantes latinos que escolheram viver em Florianópolis fazem parte desse grupo humano que se desloca impelido pelas circunstâncias em busca de melhores condições de vida. Estes novos imigrantes, apesar de estarem fisicamente distante das fronteiras nacionais

[10] Teoria desenvolvida por Santos que explica a evolução da formação social no espaço. Para maiores informações ver SANTOS (1977: 09-21).

que separam suas nações do Brasil, sofrem ainda com outras fronteiras que surgem a cada dia em suas vidas. São fronteiras invisíveis que separam corpos, unificam diversidades, excluem e identificam essas pessoas que são classificadas e rotuladas como “gringos” ou turistas. No entanto, as fronteiras imaginadas contribuem também para a miscigenação de culturas e produção de heterogeneidades, como aponta Friedman.

Se por um lado a capital turística recebe seus turistas de braços abertos, por outro fecha os olhos e o coração aos turistas que decidem ficar definitivamente na cidade, limitando as possibilidades de inserção social do imigrante. Dessa forma nasce o conflito, a idéia de invasão, que também vai de encontro à política de boa vizinhança e de *Capital Turística do MERCOSUL*, disseminada em prol do desenvolvimento sócio-econômico de Florianópolis. Um contra senso, uma idéia viva e pulsante na Ilha de Santa Catarina, onde não existe apenas uma fronteira de demarcação entre Estados ou nações, mas uma fronteira imaginada entre os nativos e “os de fora[11]”, entre os “iguais” e os “diferentes”, um problema que perpassa a cidade e a dinâmica de conflitos na construção dos espaços na capital catarinense.

Diante dos dados e informações resultantes das várias visitas e contatos com os imigrantes de Florianópolis, pode-se afirmar que este novo contingente não se reconhece e tampouco é percebido como “imigrante”. Entretanto, eles mesmos apontam nesta direção, pois a maior parte dos imigrantes entrevistados afirma que não pretende mais voltar a viver em seu país, que não tem a pretensão de juntar dinheiro para comprar imóveis ou pagar dívidas que deixaram para trás, não enviam remessas ao país de origem e, portanto, se configuram como um processo ainda em sua gênese no contexto das imigrações contemporâneas.

Diferentes dos brasileiros que foram buscar a América[12], essas pessoas escolheram recomeçar uma nova vida no Brasil, saindo diretamente de sua terra natal para Florianópolis, como é o caso da maioria dos entrevistados ou ainda, como relatado por alguns imigrantes, passando por outras cidades brasileiras mais próximas da fronteira como Foz do Iguaçu ou optando inicialmente por cidades maiores do sul do Brasil como Porto Alegre ou Curitiba. Poucos declararam ter migrado inicialmente para metrópoles brasileiras como São Paulo e Rio de Janeiro, apenas alguns imigrantes latinos que não faziam parte do Cone Sul. Além

[11] Termo utilizado por FANTIN para distinguir os nativos nascidos na cidade e os novos moradores da Ilha, em seu livro Cidade Dividida, 2000.

[12] Ver ASSIS, 2001; IHÁ, 2006.

disso, mesmo passando inicialmente por cidades maiores e com mais chances de trabalho, estes imigrantes acabaram optando por Florianópolis como nova morada.

Na maior parte das declarações, esses imigrantes demonstraram seu encantamento por Florianópolis, suas praias e seu verde. Mesmo enfrentando dificuldades, de todos os entrevistados, apenas um deles declarou pensar em migrar para uma cidade maior em busca de mais oportunidade de trabalho.

No quesito trabalho, muitos imigrantes, mesmo com curso superior, chegam aqui com a família e aceitam qualquer serviço, principalmente no início, por estarem ainda indocumentados e para dar tempo de se estabilizarem com a família e encontrar uma moradia, mas por fim acabam procurando a Pastoral em busca de auxílio e informações de como fazer para validar um diploma, procurar emprego ou mesmo em troca de cestas básicas quando em muita dificuldade. A falta de informações nos órgãos públicos e o medo causado pelo status migratório de indocumentado causam efetivamente um estado de vulnerabilidade social no imigrante.

Na maior parte das vezes em que os imigrantes procuram a ajuda da Pastoral, a reclamação maior são problemas com os documentos: ou porque não deram entrada quando deveriam, ou porque perderam e não sabem como fazer para conseguir o dinheiro necessário para refazê-los, enfim, problemas com vistos, com familiares em trânsito ou desemprego causado pela ausência de documentação. Muitos são os problemas enfrentados por esses novos imigrantes, de ordem prática ou voltados a questões afetivas, causados muitas vezes pela dificuldade de assimilação da língua, pelas diferenças culturais ou simplesmente pela saudade dos entes queridos que deixaram para trás.

Além destas dificuldades outra questão marcante é a luta constante com o preconceito e a discriminação, normalmente empregados de maneira sutil, mas que fere diretamente o imigrante. Um exemplo é o modo como o catarinense se refere aos estrangeiros em geral, chamando-os de “gringos”, independentemente de sua nacionalidade ou condição de turista ou não. Ser denominado como *gringo,* para a maioria dos imigrantes é uma ofensa e foi uma das reclamações mais freqüentes durante as entrevistas e na aplicação dos questionários. O que para o catarinense não passa de um termo comum para definir os estrangeiros, para o imigrante soa como uma generalização inconcebível, pois mistura etnias com costumes muito diferentes tais como bolivianos e argentinos, uruguaios e peruanos, chilenos e equatorianos, como se todos fizessem parte de uma única nação, com mesma língua e costumes, o que não

condiz com a realidade. A confusão maior está em identificar diferenças principalmente na linguagem, já que essas nações latinas possuem a mesma raiz lingüística - o espanhol, diferentemente do Brasil que se diferencia das demais pela raiz portuguesa.

Outra questão clara é o fenótipo do imigrante, quanto mais escura é a sua pele, mais problemas ele enfrenta, pois agrega mais de um preconceito: do nativo contra "os de fora" (preconceito acirrado não só em relação aos estrangeiros, mas também aos muitos gaúchos e paulistas que vieram morar em Florianópolis a partir da década de 90) e dos brancos em relação aos negros e índios[13]. Além disso, existe também o diferencial de classes sociais que causa conflitos de muitas formas no Brasil e influencia também o preconceito ao estrangeiro mais pobre, que chega à cidade com pouco dinheiro e à procura de emprego, muitos com habilidades de artesãos que vivem de uma economia informal. Ou seja, se o estrangeiro for pobre, indígena ou negro, sem formação profissional e indocumentado ele se torna um ser humano sensível frente às hostilidades e dificuldades que encontrará na sociedade receptora, tais como a discriminação, o racismo e a luta de classes sociais. Nesse caso o imigrante apresentará profunda vulnerabilidade social.

Este estado de vulnerabilidade, causado pela falta de documentos, muitas vezes é intensificado pela ausência de direitos fundamentais como o acesso à educação e à saúde públicas. No caso dos imigrantes estudados, a maior parte deles possui fenótipo indígena ou europeu, este último devido às imigrações européias do século passado para a Argentina, Uruguai e outros países da América do sul. Sendo assim, a vulnerabilidade cruzada com base no racismo aos negros não corresponde à realidade do grupo em questão, mas sim com relação aos de fenótipo indígena.

---

[13] No Brasil, em função do mito da democracia racial há uma construção social de que em nossa sociedade não há preconceito ou que há uma convivência harmônica entre os diferentes grupos que constituíram nossa nação. No entanto, os indicadores econômicos e sociais e as experiências cotidianas de pretos e pardos no Brasil, revelam que no país o preconceito é acentuado quanto mais o individuo for identificado com traços negros. No país se destaca a fala de que no Brasil o racismo é de marca, pois quanto mais negra a cor da pele, mais sujeito ao preconceito, pois desse modo se encobre a discriminação e o racismo que permanece por trás do mito da democracia racial.

1.1 FLORIANÓPOLIS: TURISMO E IMIGRAÇÃO

Diante da expressiva expansão e consolidação do fluxo migratório, principalmente do Cone Sul da América Latina para Florianópolis, tem-se que levar em conta também outros fatores que contribuem para a manutenção do processo, fora das questões relativas à atratividade natural da Ilha, com suas belezas, clima agradável e possíveis oportunidades de trabalho. Além da política econômica baseada no turismo, adotada pelos governantes na década de 1990, que propagou a idéia de pólo turístico do MERCOSUL[14], outras motivações mais globais também colaboraram para esse processo.

Um dos fatores externos predominante foi a desvalorização da moeda argentina, que tornou esse país vizinho um pouco menos atrativo como principal destino para os imigrantes regionais. Por outro lado, um fator extraordinário fez com que esses imigrantes escolhessem outro destino no mesmo continente, em descompasso com a tendência mundial de migração dos países do hemisfério sul em direção à Europa ou aos Estados Unidos. Trata-se da decisão espanhola junto da estratégia da União Européia de endurecer no controle de suas fronteiras, seguindo a tendência de xenofobia acentuada disseminada pelos países ricos depois do atentado de 11 de setembro nos EUA que, de certa forma, deslocou a rota de muitos latino-americanos para o Brasil, principalmente para as cidades da região sul do país como Porto Alegre, Foz do Iguaçu e Florianópolis.

Ao rever os fatores locais em consonância com relatos dos imigrantes, uma forte preferência pela Ilha de Santa Catarina frente aos outros destinos foi demonstrada pela grande maioria dos entrevistados, retratando um imigrante diferente, não apenas preocupado em ganhar dinheiro, mas com a qualidade de vida que levaria aqui. A combinação de beleza natural, tranqüilidade com baixo índice de violência, alto índice de IDH[15] aliado ao fato de ser um pólo turístico, o que propicia maiores oportunidades de trabalho (mesmo que estas sejam

---

[14] Os países membros do MERCOSUL são: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Desde o início do projeto integraram-se nos trabalhos Bolívia e Chile, constituindo o grupo denominado MERCOSUL ampliado. Para entender melhor a relação do MERCOSUL com a experiência transnacional ver: BERCOVICH, 2001.

[15] A região metropolitana da Grande Florianópolis mantém o seu alto índice da esperança de vida ao nascer, com média taxa de mortalidade infantil e queda na sua taxa de fecundidade, o que corrobora com o seu 1º lugar do ranking nacional do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano = . **0, 859** no período de 2000. Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano

mais concentradas no verão); contribuíram para o estabelecimento de um fluxo migratório contínuo, principalmente a partir da década de 1990 na região metropolitana de Florianópolis.

Outro fator a ser levado em conta é o imaginário criado em torno da Ilha. A maior parte dos entrevistados diz ter vindo outras vezes à Florianópolis como turista e escolheu a cidade por suas belezas naturais, mulheres bonitas e vida boa. Já os imigrantes que não conheciam a Ilha, estes em menor número, afirmaram ter ouvido falar ou ter visto fotos e imagens que propagavam a mesma idéia de lugar tranqüilo, mulheres bonitas e vida boa. O que não significa que este imaginário seja verdadeiro, mas que de alguma forma tenha influenciado na decisão de destino destes imigrantes.[16]

A função turística da Ilha exerce forças contraditórias para o imigrante, pois se por um lado oferece uma vida tranqüila e com mais ofertas de emprego no verão, por outro trata o imigrante sempre como turista, desejável até certo ponto. Nesse caso, mesmo quando o turista não vai embora e passa a ser o vizinho, ainda assim o nativo trata o imigrante como estrangeiro e provisório, esperando que um dia ele se canse e volte pra casa. O imigrante então ou é ignorado como tal ou passa despercebido aos olhos da população em geral e sua invisibilidade leva à inação dos formuladores de políticas públicas, pois remete à questão do "presente ausente" ressaltado por Sayad (1998). Aquele que não é percebido pela sociedade não consta dos planejamentos e ações sociais do governo e tampouco configura um problema ou requer soluções.

Por esse motivo este estudo pretende demonstrar que existe um grande número de imigrantes latino-americanos em Florianópolis e que eles continuam chegando e se estabelecendo na cidade, a qual necessita, conseqüentemente, de planejamento e políticas públicas que contemplem esses novos moradores.

A Ilha de Santa Catarina concentrou grande parte do fluxo inicial de imigrantes latino-americanos em sua porção norte, especialmente na Praia de Canasvieiras e adjacências, lugares preferidos por eles devido à tranqüilidade do mar e maior distanciamento do centro urbano da capital (Schmeill, 1994). Inicialmente (final de década de 1980) vieram imigrantes com melhor poder aquisitivo que optaram em investir e morar na Ilha, onde se estabeleciam como proprietários de restaurantes, pousadas e pequenos comércios que tinham como principais clientes seus conterrâneo que vinham para veranear. Muitos imigrantes com menor

[16] Ver dissertação de SCHMEILL sobre os turistas argentinos.

poder aquisitivo, ao chegarem a Florianópolis procuravam por emprego nestes estabelecimentos ou preferiam trabalhar como artesãos e camelôs nas ruas do calçadão da praia, ou mesmo nas areias da praia durante o verão, mas normalmente se concentravam no norte da Ilha.

Para exemplificar melhor o cenário, ao caminhar pelas ruas de Canasvieiras no verão de 1988, independente se de dia ou de noite, o movimento era intenso, não cessava. Os carros não conseguiam andar por causa da quantidade de turistas caminhando pelas ruas, muitos nativos afirmavam que os "argentinos tinham invadido a Ilha", e realmente foi assim que esta pesquisadora presenciou tais acontecimentos, era como se você estivesse em outro país, pois as pessoas falavam outro idioma, te atendiam nos restaurantes em espanhol e tudo parecia uma grande festa que acabava só depois do carnaval. Naquele momento os argentinos viviam o auge de sua economia, com supervalorização da sua moeda frente à moeda brasileira e por isso não vinham para Florianópolis apenas para passear, vinham fazer compras. A cidade enfrentou um verdadeiro colapso, pois não estava pronta para receber tantos turistas tão abruptamente. Tinha fila pra tudo, faltavam mercadorias nos supermercados, faltava combustível, sobrava muito lixo e muita desorganização[17], a cidade virou um caos. Entretanto, como afirma Schmeill (1994), apesar de algumas reclamações de parte da população, principalmente de antigos moradores da localidade em questão, a maior parte dos ilhéus não reclamava, pois acreditava que os turistas traziam riqueza e que a economia da cidade dependia deles para crescer.

Figura 3 – Imagens do verão em Canasvieiras.

Fonte: Imagens do verão em Canasvieiras disponíveis pelo Google imagens.

[17] Ver dissertação de SCHMEIL sobre os turistas argentinos.

Foi partindo deste cenário que muitos turistas, não só argentinos, mas outros latino-americanos se sentiram à vontade em mudar seu *status* de turista para imigrante. Muitos deles resolveram viver em Florianópolis, mas nem todos possuíam a mesma estabilidade financeira, ou mesmo imóveis que pudessem vender na terra natal para investir na nova morada. Nesse caso, vinham para trabalhar na praia com artesãos, músicos ou em estabelecimentos comerciais e pousadas que preferiam quem falasse o espanhol para receber melhor os turistas.

Se por um lado existia grande receptividade e trabalho para os imigrantes durante o verão nas praias do norte da Ilha, por outro lado durante o inverno muitos se decepcionavam com a falta de oportunidades. Mas, mesmo assim iam levando e trabalhando em serviços alternativos até o próximo verão, quando tudo voltava a ser como antes..., e foi assim até a crise da Argentina em 1994, quando o maior fluxo turístico para a capital catarinense recrudesceu e com ele a economia local.

1.2 CAPITAL TURÍSTICA: POLÍTICA NACIONAL DE TURISMO

A partir de então Florianópolis passou a implementar o turismo como principal atividade econômica, investindo massivamente na mídia nacional e internacional. Foi nesse período que surgiu o título de *Capital Turística do MERCOSUL*, não apenas como política econômica local, mas como parte de um processo maior que nascia no Brasil como um todo.

De acordo com Schmitt, o Estado brasileiro em 1995 assumiu uma visão estratégica voltada para o turismo, onde o mesmo passou a ser percebido como um elemento de grande importância para a economia do Estado. Nesse mesmo ano o governo brasileiro destinou um espaço ministerial para tratar os assuntos referentes ao turismo, estruturando o Ministério da Indústria Comércio e Turismo. O objetivo inicial da política nacional do turismo para o Triênio de 1996/99 foi:

> ... promover a inserção do turismo na consolidação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), mediante o aproveitamento total do potencial desta atividade para a integração sócio-econômica e cultural entre os Estados parte, bem como estimular e facilitar o acesso dos fluxos turísticos para e entre os países signatários (MICT/EMBRATUR,1996).

Nota-se portanto que a política nacional em questão visava colocar em prática os principais programas de desenvolvimento do turismo. Assim como o PROGRAMA MERCOSUL, como afirma Silveira (1999), o qual seria contemplado com:

> Uma série de ações estratégicas, tais como a capacitação de recursos humanos, abertura de linhas de financiamento de projetos ligados ao turismo, ampliação da infra-estrutura turística, estabelecimento de programas de cooperação empresarial entre os países, revitalização de áreas de patrimônio histórico-cultural, financiamento para a construção de complexos turísticos, etc.

Como conseqüência do Programa MERCOSUL inserido na política nacional do turismo, aconteceu maior atração de turistas de países vizinhos.

No ano de 1998, observou-se que dos 5,2 milhões de turistas estrangeiros que visitaram o território brasileiro, cerca de 31% eram argentinos. Outro fato analisado foi de que nos últimos três anos o Brasil subiu da 43º posição do ranking da OMT para a 23º posição, em relação à chegada de turistas estrangeiros (SCHMITT, 2002).

De acordo com a SANTUR, a capital catarinense é o principal destino dos turistas do MERCOSUL no Estado catarinense e passa a ser o quarto destino nacional de estrangeiros ficando atrás apenas do Rio de Janeiro, Salvador e Fortaleza. Sendo que os estrangeiros se originam, sobretudo da Argentina, Paraguai e Uruguai.

Na realidade, Florianópolis entra no contexto nacional de destinos turísticos e recebe o título de *capital turística do MERCOSUL* devido a uma política de âmbito nacional da economia do turismo ao mesmo tempo em que se consolida a integração do MERCOSUL. No entanto, o título em questão é visto comumente como uma estratégia política de ação local, com o intuito de engrandecer o papel da Ilha no cenário turístico nacional.

Diante de tais estratégias nacionais, regionais e locais, tem-se que o turismo passou a ser, a partir de meados da década de 1990 não apenas em Florianópolis, mas em contexto nacional, um novo caminho para a estabilização econômica e para o crescimento sustentável.

Depois de quase dez anos vivendo um turismo acentuado de massa (1984-1994), Florianópolis entra em decadência turística e conseqüentemente econômica, juntamente com a

crise econômica do seu principal turista, o argentino[18]. Entretanto, por meio da nova política nacional de turismo a capital procura outros caminhos para voltar a lucrar com o turismo, agora não mais com um turismo de massa, e sim com um turismo voltado a programas diversificados como o ecoturismo e o turismo de negócios, eventos e investimentos, sendo este distribuído durante o ano e não apenas no verão. Essa escolha de turismo com menos quantidade e mais qualidade segue em linhas gerais o pensamento dos estudiosos do turismo contemporâneo.

Pelegrini acredita que exista uma "... enorme potencialidade de recursos naturais, que o turismo brasileiro no Brasil não quer, não sabe ou não pode aproveitar." (1993:11) O autor acrescenta apresentando a idéia de que "A imagem do turismo como fator de poluição e destruição deve ser debitada ao turismo em massa. Uma política para o setor deve privilegiar o turismo brando" (PELEGRINI, 1993:12).

Florianópolis vive de um turismo baseado nos seus recursos naturais, suas lindas paisagens e variadas praias, e por esse motivo passou a ser mais coerente um turismo ecologicamente correto e sustentável.

A questão turística explicitada anteriormente serve para retratar como se deu inicialmente a vinda de imigrantes latinos para Florianópolis, sua origem diferenciada como turistas e empreendedores que se transformaram em imigrantes e que, apesar da queda no fluxo de turistas argentinos, esta acarretou alta no fluxo de imigrantes, não apenas argentinos, mas sul-americanos como uruguaios e paraguaios e alguns bolivianos e chilenos.

De acordo com as análises de Bauman (1999: 96), existe seletividade na mobilidade humana da contemporaneidade. Conforme o autor:

> Todas as pessoas podem agora ser andarilhas, de fato ou em sonho – mas há um abismo difícil de transpor entre as experiências que podem ter, respectivamente, os do alto e os de baixo da escala de liberdade. Esse termo na moda "nômade", aplica-se indiscriminadamente a todos os contemporâneos da era pós-moderna, para conduzir a erros grosseiros, uma vez que atenua as profundas diferenças que separam dois tipos de experiência e torna formal, superficial, toda semelhança entre eles.

[18] Para saber mais sobre a crise econômica que assolou a Argentina ver dossiê publicado na revista *Estudos Avançados* nº18. Ferrer, 2002; Altamirano, 2002; Seitenfus, 2002; e Batista Jr., 2002.

Nesse caso o autor se refere à grande diferença entre turistas e imigrantes, entre os que podem deslocar-se e são incentivados a isso e muito bem recebidos no seu destino e àqueles que são forçados, por motivos econômicos, políticos e outros a deixarem sua terra à procura de uma nova morada e nem sempre são bem recebidos.

Bauman ressalta ainda que,

> Para os habitantes do primeiro mundo – o mundo cada vez mais cosmopolita e extraterritorial dos homens de negócios globais, dos controladores globais da cultura, dos acadêmicos globais – as fronteiras dos Estados foram derrubadas, como o foram para as mercadorias, o capital e as finanças. Para os habitantes do Segundo Mundo, os muros constituídos pelos controles de imigração, as leis de residência, a política de "ruas limpas" e "tolerância zero" ficaram mais altos; os fossos que os separam dos locais de desejo e da sonhada redenção ficaram mais profundos, ao passo que todas as pontes, assim que atravessá-las, revelam-se pontes levadiças. Os primeiros viajam à vontade, divertem-se bastante viajando, são adulados e seduzidos a viajar, sendo sempre recebidos com sorrisos e de braços abertos. Os segundos viajam às escondidas, muitas vezes ilegalmente, às vezes pagando por uma terceira classe lotada num fedorento navio sem condições de navegar mais do que outros pagam pelos luxos dourados de uma classe executiva – e ainda por cima são olhados com desaprovação, quando não presos e deportados ao chegar (BAUMAN, 1999: 98).

Florianópolis aparece nesse contexto global de modo diferenciado, pois figura como uma capital turística, a qual recebe os turistas como "habitantes do primeiro mundo", de braços abertos como cita Bauman. Mesmo no caso do turismo da década de 1980, que era constituído basicamente de argentinos e outros sul-americanos, estes se configuravam numa categoria economicamente superior à dos brasileiros. Por outro lado, a partir de meados da década de 1990, quando acontece a mudança no perfil do turista que chega a Florianópolis para uma categoria voltada a nacionais e internacionais de localidades mais variadas e pertencentes a uma camada superior da economia, é devido principalmente à seletividade turística que a cidade optou em desenvolver, visando o equilíbrio ambiental, melhor qualidade nos serviços e maior lucratividade, desenvolvendo assim um turismo mais sustentável.

Assim sendo, a capital catarinense não é apenas seletiva quanto a "*turistas ou vagabundos*" [19], mas também em relação ao tipo de turista que recebe, e assim, conseqüentemente, ao futuro morador que acolherá.

---

[19] Termo usado por BAUMAN para diferenciar imigrantes de turistas. (1999:85)

Essa condição de cidade de sol e mar, de muito verde e praias bonitas propagada pela mídia nacional e internacional trabalha o imaginário das pessoas. Os turistas potenciais se imaginam passeando pelas praias, curtindo suas férias longe dos grandes centros e do relógio enquanto os imigrantes, principalmente estes que vieram para a Ilha nos últimos anos e são objeto da pesquisa, afirmaram que a imagem que tinham de Florianópolis era de uma cidade linda, com oportunidades, praia onde todos podem falar sua língua e serem entendidos, oportunidades de negócios com direito a praia no fim de tarde, mulheres bonitas e fáceis, um lugar onde a liberdade impera, qual seja, a *Ilha da Magia* (SCHMEILL, 1994).

2. MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A imigração internacional não é um fenômeno novo, mas assume especificidades de acordo com o contexto no qual está inserido. Atualmente, a complexidade das múltiplas determinações que transpassam uma trajetória migrante, infere numa análise não apenas econômica, mas política, cultural, ética, social e ambiental desse processo. Não apenas no Brasil, mas em outras partes do mundo, a mobilidade humana se apresenta como uma questão complexa. Não são apenas refugiados de guerra ou ambientais, mas um grande contingente de trabalhadores indocumentados movidos pela dinâmica do capitalismo contemporâneo que a cada dia destrói e recria novas formas de trabalho. É um imenso exército de seres humanos, deslocados de sua origem e rotulados por raça, etnia ou pertença religiosa. Muitos sofrendo com a discriminação, o trabalho precário, legislações restritivas e outros inconvenientes que fazem parte do processo migratório contemporâneo.

A mobilidade humana é um processo constitutivo da dinâmica populacional desde os primórdios da civilização, quando o nomadismo fazia parte da experiência do homem em sua luta pela sobrevivência. Entretanto, em cada período da história o deslocamento de pessoas manteve características diferenciadas, tanto em sua gênese quanto na evolução do processo, incluindo causas e conseqüências. Por esse motivo, muito teóricos não consideram que todo deslocamento humano se constitua em migração[20].

Um exemplo claro está na identificação dos escravos africanos como os primeiros imigrantes laborais. Se por um lado este deslocamento humano tinha a finalidade de suprir a mão-de-obra escassa nas Américas, por outro não pode se constituir de fato um movimento migratório, visto que a literatura prevê como atributo essencial da migração "o processo de decisão no qual o migrante é o sujeito".

---

[20] Migração ou movimento mecânico da população engloba toda a deslocação territorial de pessoas tanto permanente quanto temporária. A migração determina e modifica a configuração geográfica da população. (VALENTEI, 1987: 42)

A migração consiste no "deslocamento de populações por todas as formas de espaço socialmente qualificadas". (SAYAD, 1998:56).

Entre 1920 e 1978, o Bureau Internacional do Trabalho despendeu notável esforço no sentido de esclarecer o termo e chegou a uma relativa unificação das estatísticas nacionais. Conseguiu estabelecer o consenso de que todo deslocamento internacional, de certa duração, deveria ser considerado migração. (MAX, 1984).

Segundo Vainer, “entender o tráfico de escravos como momento fundador das migrações laborais modernas é desconhecer que a marca do período histórico moderno é justamente a emergência do trabalhador livre” (2001:177).

Nesse caso o escravo não pode ser considerado migrante, pois falta a ele a liberdade da mobilidade, própria do trabalhador moderno.

De acordo com a ONU[21], o “o migrante é aquele que se desloca em uma distância mínima especificada ao menos uma vez durante o intervalo considerado” (VAINER, 2001: 179).

Ávila, ao abordar o conceito de migração, busca em Cavarzere[22] apud Ávila (2000) a fundamentação e ressalta que para tal autor migração é

> O movimento em si, ou seja, a circulação de pessoas, seja dentro do território, constituindo assim o movimento migratório interior, seja para fora dele, caracterizando o movimento migratório exterior ou internacional. Desta forma, por imigração, a ação de vir estabelecer-se em um país estrangeiro, antônimo de emigração. Emigração, portanto, representa a saída de indivíduos ou grupos de pessoas do território de determinado Estado para o estabelecimento temporário ou permanente em outro país.

Citando o autor Garcia Júnior[23], Ávila destaca que a “imigração somente pode ocorrer com a transferência do domicílio, sendo que o trânsito e a residência temporária não a implicam” (GARCIA JÚNIOR, 2000).

Segundo Ávila (2000), “a emigração pode apresentar-se como temporária ou definitiva, individual ou coletiva”. A autora sugere que as conseqüências da emigração “são drásticas, tanto para os países de origem quanto para os destinatários”.

---

[21] ONU/Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, 1980

[22] Ver CAVARZERE, Thelma Thais. **Direito internacional da pessoa humana: a circulação internacional de pessoas.** 2 ed. Rio de Janeiro : Renovar, 2001.p.10.

[23] Ver GARCIA JÚNIOR, Armando Álvares. **Imigração e atividade do estrangeiro no Brasil.** São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999. p. 66.
_____. **Direito internacional**: **questões atuais**. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

Diante de tais contradições e similitudes entre deslocamentos populacionais e o que se quer compreender como migração contemporânea, pode-se empreender o paradoxo e complexidade das questões que envolvem as análises e por esse motivo a importância da definição do termo em si mesmo.

Entre 1920 e 1978, o Bureau Internacional do Trabalho despendeu notável esforço no sentido de esclarecer o termo e chegou a uma relativa unificação das estatísticas nacionais. Conseguiu estabelecer o consenso de que todo deslocamento internacional, de certa duração, deveria ser considerado migração. (MAX, 1984).

Na mesma linha de pensamento segue ainda Valentei, que define a migração como um movimento mecânico da população que engloba toda a deslocação territorial de pessoas, tanto permanente quanto temporária. Para este autor a migração determina e modifica a configuração geográfica da população. (VALENTEI, 1987: 42)

Já Sayad especifica um pouco quando considera a migração como o "deslocamento de populações por todas as formas de espaço socialmente qualificadas" (SAYAD, 1998:56).

É importante frisar que o migrante aqui considerado é aquele que se desloca, ou seja, que desloca a si mesmo, portanto os deslocamentos resultantes de tráfico de migrantes não serão contemplados nesse estudo.

Teoricamente, a migração interna e a e/imigração são componentes da dinâmica demográfica, diretamente ligados à transformação dos espaços e à formação sócio-espacial de uma região.

Tal perspectiva pode ser encontrada no trabalho de Ravenstein[24], uma das mais antigas formulações teóricas sobre migrações no contexto das transformações produtivas de uma sociedade.

Ao abordar as teorias migratórias com a finalidade de contextualizar teoricamente a imigração contemporânea para Florianópolis, várias teorias foram encontradas, mas na maior parte dos casos são abarcadas duas correntes de pensadores: aqueles de perfil liberal/neoclássicos em acordo com a abordagem econômica dos de perfil estruturalista e as novas abordagens teóricas com base nas redes sociais.

---

[24] Ravenstein analisou os movimentos migratórios no Reino Unido com base nos dados do censo realizado em 1881. Seu estudo tornou-se um clássico por ser o primeiro a tentar entender a dinâmica desse movimento ainda sem leis teóricas, o que o levou a intitular seu artigo de *As leis da migração*.

Para os pensadores de perfil liberal/neoclássicos, os migrantes estão inseridos no esquema de mercado de trabalho, o qual encerra o pleno exercício da liberdade, onde transitam e condicionam-se livremente o capital humano e o capital financeiro. Ou seja, para os neoclássicos “o território do mercado é o espaço da liberdade e a migração o movimento de exercício dessa mesma liberdade” (VAINER, 2001).

Já para os pensadores histórico-estruturalistas, a liberdade de trabalho é vista com dupla dimensão: um lado positivo que prevê a liberdade do trabalhador para vender sua força de trabalho a quem quiser e um lado negativo, que compreende na obrigação em vendê-la. Nesse caso o trabalhador passa a ser escravizado pela própria necessidade e a “mobilidade do trabalho é a forma pela qual a coerção da estrutura se atualiza como da dominação do capital sobre o trabalho. Ou seja, o trabalhador vive uma liberdade de escolha ilusória, já que a liberdade real está nas mãos do capital e o migrante não é senão a parte subjetiva direcionada pela estrutura do capitalismo.

Tanto os liberais quanto os estruturalistas mantinham suas abordagens sob o enfoque econômico. Fazendo um resgate dessas teorias destacam-se grandes pensadores.

Thomas Robert Malthus[25] (1766/1834) foi um grande estudioso da população, o qual publicou duas obras que marcaram sua trajetória, além de servir como base para importantes teóricos evolucionistas como Charles Darwin e Alfred Russel Wallace.

Essas obras[26] foram publicadas no final do século XVIII e início do XIX.

---

[25] Para Malthus, assim como para seus discípulos, qualquer melhora no padrão de vida da população seria temporária, já que acarretava um inevitável novo aumento da população que ocasionaria nova crise. Com base nesse ciclo, percebe-se que Malthus entendia a imigração como uma conseqüência inevitável da superpopulação. Este pensamento derivava de sua concepção de que a população crescia em ordem geométrica, enquanto a capacidade de gerar recursos crescia em ordem aritmética. Na sua concepção, com o passar do tempo não haveria mais espaço e nem comida para todos, contudo ele via na emigração para o Novo Mundo uma saída para escapar ao ciclo de pobreza e miséria que a Europa estava enfrentando. Malthus apontava para a inevitabilidade e/ou naturalização da pobreza.

[26] "Um ensaio sobre o princípio da população na medida em que afeta o melhoramento futuro da sociedade, com notas sobre as especulações de Mr. Godwin, M. Condorcet e outros escritores" (1798) e_"Um ensaio sobre o princípio da população ou uma visão de seus efeitos passados e presentes na felicidade humana, com uma investigação das nossas expectativas quanto à remoção ou mitigação futura dos males que ocasiona" (1803).

Algumas teorias abordadas sob a lógica do sistema capitalista foram desenvolvidas por Karl Marx[27], Frederich Engels e seus seguidores. Eles reforçaram as análises de cunho econômico e contextualizaram as migrações de acordo com a mobilidade de força de trabalho, sendo esta condicionada pela lógica do capitalismo.

Outro personagem que surge logo depois de Marx foi Maximillian Carl Emil Weber[28] (1864/1920), assim como Marx também foi um intelectual alemão, economista e como Durkheim marcou os pilares da sociologia. Weber via a migração de forma menos definida.

Assis e Sasaki (2000), analisando estes autores clássicos, perceberam que a migração anteriormente era abordada enquanto conseqüência do processo de desenvolvimento do capitalismo, que, por sua vez, centrava-se nos ideais da industrialização, urbanização e mobilidade populacional. Assim, a migração foi uma preocupação secundária para estes autores, pelo menos naquele contexto.

Diante da grande onda migratória proveniente da mobilidade populacional da Europa para os países do Novo Mundo, principalmente para os Estados Unidos no início do século XX, os sociólogos norte-americanos se viram forçados a pensar na imigração como um problema, já que essa mobilidade, decorrente do crescimento populacional e das crises econômicas nos países europeus, gerou um intenso debate político nos Estados Unidos, sobretudo, tendo em vista a preocupação emergente nesse país com a constituição da sociedade frente à presença maciça de imigrantes, debate este que ainda é presente e bastante polêmico nos EUA.

---

[27] Marx (1818/1883), intelectual e revolucionário alemão estudava a pobreza do homem, relacionando esta como conseqüência do capitalismo e da exploração exacerbada da mais valia pelos donos do capital. Ao estudar mais profundamente o capitalismo, as classes sociais e os efeitos das mudanças econômicas e políticas na França, Irlanda, e Escócia, Marx realçou a cumplicidade dos governos e dos militares na coerção de camponeses e pequenos proprietários para migração, através de movimentos de cercamentos (*enclosures*), autorizações de partida e assistência estatal aos movimentos de emigração,

[28] Weber, assim como Marx e Durkheim, se concentrava nos estudos acerca da industrialização e da expansão do capitalismo. Seus estudos tinham como foco a ética protestante e sua influência na acumulação de capital. Weber dizia que a migração era um fator incidental, criando novas classes sociais e grupos de status étnicos.

O estudo pioneiro dentro dessa abordagem, a obra de Thomas & Znaniecki (1918), *The Polish Peasant in Europe and America*, influenciou fortemente os estudos posteriores de migração. Esta obra é considerada importante porque, embora tratasse de um objeto específico – os cerca de dois milhões de poloneses que migraram para a América entre 1880 e 1910 – os autores demonstraram através desse estudo, como o processo de migração quebra os laços de solidariedade, particularmente o sistema familiar. Os estudos influenciaram o surgimento da sociologia urbana e da sociologia do desvio, temas retomados pela Escola de Chicago.

A Escola de Chicago desenvolveu análises nessa linha, cujo foco se concentrava nos processos de adaptação, aculturação e assimilação dos grupos imigrantes dentro da sociedade americana. Estes teóricos acreditavam que a completa assimilação estrutural e cultural pudesse ocorrer, embora não fosse claro se isso envolveria a adoção de valores anglo-americanos. O termo utilizado para se referir a esses processos de aculturação foi *Melting pot*, cujo estudo mais detalhado de todo o processo da construção política e teórica do termo foi elaborado por Glazer e Moyniham (1970).

Na medida em que o tão sonhado *Melting Pot* não se concretizou (já que não houve uma mistura de raças, tampouco homogeneização sócio-cultural, mas ao contrário, esses grupos se transformaram em grupos étnicos[29] afirmando suas especificidades nacionais) as críticas à Escola de Chicago e às teorias similares aumentaram e poucos estudos se aprofundaram (IHÀ, 2006).

Ao longo dos anos 1950, como uma das conseqüências das transformações políticas e econômicas que ocorreram no período pós-guerra, ocorreu uma reconfiguração dos fluxos migratórios internacionais. Novos grupos imigrantes, tais como latino-americanos, asiáticos e outros não brancos, entraram no *Melting Pot* e evidenciaram a persistência dos grupos étnicos que colocaram a questão dos pressupostos assimilacionistas em foco. A partir dos anos 60, os estudos sobre imigração podem ser caracterizados como um *revival* étnico e expressaram a crise das análises frente aos princípios da modernização (ASSIS E SASAKI, 2000).

O crescente interesse pelos fenômenos migratórios no final do século XX foi marcado por análises econômicas desses processos. Os estudos tornaram-se mais macro-sociológicos, tendo seu foco se deslocado para análises mais quantitativas, baseadas em *surveys*, e nesse

[29] Sobre a transformação de grupos imigrantes em grupos étnicos na sociedade americana, ver Poutignat & Streiff-Fenart (1998), que fazem uma discussão sobre o conceito de etnicidade.

sentido, há uma ênfase muito maior no indivíduo migrante do que nas suas relações sociais. Nesse caso, a sociologia desloca sua fronteira para as proximidades da economia, distanciando-se um pouco da história e da psicologia social, que influenciaram muito os estudos dos funcionalistas e da própria Escola de Chicago.

Duas correntes evoluíram a partir daí: teóricos da economia migratória, anteriormente citados sob a ótica funcionalista-organicista ou estruturalista-histórica; e os teóricos das redes sociais.

Assis e Sasaki (2000), em seu resgate acerca das teorias migratórias, destacam que a perspectiva neoclássica, dentre as abordagens econômicas, enfatiza que a migração internacional de trabalhadores é causada pelas diferenças de taxas salariais entre países. Os mercados de trabalho – e não outros, como financeiro, por exemplo – são os mecanismos primários pelos quais os fluxos internacionais são induzidos, isto é, eles defendem a teoria do equilíbrio de renda e emprego de diferentes países. Para os neoclássicos, o migrante calcula o custo e o benefício da experiência migratória e é isso que influencia e determina a sua decisão, sendo que a migração é entendida aqui como simples somatória de indivíduos que se movem em função do diferencial de renda (Assis e Sasaki, 2000). O modelo neoclássico definia o sucesso do migrante pela sua educação, experiência de trabalho, domínio da língua da sociedade hospedeira, tempo de permanência no destino e outros elementos do capital humano.

A teoria *micro-econômica neoclássica* entende a migração como uma escolha racional dos indivíduos baseado no custo-benefício, calculados a partir das expectativas de retornos economicamente positivos. Para Lee (1980)

> (...) em qualquer área, existem inúmeros fatores que atuam no sentido de reter as pessoas dentro da própria área ou de atraí-las para si, e outros que tendem a expulsá-las. (...) Alguns fatores afetam a maioria das pessoas praticamente da mesma maneira, enquanto outros afetam pessoas distintas de maneiras deferentes. (LEE, 1980: 111).

Na perspectiva de Lee (1980), a migração seria um processo seletivo “em razão das pessoas responderem de forma diferente à série de fatores positivos e negativos”. Mesmo que

a “seleção no local de origem seja negativa ou aleatória, os obstáculos intervenientes servem para peneirar alguns dos débeis e incapazes”. (LEE, 1980: 111-112).

Com relação às análises teóricas mais direcionadas para o contexto latino-americano, Singer[30] (1975) se destaca como o teórico que desenvolveu uma abordagem histórico-estruturalista específica, com sua origem influenciada pelos trabalhos que buscavam entender as migrações internas ocorridas em países subdesenvolvidos da América Latina e da África, na segunda metade do século XX, marcada pela intensificação da industrialização de inúmeros países, resultando em grandes fluxos migratórios, de origem rural, em direção às cidades industriais. Segundo Matos & Garcia (2008), para entender tal contexto, as teorias neoclássicas até então vigentes mostravam-se insuficientes, o que motivou a elaboração de estruturas teóricas mais amplas e melhor adaptadas à realidade do mundo subdesenvolvido, como a “teoria da dependência” e a teoria do “centro-periferia”.

Ainda segundo os autores, os pontos chaves da abordagem histórico-estruturalista podem ser resumidos assim:

> A migração deve ser analisada em suas inter-relações com outros processos globais e a análise deve ser referida historicamente, já que os fluxos alteram-se ao longo do processo de desenvolvimento. As causas devem ser rastreadas não apenas na origem e destino, mas analisadas tendo em conta os fluxos inter e intra-regionais, sem perder de vista as estruturas econômicas, políticas, sociais e demográficas. Assim é relevante analisar as determinações políticas e econômicas dadas pela estrutura de classes e como isto afeta os fluxos majoritários (MATOS & GARCIA, 2008:3).

[30] Singer recorria a Marx quando dizia que *“a grande massa rural, confinada na economia de subsistência, passa a constituir para a economia capitalista industrial (...) um exército industrial de reserva”*, mas concordava que a melhoria das condições de vida do trabalhador urbano funcionava como fator de atração para a população rural. Para ele, mesmo com as melhorias das condições de vida nas cidades, e a melhoria da infra-estrutura de estradas e comunicações que faziam aumentar as migrações internas, os grandes fluxos do tipo campo-cidade se explicavam principalmente pelos chamados fatores de expulsão. A principal contribuição teórica de Singer no estudo das migrações internas se encontra na afirmativa de que a “*desestabilização do mundo rural associava-se diretamente à desestruturação das economias de subsistência com a expansão do capitalismo”*. Segundo Singer, “as estruturas fundiárias arcaicas e a crescente pressão populacional sobre a disponibilidade de áreas cultiváveis, em um momento em que o declínio da mortalidade já produzia seus efeitos, só fazia agravar as iniqüidades do quadro histórico-estrutural” (SINGER (1976:122).

Na perspectiva economicista de Singer, “as migrações não parecem ser mais que um mero mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta, em última análise, ao rearranjo espacial das atividades econômicas” (SINGER, 1975: 31-33).

Para Portes[31] (1995), a ênfase dada à ação racional pelos neoclássicos seria questionável, pois estes autores não consideravam a ação econômica sendo socialmente orientada, o que significa dizer que a busca por ganhos materiais também deveria estar relacionada às expectativas de reciprocidade, no curso da interação social, no interior do seu grupo.

Assis e Sasaki destacam que em anos recentes, os “novos economistas” da migração têm contribuído para desafiar muitas hipóteses e conclusões da teoria neoclássica e que a principal contribuição desta nova abordagem é o entendimento das decisões migratórias não como decisões tomadas pelos atores individuais isolados, mas por unidades maiores de pessoas relacionadas – tipicamente famílias ou domicílios – nas quais as pessoas agem coletivamente, não apenas para maximizar a renda esperada, mas também para minimizar e afrouxar os constrangimentos associados a uma variedade de mercados de trabalho (ASSIS E SASAKI, 2000).

Outra abordagem econômica desenvolvida nos EUA, destacada por Assis e Sasaki (2000), está baseada no funcionamento do mercado de trabalho e possui duas perspectivas diferentes sobre a inserção e o desempenho dos imigrantes. A primeira abordagem seria a dos teóricos da segmentação[32] e a segunda a dos teóricos do capital humano (BORJAS,1990).

Dentre os teóricos que analisam as redes sociais[33], Assis e Sasaki (2000) destacaram Tilly (1990) e Massey (1990), que, assim como Boyd, demonstraram a viabilidade de utilizar a abordagem das redes sociais para compreender os processos migratórios. Por outro lado,

---

[31] Este autor, partindo do conceito de Weber de ação social, considera que os indivíduos, ao optarem por uma ação racional, levam em consideração não apenas princípios econômicos, mas também procuram atender as expectativas relacionadas ao grupo ao qual pertencem. O impacto dessa forma de entender a ação racional nos estudos sobre migração – a decisão de migrar e o próprio processo de inserção do migrante na sociedade de destino – passa a ser analisado considerando a influência das relações sociais e não apenas a decisão individual.

[32] PIORE & DOERINGER (1971) e GORDON et al. (1964, 1982)

[33] Os trabalhos desses autores demonstraram a importância das redes sociais na articulação dos processos migratórios, enfatizando a solidariedade no interior dos grupos imigrantes como uma das características que configuram e sustentam as redes. Entretanto, estes mesmos autores apontam para a ambigüidade dessas relações, pois a própria dinâmica da migração revela que tais laços sociais de origem comum são permeados por conflitos e ambigüidades.

estudos com base em redes sociais, desenvolvidos por essa autora e Assis (2006) destacam que nos processos migratórios contemporâneos, os migrantes mantêm múltiplas relações, tanto na sociedade de destino quanto na de origem. Estas relações sugerem características transnacionais[34] nestes fluxos.

De acordo com Vainer (2001), num mundo em que aparentemente se configura a realização plena da utopia neoliberal surgem novas categorias de migrantes não contemplados por esses teóricos: são milhões de pessoas deslocadas compulsoriamente, reassentadas, refugiadas, repatriadas e deportadas, expulsas e clandestinas. Para o autor, essas pessoas são consideradas migrantes, pois se deslocam a si mesmas, mas apesar de toda a liberdade disseminada pela globalização do mundo moderno, esses seres humanos muitas vezes são proibidos de ficar aonde nasceram, são confinados ou então são obrigados a sair de suas terras configurando a natureza perversa de tal liberdade, operada pela aldeia global, na qual o mundo se apresenta "desterritorializado e sem fronteiras para uns enquanto é guetificado e delimitado para outros". Entre os dois mundos encerrados num mesmo território pesa a mão do Estado, reguladora das relações e mediadora de conflitos em conjunto com o interesse das empresas locais, nacionais e multinacionais, cada vez mais presentes e influentes nas decisões finais e no destino da política migratória.

Para Vainer (2001:183), a violência é um fator intrínseco à modernidade, decisivo e desconsiderado por muitos teóricos das migrações contemporâneas, tanto os estruturalistas quanto os neoliberais, o que para o autor configura uma crise nas teorias migratórias.

Assim, as teorias apresentadas serviram para que esta pesquisadora tentasse compreender como o processo migratório analisado se comporta, quais as semelhanças e discordâncias de análises anteriores com os imigrantes em Florianópolis.

Dessa forma, foi possível entender que o presente estudo não pode se posicionar sobre uma ou outra teoria para analisar a imigração presente. Outrossim, sugere a combinação de múltiplos fatores, sejam eles relacionados com a dinâmica da reorganização da economia mundial, principalmente da integração regional do MERCOSUL; com as articulações de redes sociais envolvidas no processo ou ainda como resultado da política econômica adotada pelos líderes locais, baseada no turismo.

---

[34] Para entender mais sobre transnacionalismo ver os trabalhos de PORTES (2004) e IHÁ (2006) .

2.1 O IMIGRANTE CONTEMPORÂNEO

Percebe-se que a mobilidade humana esteve presente de alguma forma na vida das pessoas, seja direta ou indiretamente em todos os tempos. Em qualquer parte do mundo, com as devidas especificidades de cada tempo e espaço, tais deslocamentos sempre existiram, em maior ou menor proporção, de acordo com as necessidades humanas. No Brasil, a partir da chegada dos portugueses, os deslocamentos foram intensificados, seja pela fuga dos indígenas para o interior do continente ou pelo contingente africano, escravizados e trazidos da África pelos próprios portugueses para suprir a mão-de-obra ausente e tão necessária para os objetivos do Império português. As necessidades impostas em cada período da história do Brasil e do mundo comandaram os deslocamentos populacionais. Desta forma, pode-se inferir que desde que o mundo é mundo os povos se deslocam.

Entretanto, nem todo deslocamento de população pode ser considerado migração. A imigração atual e que está sendo considerada por esta pesquisadora se refere aos latino-americanos que por motivos diversos (exclusão do sistema econômico nativo e/ou busca de novas oportunidades em uma nova terra) se inseriram no fluxo migratório contemporâneo regional no cone sul americano.

Nesse caso, outras faces da imigração contemporânea não serão contempladas neste estudo, apesar de estarem presentes em diversos contextos pelo mundo, como a imigração de refugiados, refugiados ambientais, o tráfico de imigrantes e a inserção da segunda ou terceira geração.

De acordo com Denise Cogo, em 1995 aproximadamente 125 milhões de pessoas no globo residiam fora do seu país de origem, um número muito superior aos 75 milhões computados em 1965. O contra-senso desta contabilidade é que a mesma aponta para o grande fluxo dos países menos desenvolvidos para os mais desenvolvidos, ao mesmo tempo em que estes países passam a adotar medidas ainda mais restritivas (COGO, 2003).

As migrações na virada do século XXI são marcadas por vários contextos: pela ampliação das redes migratórias, intensificação de redes inter-regionais, grande mobilidade intra-regional devido à criação de blocos econômicos como o Mercado Comum Europeu e o MERCOSUL, consolidação dos fluxos para a Europa, América do Norte e Austrália como principais pólos receptores e ainda a movimentação leste-oeste em virtude da queda do muro de Berlim e conflitos étnicos e separatistas na região.

Por outro lado, o imigrante contemporâneo também foi se alterando, pois não são apenas trabalhadores em busca de oportunidades que migram. A migração atual abarca também: refugiados políticos e ambientais, asilados, pessoas que migram procurando a reunificação familiar, além dos migrantes clandestinos e indocumentados, que por sua condição de ilegais são os mais vulneráveis no contexto social. Outras experiências migratórias têm sido denominadas como “fuga de cérebros” por alguns teóricos com relação à maior mobilidade de capital humano dos países do sul em direção aos países desenvolvidos, e ainda, a recente migração da Terceira Idade, referente aos aposentados ou inativos que passaram a morar em “países com melhores condições climáticas e econômicas como a Espanha” (COGO, 2003).

A imigração, de modo geral, é um processo que, em sua própria gênese, se mostra contraditório. O ser humano quando escolhe migrar está conscientemente abrindo mão de viver num ambiente já conhecido, com o qual ele se identifica e mantém raízes, para tentar uma vida nova num lugar diferente e às vezes hostil, ou seja, o migrante sabe que sua jornada não será fácil e que virá acompanhada de conflitos e desvantagens, muitas vezes grandiosas se a empreitada for de cunho internacional. Entretanto, ele vê alguma vantagem no processo, do contrário não enfrentaria tais mudanças. Por outro lado, o migrante internacional quando parte, diz aos seus entes que voltará em breve, quando tudo estiver melhor, e estes confiam que um dia, quando tudo estiver bem, ele voltará. Na realidade, o provisório acaba normalmente se transformando em permanente, e, mesmo assim, o imigrante ou seus familiares não o reconhecem como tal. Até mesmo as autoridades dos países de origem e/ou destino preferem não reconhecer esses imigrantes como permanentes. Assim sendo, eles continuam a se perceberem e a serem percebidos como provisórios, apesar de muitas vezes não retornarem à sua origem (SAYAD, 1998).

Tem-se, portanto, que a imigração contemporânea é um fenômeno contraditório, o qual se mantém com uma inércia dinâmica sutil, pois ao mesmo tempo em que é causa também é conseqüência das agruras da “globalização”. Embora represente, em última instância, a arma de resistência humana ao controle dos corpos e territórios, encerra em si mesma a contradição da fuga para o combate. Esse dinamismo e complexidade fazem parte da imigração contemporânea, a qual enfrenta a livre circulação de mercadorias, informações e cultura, disseminada pela idéia de “aldeia global”, a mesma ideologia que impede a livre circulação de trabalhadores.

Vainer (2001), em sua análise acerca das novas categorias de deslocamentos populacionais e das restrições migratórias, destaca com primor a lógica da migração nos tempos modernos e ressalta a lacuna das teorias migratórias diante dessa nova lógica. Para ele, estudar os deslocamentos populacionais significa estudar as relações entre grupos sociais, corpos e territórios, e estas remetem a processos de dominação e não apenas a processos econômicos. A violência aparece no contexto migratório como instrumento do exercício de poder sobre os corpos e o território. "Poder de Estado quase sempre, mas não apenas" (2001: 182). Ressalta ainda que a violência tanto expulsa e força deslocamentos, quanto bloqueia e impede os mesmos. Assim, a mobilização ou imobilização forçada são as duas faces da mesma moeda. Contraditoriamente, o fenômeno migratório contemporâneo não contempla o "mito fundador da modernidade: o direito e a liberdade de ir e vir", ao mesmo tempo em que a ideologia do mundo global e sem fronteiras é disseminada como um ícone da modernidade.

Atualmente o processo migratório vem permeado com insegurança, medo e desconfiança. A imigração não deixou de ser símbolo de desenvolvimento, mas agregou a condição de problema social, principalmente para os países receptores.

Por outro lado, os imigrantes de hoje "mantêm múltiplas relações entre a sociedade de origem e destino, por meio de cartas, de fotos e, mais recentemente, pela internet" (CANCLINI, 2003:71; ASSIS, 1995 e 2004). Ao mesmo tempo, se inserem na nova sociedade através da escola e do trabalho.

Mesmo inseridos em uma nova sociedade, estes imigrantes continuam participando de maneira diferenciado do cotidiano do seu país de origem, muitos inclusive enviam recursos para os familiares e até mesmo adquirem imóveis e investem em empreendimentos aos cuidados de familiares na sua terra natal, prevendo um possível retorno.

Tais fatores corroboram para que esses migrantes passem a ser reconhecidos, por vezes, como transmigrantes ou migrantes transnacionais[35].

Outra característica marcante da migração na contemporaneidade destacada por Sayad se refere à identidade, pois a maior parte das comunidades de origem "fingem considerar seus imigrantes como simples ausentes", da mesma forma como se sentem os próprios imigrantes, não admitindo sua condição de imigrante. Além do mais, as comunidades receptivas normalmente definem estatutos de provisoriedade para os imigrantes, negando-lhes o direito

[35] Ver IHA, 2006; RIBEIRO, 2000; ASSIS, 2000; PORTES, 2004.

de uma presença reconhecida como permanente, mas consentindo em tratá-los, enquanto houver algum interesse, como um provisório que pode passar a ser definitivo (SAYAD, 1998).

Bonassi (2000), em seu estudo dedicado aos imigrantes latino-americanos no Brasil destaca algumas características gerais da migração contemporânea, assim como particularidades regionais que marcam o processo migratório em questão.

Segundo a autora, um estrangeiro em situação ilegal encontra-se excluído pelo Direito e excluído por um reconhecimento social da comunidade nacional; ele não existe. No que diz respeito aos outros, é um presente ausente[36]

Para Margherita Bonassi, o aumento da imigração rumo aos países desenvolvidos é um fenômeno que caracteriza os fluxos atuais, presente em quase todos os países da América Latina. Este novo fluxo abarca particularmente uma mão-de-obra mais qualificada (fuga de cérebros), alcançando proporções importantes em várias nações como o México e os países da América Central, Caribe e América do Sul em direção aos EUA - mão-de-obra qualificada que vai ocupar, geralmente, subempregos. Enquanto isso, a mão-de-obra imigrante menos qualificada dirige-se em maior número aos países vizinhos (BONASSI, 2000).

Outro fato marcante da contemporaneidade é o aumento de imigrantes ilegais, sejam eles clandestinos ou indocumentados. Este fenômeno é destacado pela autora como um fenômeno estrutural. Para exemplificar tal questão, a autora parte da explicação de que o incremento de ilegais faz levantar a hipótese de uma lei migratória semelhante àquela formulada por Ravenstein, em 1889:

> (...) quanto mais as medidas são restritivas, cada vez mais cresce o número dos ilegais e dos traficantes de mão-de-obra estrangeira, que com objetivos de lucro, vendem um futuro esplêndido, alimentando sonhos impossíveis, acrescentando fatores de expulsão aos países menos abastecidos e alimentando, ao mesmo tempo, no mundo industrializado o medo dos fluxos incontroláveis (BONASSI, 2000: 33-34).

Segundo De Leon (1996), em todos os países de imigração tem-se verificado que quanto mais restritivas são as medidas mais cresce o número de clandestinos e dos agenciadores de mão-de-obra ilegal, atualmente organizados em redes internacionais, que

[36] Ver artigo “Hispano-americanos, os presentes ausentes”. AMBROSIO, GEREMIA & R. BONASSI (1991).

segundo Bonassi (2000) “estão presentes nas fronteiras, sobretudo nas de difícil acesso, cobrando valores absurdos pela travessia arriscada e perigosa, nas quais não poucos migrantes perdem a vida”.

De acordo com Hugo (1998), “parece que existe pelo menos a mesma quantidade de imigrantes internacionais ilegais quanto migrantes oficialmente reconhecidos” (Hugo, 1998). Esse fato realça a idéia de que a tácita aceitação pelos países desenvolvidos da economia subterrânea dos países de imigração reforça a intensificação do fluxo, o qual se consolida por meio da persistência das redes sociais. Assim, o desinteresse da comunidade internacional em modificar as causas endêmicas do êxodo forçado aliada à desconexão entre as políticas migratórias desenvolvidas nas nações, tanto emissoras quanto receptoras de migrantes, contribuem para o crescimento contínuo de ilegais no processo migratório.

Além disso, outras medidas estão sendo tomadas pelo mundo afora que revelam os paradoxos e contradições da migração contemporânea internacional. Segundo Luísa Deponti (1998),

> (...) as medidas tomadas pelos estados no mundo inteiro revelam certa cegueira: levantam-se muros e barreiras, promulgam-se leis restritivas com ações repressivas contra ilegais, como a prisão, a deportação e a expulsão; tudo isso, porém, atinge, sobretudo os imigrantes e muito pouco, ou quase nada, as grandes organizações de exploradores.

2.2. OS NOVOS IMIGRANTES PARA O BRASIL

O Brasil, nas últimas décadas do século XX passou a se configurar não mais apenas como um país de imigrantes, mas devido à crescente emigração de brasileiros, principalmente a partir dos anos de 1980 para os EUA, como um país de grande circulação de pessoas, enviando brasileiros para países mais desenvolvidos e recebendo imigrantes de países menos desenvolvidos. O Brasil passa a se inserir no contexto da migração contemporânea, em que os maiores fluxos se originam nos países mais pobres e se direcionam aos países mais ricos.

Esse movimento de emigração retrata a inversão na imagem do país, antes conhecido apenas como receptor de imigrantes. Entretanto, o país não deixou de receber novos moradores. Pode-se perceber, também neste período, um movimento de coreanos, bolivianos e outros latinos em direção ao Brasil (ASSIS & SASAKI, 2001: 616).

De acordo com estudos de Antico (1998) acerca do Censo Demográfico de 1981/1991, os dados revelaram que 122.851 pessoas[37] declararam como residência anterior algum país estrangeiro, no período entre 1981 e 1991.

> Os países da América do Sul foram responsáveis por 41,3% (50.731 pessoas) do movimento migratório internacional recebido pelo Brasil no período. Em seguida, os países europeus, com 24,7% (30.336 pessoas), da América do Norte, com 16,8% (20.587 pessoas), e asiáticos, com 11,5% (14.103 pessoas). Dentre os países com maior destaque, nos respectivos continentes, pode-se citar Paraguai (18.733 imigrantes), Argentina (8.795 imigrantes), Bolívia (7.173 imigrantes) e Chile (5.365 imigrantes); Portugal (6.403 imigrantes), França (4.664 imigrantes), Alemanha (4.365 imigrantes) e Grã-Bretanha (4.294 imigrantes); Estados Unidos (18.528 imigrantes); Coréia (3.445 imigrantes) e Japão (2.889 imigrantes). Ainda conforme a análise da autora, o principal destino da migração para o Brasil foi a Região Sudeste, que recebeu 65.809 pessoas, o que corresponde a 53,6% do fluxo total, seguida das Regiões Sul e Centro-Oeste, com 27.885 e 14.092 pessoas respectivamente. Pode-se observar que se concentram nas Regiões Sudeste e Sul, os Estados com os mais elevados volumes de imigrantes internacionais do país. O Estado de São Paulo registrou 38.204 pessoas, o que equivale a 58,1% do total da Região Sudeste, e a 31,1% do total do país, o maior volume verificado, em 1991, dentre todas as Unidades da Federação. Em seguida, também se destacaram no contexto nacional os Estados do Rio de Janeiro e do Paraná, que receberam 16.134 e 14.447 imigrantes, respectivamente, além de Minas Gerais, com 10.300 pessoas, e Rio Grande do Sul, com 10.074 pessoas (ANTICO, 1998).

A partir de tal análise, pode-se empreender que o Brasil, entre as décadas de 1980 e 1990, mantinha grande dinâmica migratória de imigrantes regulares, já que os dados analisados são do Censo e normalmente os imigrantes indocumentados não se sentem à vontade em responder ao Censo, com medo de represálias e deportação

Nesse período o país ainda não adentrara em negociações para a integração regional do MERCOSUL. Entretanto, os dados confirmam que 41,3% das migrações eram provenientes da região, mantendo assim a regularidade histórica das migrações no Cone Sul da América Latina, conforme destaca os estudos de Kratochwil (PATARRA, 1996)

[37] Foram consideradas as pessoas com menos de dez anos de residência no município atual, que declararam outro país como local de residência anterior.

O Brasil, assim como outras nações que vivenciam o fenômeno migratório nos dias atuais, percebe-o mais profundamente, assim como aos paradoxos da imigração em suas áreas de fronteira[38], que se apresentam como pólos atrativos ao mesmo tempo em que se constituem numa terra de todos e de ninguém.

Haesbaert, ao abordar o mito da desterritorialização[39], cita abertamente a mudança das fronteiras por meio de Shields:

> Fronteiras podem ter-se tornado mais do que linhas que definem o que está cercado daquele que não está, o ordenado do não-ordenado, ou o conhecido do não-conhecido. Fronteiras marcam o limite onde a ausência se torna presença. Mas tais fronteiras parecem estar se dissolvendo. Elas aparecem menos como barricadas impermeáveis e mais como limiares, "limen" através dos quais tomam lugar as comunicações e onde coisas e pessoas de diferentes categorias – local e distante, nativo e estrangeiro, etc. - interagem (SHIELDS apud HAESBAERT, 2006: 168-169).

Ao falar de fronteiras no mundo globalizado, Friedman consegue resgatar toda a sua complexidade no mundo contemporâneo, pois afirma que as fronteiras, com as suas linhas de demarcação, simbolizam a idéia de impermeabilidade, se bem que seja de impermeabilidade a realidade com que convivem. As fronteiras separam ao mesmo tempo em que ligam, fixam e demarcam, mas são em si mesmas linhas imaginárias em permanente processo de mutação. As fronteiras prometem segurança, estabilidade, a sensação de "estar em casa" - ao mesmo tempo em que forçam a exclusão e impõem ainda a condição de estrangeiro. As fronteiras são como a materialização da lei, policiando as divisões, usadas para exercer o poder sobre os outros, mas também para buscar o poder que permite a sobrevivência contra uma força dominante. Dessa forma, a autora ressalta que as fronteiras regulam os movimentos migratórios e de quem viaja - os fluxos de pessoas, bens, idéia e das formações culturais de toda a espécie. Ao fazê-lo, contudo, contrariam as práticas de regulação, na medida em que

---

[38] Fronteira vista como o "espaço liminar que há nos interstícios da mesma diferença, um espaço-fronteira que é simultaneamente o lugar de encontro, de interação e de trocas. Lugar da relação e das narrativas identitárias que tais relações geram". No falar da fronteira, as raias ou fronteiras funcionam, simbólica e materialmente, segundo o conjunto ordinário em que se combinam o puro e o impuro, o mesmo o diferente, o dentro e fora. Quer sejam literais ou figuradas, as fronteiras funcionam ainda como lugar de múltiplas contradições. A imagem esplendorosa do mosaico. Para maior aprofundamento na temática ver: FRIEDMAN, 2001.

[39] Para compreender melhor o termo ver: HAESBAERT, 2006.

promovem os encontros interculturais e a concomitante produção de heterogeneidades. As fronteiras são lugares de ódio e de mortandade, mas representam também lugares onde mora o desejo utópico da reconciliação e da paz. Para Friedman,

> "cruzar fronteiras de toda a espécie é algo que acontece a toda a hora, mas a constante experiência de cruzar depende da própria existência de fronteiras. As fronteiras são como zonas de contato, onde convergem diferenças fluidas, onde o poder circula de formas complexas e multi-direcionais, onde a capacidade de ação existe de ambos os lados desse esforço permanentemente mutável e permeável" (FRIEDMAN, 2001).

A relação entre fronteira, migração e suas histórias estão permeadas de contradições e especificidades. Num passado não muito distante, as migrações aconteciam para o desenvolvimento de uma nação, foi assim na colonização de várias nações e no povoamento de outras. Os imigrantes saíam em busca de riqueza e se retornavam traziam sempre novidades de um novo mundo. Atualmente a migração passou a ser um problema para os países receptores que precisam se adequar com os novos moradores, apesar destes trabalhadores se inserirem no mercado informal ou em subempregos desprezados pela sociedade. Já para os países emissores fica a dúvida, pois nem sempre a vantagem das remessas prevalece sobre a desvantagem da fuga de cérebros e da população em idade economicamente ativa. São os dilemas da contemporaneidade impostos pelo sistema, os quais resultam em políticas migratórias cada vez mais restritivas, na construção literal de muros e no reforço das fronteiras sempre vigiadas entre os países, além da xenofobia crescente impregnada no âmago das novas sociedades.

Os brasileiros clandestinos enfrentam os muros na fronteira com o México, o preconceito e a *Diretiva de Retorno*[40] na Europa, por outro lado, os indocumentados que

---

[40] A Diretiva de Retorno, adotada no dia 18 de junho de 2008 pelo Parlamento Europeu, prevê regras para expulsão de imigrantes ilegais (os chamados "*sin papeles*") na União Européia. Entre outras medidas, a diretiva estabelece em sua forma atual um período de retorno voluntário para os imigrantes ilegais de entre 7 e 30 dias. Também prevê que os irregulares possam ser internados por no máximo seis meses antes de sua expulsão, período que pode se estender por outros 12 nos casos em que o irregular não coopere em sua identificação ou haja problemas para obter a documentação de países terceiros. Além disso, se estabelece para os expulsos uma proibição de retorno à UE de até cinco anos. Quanto aos menores não acompanhados, aceita-se a possibilidade de que possam ser devolvidos a tutores que não sejam parentes diretos ou a instituições adequadas de seu país. Disponível em: http://www.correiointernacional.com/especiais.

chegam ao Brasil também enfrentam muitas dificuldades e uma política migratória igualmente restritiva e autoritária.

Segundo Sprandel (2005), durante os anos 1990, o Brasil recebeu um número significativo de imigrantes (legais e ilegais) da Coréia do Sul e de países da América Latina, especialmente Bolívia e Peru. De acordo com os dados do censo de 2000, o fluxo internacional para o Brasil entre 1990 e 2000 se apresentou com: 46.5% (43.125 pessoas) da América Central e do Sul; 23,4% (21.636 pessoas) da Europa; 15,5% (14.368) da Ásia e 9,7% (9.029) da América do Norte.

O Censo de 2000 destaca o número de estrangeiros por país de nascimento com: 385.194 (56.3%) nascidos na Europa, 143.274 (21%) nascidos nas Américas do Sul e Central) e 121.787 (17.8% da Ásia). As maiores populações são de Portugal (31.2 %), Japão (10.4 %) e Itália (8 %).

De acordo com Sprandel (2005), o Censo 2000 apontou a região Sudeste como o destino principal dos imigrantes, recebendo 73,4% da população total de imigrantes, que era da 683.830. Sendo que quase a metade deste total (343.944) se concentrava no estado de São Paulo. Os outros estados com números significativos de imigrantes eram Rio de Janeiro, Paraná, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Os dez estados com maior registro de população estrangeira são: São Paulo 54% do total (448.563); Rio de Janeiro 23% (198.385); Paraná 4,6% (38.630); Rio Grande do Sul 3,9% (33.127); Minas Gerais 2,4% (20.101); Bahia 1,6% (13.753); Santa Catarina 1,4% (12.289); Pará 1,1% (8.092); Distrito Federal 0,9% (7.915) e Mato Grosso do Sul 0,8% (7.290).

De acordo com os dados da Policia Federal, existem 830.037 estrangeiros com registro ativo no Brasil. Estes estrangeiros regularizados estão divididos em: portugueses 33,5% (278.125); japoneses 11,4% (94.980); espanhóis 7% (58.510); italianos 6,4% (58.313); argentinos 3,9% (32.606); alemães 3,2% (26.966); norte-americanos 3% (25.087); chilenos 2,9% (24.834); chineses 2,7% (22.991); uruguaios 2,7% (22.478) e bolivianos 2,2% (19.064).

De acordo com a Polícia Federal do Brasil, de 2004 a 2007, houve um aumento de 51% no total dos novos registros de estrangeiros no país. Em 2004, a PF cadastrou 29.770 estrangeiros. Em 2007, 44.954. A PF não divulgou dados anteriores a 2004. Entretanto, quando se consideram apenas países sul-americanos, o percentual de aumento foi bem mais

expressivo. Em 2004, a PF havia cadastrado 4.594 argentinos, bolivianos, uruguaios e paraguaios. Em 2007, 11.252, um aumento de 144% em quatro anos[41].

Entretanto, os imigrantes clandestinos e/ou indocumentados não entram nessa conta. Segundo Sprandel (2005), a Polícia Federal chegou a calcular em 1998 um contingente aproximado de 100 mil estrangeiros em situação irregular, sendo estes bolivianos, chineses, coreanos, argentinos, chilenos, uruguaios, libaneses, peruanos e angolanos. Atualmente se prevê um número ainda maior. A Folha de São Paulo de 20/03/2005 publicou uma estimativa exagerada, na qual afirma que "o Brasil tem mais de 1,5 milhões de imigrantes irregulares". Das levas migratórias mais recentes, 80% seriam bolivianos, seguidos de peruanos, chineses e africanos.

A autora cita, em contrapartida, dados publicados em jornal argentino ("*La Nación*", de 27/01/05) que apontam para argentinos ilegais no Brasil, sendo estes mais de 100 mil, residindo principalmente em Florianópolis, Camboriú, Búzios e São Paulo (SPRANDEL, 2005).

Um exemplo da inconsistência dos dados aparece também ao se estudar os bolivianos, que são considerados como o maior contingente de imigrantes atuais; a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a exploração de mão-de-obra boliviana em São Paulo, trabalha com um número de 40 mil bolivianos, com base nos dados do Consulado da Bolívia e dos Ministérios da Justiça e Trabalho. Enquanto isso o Sindicato das Costureiras de São Paulo estima este número na casa dos 70 mil.

Silva, importante pesquisador dedicado aos estudos sobre o fluxo de latino-americanos para a cidade de São Paulo, afirma que as mudanças no padrão migratório nacional começaram a ocorrer a partir da década de 1970, quando São Paulo passou a ser o "porto de destino de milhares de hispano-americanos, que por motivos políticos ou econômicos, ou por ambos, apostaram neste país todas as forças para a realização de seus sonhos pessoais e familiares". Assim como, o autor também destaca que na década seguinte acontece o início da emigração de brasileiros para os Estados Unidos, Japão, Espanha, Portugal, Itália, entre outros, revelando que o Brasil deixara de ser um país exclusivamente se imigração e passava para a qualidade de um país de emigrantes. O autor ainda destaca que "tal fenômeno já vinha

[41] Dados disponibilizados pela BBC.com, em matéria disponível na rede, acessada no dia 04/04/2008.

acontecendo desde a década de 1970, com a fixação de brasileiros no Paraguai" (SILVA, 2008: 10).

Dados do Ministério de Relações Exteriores de 2003 revelam que o número de emigrados girava em torno de 1.805.436 brasileiros (PATARRA, 2005, p.26).

Assim, o país na década de 1980 sai de um período de mais de vinte anos de monotonia no quesito migratório para adentrar na dinâmica contemporânea de grande circulação de pessoas. Apesar de ter recebido um número significativo de imigrantes latino-americanos durante o regime militar, principalmente no início da década de 1980 quando o Brasil se encontrava já em processo de redemocratização, muitos deles vinham como refugiados de um sistema ainda mais repressivo do que o Brasil vivenciava. Entretanto, os novos imigrantes, com exceção dos colombianos que ainda migram por motivos políticos, passaram a ser caracterizados como de maioria laborais.

Nesse caso, o Brasil passa a figurar principalmente na década de 1990, como segundo pólo receptor de imigrantes regionais da América do Sul, perdendo apenas para a Argentina, que apesar da crise econômica mantém a liderança como destino preferencial. São Paulo, a metrópole nacional figura como principal destino no Brasil, ficando para segundo plano as localidades fronteiriças e na virada para o novo milênio os Estados do sul do Brasil se consolidam como principais receptores de imigrantes do cone sul americano.

Mesmo com todas essas evoluções no contexto migratório e inserção no fluxo mundial, o país mantém uma lei de imigração defasada com a realidade, fora do contexto da globalização e ainda deficiente frente à integração regional do MERCOSUL. Entretanto tem conseguido alguns avanços por meio de acordos bilaterais. Além disso, a imprecisão das informações e a conseqüentemente ausência de integração informacional tanto no contexto nacional quanto entre os países membros do MERCOSUL dificulta a elaboração de políticas regionais mais abrangentes, que resguardem os direitos humanos dos imigrantes. A partir de tal panorama tem-se o incremento do estrangeiro indocumentado como uma realidade nacional e não apenas uma problemática enfrentada pelos países mais desenvolvidos.

Um importante estudo realizado sobre a presença de imigrantes do cone /sul no Brasil foi desenvolvido por Sala e Carvalho (2005), no qual estudaram a modificação na dinâmica da população imigrante do cone sul residente no Brasil, apontando para o incremento na proporção de homens e mulheres de origem paraguaia e boliviana e para o arrefecimento da participação relativa de chilenos e argentinos, analisando os dados do Censo Demográfico do

IBGE de 1980/1991 e 2000. Neste artigo, os autores procuraram estimar os saldos migratórios e as taxas líquidas de migração nesse período.

Levando em conta que tal estudo tem como base os dados do Censo e parte dos imigrantes, principalmente os indocumentados acabam ficando de fora, pois nem sempre estes se propõem a responder ao Censo, com medo de represálias e/ou deportação, simplesmente por desconhecimento do sigilo obrigatório ao qual o Censo é submetido como órgão de pesquisa. Dessa forma, os resultados apresentados apontaram para a concentração de argentinos nos Estados de São Paulo (35.4%), Rio Grande do Sul (16.3%), Rio de Janeiro (13.2%), Paraná (10.6%) e Santa Catarina (9,1%).

Com relação aos resultados deste estudo, o Estado de São Paulo "mostrou ter reduzido a sua capacidade de atração de imigrantes em geral". Entretanto "foram relativamente altas as taxas liquidas de migração dos naturais da Bolívia e do Paraguai, o que provavelmente esteja ligado às oportunidades de emprego para imigrantes com muito baixa qualificação" (Sala e Carvalho, 2005). Por outro lado, os argentinos se direcionaram preferencialmente para Santa Catarina, assim como os paraguaios preferiram o Paraná. Já os uruguaios mantiveram sua preferência pelo Rio Grande do Sul, apesar de leve crescimento dessa imigração para São Paulo.

Diferente das imigrações anteriores para o Brasil, os fluxos contemporâneos se direcionam principalmente para centros urbanos, como Rio de Janeiro e São Paulo e a maior parte desses imigrantes são inseridos no mercado de trabalho informal, conseqüência direta da migração internacional clandestina.

Um exemplo desse novo movimento migratório em direção às regiões metropolitanas é destacado no trabalho de Galetti (1995), ao se referir a entrada recente de estrangeiros em São Paulo, sendo alguns deles bolivianos, colombianos, coreanos e chineses, "em geral clandestinos que trabalham em condições subumanas para as indústrias, principalmente de confecções. Essas indústrias de confecções, ramo que tradicionalmente pertencia aos judeus, vêm mudando seu perfil, sendo agora administradas por coreanos. A relação estabelecida entre coreanos e bolivianos nesse recente processo migratório em São Paulo não se diferencia da exploração observada no mundo inteiro, inclusive entre conterrâneos" (GALETTI, 1995; SILVA, 1995).

As migrações do tipo fronteiriças no Brasil foram estudadas em regiões como a Amazônia, por exemplo, com grande fluxo e pouco controle e assistência a esse contingente.

Essas áreas são marcadas por conflitos, disputas de terras e passam a ser um reduto para aliciadores, os quais recrutam trabalhadores e crianças que alimentam o tráfico internacional de pessoas (OLIVEIRA, 1987: 185).

No Brasil, várias pesquisas e publicações sobre imigração recente foram reunidas em um balanço da produção bibliográfica acerca das migrações internacionais do e para o Brasil, realizado por Assis e Sasaki em 2001, entretanto, a maior parte destes estudos abordava o fluxo do Brasil para o exterior. De acordo com essas autoras, a migração internacional contemporânea do e para o Brasil é um fenômeno recente. Estas autoras, assim como Salles, realizaram também estudos sobre o retrato do Brasil migrante publicado pela mídia (ASSIS & SASAKI, 2001: 617).

De acordo com Baeninger (2001), é possível caracterizar no Brasil três ondas de imigração estrangeira: a primeira é o período de 1880 a 1903, etapa que registrou a entrada de 1.850.985 imigrantes, com predominância de grande contingente de italianos; a segunda, de 1904 a 1930, registrou a entrada de 2.142.781 imigrantes. Por volta de 1904 a 1914, registra-se o decréscimo da imigração italiana e o aumento de portugueses e espanhóis com início da imigração japonesa. Com o fim da 1ª Guerra Mundial voltou a crescer o número de entrada de portugueses e outros europeus no Brasil como os poloneses, russos e romenos. Assim como outros imigrantes asiáticos judeus e japoneses.

Com a crise mundial causada pelo *crash* da bolsa de valores em 1929 e a concomitante crise do café no Brasil, o país encontra na substituição de importações a saída de parte dos seus problemas econômicos partindo para a industrialização e urbanização como plano de Estado[42]. Neste período, a partir de 1930, a entrada de imigrantes estrangeiros diminuiu significativamente devido à nacionalização extrema e a conseqüente política migratória. Entretanto, alguns imigrantes continuaram a vir para o Brasil, sendo mais europeus de modo geral, como portugueses, italianos e espanhóis.

Foi somente a partir da década de 1950 que outros grupos começaram a vir para o Brasil, fruto de uma nova política internacional entre o Brasil e a Coréia do Sul. Apesar dessa nova aliança, essa corrente migratória seguiu os moldes da antiga e tradicional contratação de mão-de-obra para a lavoura. Além destes coreanos que se destinavam ao interior de São Paulo, vieram também imigrantes latino-americanos para trabalhar nas cidades, atraídos pela

[42] Ver análise de Ignácio Rangel, sobre a periodização da economia brasileira.

oferta de emprego na construção civil, desencadeada com a política de desenvolvimento nacional, quando o presidente Jucelino Kubistchek propôs a construção de estradas e cidades constituindo a urbanização do Brasil, com a emergência de desenvolver o equivalente de cinqüenta anos em cinco. Essa política desenvolvimentista atraiu os imigrantes de países vizinhos, principalmente bolivianos que inicialmente vinham em pequeno número e se fixavam em áreas urbanas.

Com o regime militar da década de 1960, o movimento imigratório declinou consideravelmente. Entretanto, uma nova corrente de imigrantes surge no Brasil, criada a partir de políticas de governo que ainda mantinha a estratégia de trazer imigrantes para trabalhar na agricultura. São os coreanos, que segundo Galetti (1995), chegaram ao porto de Santos no dia 12 de fevereiro de 1963.

Segundo o autor, esse grupo de 103 coreanos (17 famílias) constitui a gênese do processo migratório que definiu o fluxo posterior de coreanos, que ao invés de se dirigirem para o interior de São Paulo ou para fazendas em Goiás e Rondônia para trabalhar na lavoura, agora migram rumo à metrópole paulistana e trabalham junto de seus conterrâneos no comércio ou em confecções de roupas. (GALETTI, 1995)

Foi no final da década de 1960, a partir das dificuldades e da evasão dos imigrantes do campo para a cidade que tanto o governo brasileiro quanto o coreano decidiram proibir a imigração agrícola. No entanto, na década de 1970 a entrada de alguns coreanos foi permitida, desde que fossem técnicos de nível universitário e viessem com contratos de serviço nas mãos. Mas tal política restritiva não impossibilitou de fato a continuação do processo. Segundo Galetti (1995), os coreanos passaram a entrar no Brasil via Bolívia ou Paraguai, “auxiliados por profissionais que cobravam para transportar os clandestinos, com várias opções de rotas (...), entretanto o destino final era sempre o mesmo: São Paulo”.

Outro grupo significativo na migração contemporânea são os bolivianos, que assim como os coreanos começaram a chegar ao Brasil nas décadas de 1950 e 1960, mas seu fluxo se consolidou mesmo a partir dos anos de 1970, “devido às promessas de trabalho geradas pelas grandes obras do regime militar” (GALETTI, 1995).

A década de 1980 no Brasil foi uma década de transição política e estagnação econômica, deixando de ser um pólo atrativo para imigrantes em busca de trabalho. A imigração nessa época se mantém incipiente, exceto com a manutenção do fluxo de coreanos e bolivianos, em sua maioria clandestina.

Conforme Carvalho (2001)

> "O padrão migratório no Brasil, a partir dos anos 80, pode ser assim resumido: redução do volume dos fluxos migratórios internos de longa distância, maior peso das migrações de curta distância e intra-regionais, maior incidência das migrações de retorno, alteração da tendência à concentração urbana nas grandes capitais e regiões metropolitanas e emigração internacional, com aumento de imigrantes internacionais nas regiões Sul e Sudeste e na soma de todos os estados, há um aumento de mais de 55% no volume de entradas internacionais (CARVALHO et al.apud ESPINOLA, 2005).

Por outro lado, a década de 1980 marca a inserção do Brasil no contexto mundial dos países do hemisfério sul que enviam mão-de-obra para os países mais desenvolvidos. Assim, de forma mais acentuada devido a crise da década perdida, pôde-se perceber um fluxo contínuo de brasileiros em direção aos EUA, Japão e Europa.

Entretanto, mesmo que o Brasil tenha demonstrado uma tendência de se tornar um país essencialmente emigrantista no século XXI, a recepção desses novos imigrantes[43], principalmente latino-americanos e africanos retrata que o país ainda se mantém como um destino preferencial para alguns povos seja pela proximidade geográfica ou pela similaridade da língua. Estima-se que diante de um milhão de estrangeiros que vivem legalmente no Brasil, exista cerca de cinco milhões que permanecem no país em situação irregular (PATARRA & BAENINGER, 1995).

Diante de tantos movimentos do e para o Brasil, muitas pesquisas se desenvolveram, mas em relação aos novos imigrantes, alguns trabalhos se destacam como a obra de Bonassi (1999), autora que trabalha especificamente com latinos no Brasil, discutindo políticas migratórias, relações no Cone Sul americano e do MERCOSUL, além de abordar as leis de anistia de 1981, 1988 e 1998 (ASSIS E SASAKI, 2001: 616).

Além desta autora, outros estudiosos se dedicaram à imigração internacional desenvolvendo principalmente estudos sobre coreanos e bolivianos em São Paulo.

---

[43] Alguns estudos sobre novos migrantes: Vida (2001) faz reflexão sobre a presença dos africanos no Brasil; Kaly (2001), relata o difícil cotidiano de estudantes africanos frente ao preconceito racial; Pedro (2000) analisa estudantes africanos na Universidade Federal de Santa Catarina. Santos (et al, 2001), estuda a presença de imigrantes indocumentados na Amazônia provenientes de países fronteiriços.

Embora alguns autores tenham trabalhado com estudos referentes à imigração no Cone Sul americano, a grande maioria se especificou em imigração fronteiriça, destacando as problemáticas da posse de terra e estudos relacionados à circulação de pessoas e sua relação com o MERCOSUL.

Muitas pesquisas têm se desenvolvido no Brasil com o apoio da Pastoral do Migrante[44], a qual publicou trabalhos muito ricos e diversificados acerca das problemáticas que assombram as migrações contemporâneas. Questões como cidadania, exclusão social, refugiados, MERCOSUL e globalização se entrelaçam com o fenômeno migratório moderno, o qual enfrenta a dicotomia de leis restritivas de permanência e vistos negados ao mesmo tempo em que o mundo capitalizado difunde a idéia de aldeia global.

Por outro lado, a divulgação de muitos estudos tem sido realizada pela revista Travessia – revista do migrante[45], publicada desde 1988 pelo Centro de Estudos Migratórios de São Paulo. A revista de circulação nacional trata a realidade dos migrantes a partir de enfoques temáticos e constitui uma ponte entre a produção acadêmica e a produção popular.

Dentre os vários pesquisadores ligados à Pastoral, José S. Martins (1998) aborda a problemática do desenraizamento e do uso atualmente indiscriminado do termo *excluído* para os migrantes no Brasil. Irmã Milesi e Moroni (1998) falam sobre os refugiados no Brasil, enquanto Silva (1978 e 2001) estuda o trabalho dos bolivianos em São Paulo e a cidadania dos hispano-americanos no Brasil.

Santillo (1978) estuda o impacto das migrações nos limites da Argentina e sua relação com o MERCOSUL. Outros pesquisadores estão procurando especificar seus estudos, como Jardim (1987) que fez um estudo sobre a imigração palestina no sul do Brasil, relacionando essa imigração com a criação do Estado de Israel. Vainer (2001), destacado estudioso das migrações contemporâneas, frisa a incapacidade dos teóricos em compreenderem as relações despertadas entre grupos sociais, corpos e territórios nos dias de hoje. Ele faz importante estudo sobre a importância do Estado na imigração internacional.

---

[44] A Pastoral do Migrante é um serviço eclesial voltado para a acolhida, orientação e inserção sócio-religiosa dos migrantes, sob a animação das Congregações dos Missionários e Missionárias Escalabrinianos, que atuam no Brasil, em estreito vínculo com o Setor de Mobilidade Humana da Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz, da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e com o Serviço Pastoral dos Migrantes.

[45] Uma revista que o CEM edita desde maio de 1988. Trata a realidade dos migrantes a partir de enfoques monotemáticos. Sua periodicidade é quadrimestral.

Muitos outros autores se dedicam a estudar a imigração para o Brasil com muito empenho, como é o caso de Seyferth (2007) em sua análise acerca da produção multidisciplinar em torno da imigração para o Brasil, onde faz um resgate histórico importante e destaca autores como Diegues Júnior (1964), Carneiro (1950), Ianni(1972), Sayad (1998), Fausto(1997) entre outros.

Além destes autores, Bassanezi também se destaca nos estudos históricos da imigração internacional para o Brasil, assim como Patarra e Baeninger (1995) estudaram as imigrações recentes para o Brasil. Com trabalhos mais específicos emergem Ribeiro com estudos sobre a imigração de angolanos e Galleti (1995) com dedicação aos coreanos e bolivianos em são Paulo. Já Pellegrino (1995) se destaca com sua análise acerca da migração nos países do cone sul, com destaque para o Uruguai e Palau (1995) aborda mais a migração transfronteiriça entre o Brasil e o Paraguai.

2.3. MERCOSUL X AMÉRICA LATINA E AS IMIGRAÇÕES INTERNACIONAIS.

As migrações laborais são muito expressivas entre os países do MERCOSUL, e foi intensificada principalmente a partir de 1990 por vários motivos dentre eles a facilidade da contigüidade geográfica, as disparidades do desenvolvimento sócio-econômico entre os países, além dos múltiplos processos de violência política nos mesmos.

Estas transformações sociais, políticas, econômicas e espaciais ocorridas nas últimas décadas nestes territórios ajudaram também a modificar a direção e composição de tais fluxos migratórios.

Entretanto, como afirma Pérez Vichich (2004:05), as condições em que este processo se desenvolve são distintas entre imigrantes trabalhadores que se deslocam para países independentes e àqueles que se destinam aos territórios regionais plenamente integrados.

No primeiro caso, o cidadão de um país quando migra para outro, torna-se então um estrangeiro, sujeito a normas e limitações que o condicionam, ditadas soberanamente pelo país receptor, o qual delibera a aceitação ou não deste indivíduo, condições de moradia e autorização de trabalho em seu território; no segundo caso de plena integração, em tese, os deslocamentos e assentamentos humanos devem ser facilitados e apenas coordenados.

No caso dos países que compõem a pretendida integração regional plena do MERCOSUL, ainda não entraram em acordo no que diz respeito à unificação do mercado de trabalho, capitais e serviços. Num processo real de integração regional os trabalhadores dos países associados deveriam se deslocar livremente entre os territórios, ou mesmo sob controle soberano do país receptor, os direitos humanos desses trabalhadores deveriam ser resguardados, respeitando-se a dignidade e a escolha destes em trabalhar e viver em uma nação outra do seu nascimento.

O Cone Sul americano, por variados motivos, principalmente àqueles ligado a sua raiz histórica, mantém vínculos étnicos e culturais muito fortes entre os países-membros, particularmente os países de mesma origem lingüística.

De acordo com Kratochwill (1996:156), as relações sub-regionais desenvolvidas a partir do MERCOSUL devem ser analisadas sob quatro aspectos:

> (...) os padrões históricos na circulação intra-regional; a dinâmica espacial da integração sub-regional fronteiriça e o trânsito vicinal fronteiriço; a consolidação de um espaço transnacional homogêneo com alta circulação de pessoas e projeção transnacional dos fatores tradicionais da imigração interna; e por fim, a transição da normatividade migratória e normatividades nacionais, bilaterais e multilaterais para uma normatividade supranacional regional.

Segundo o autor, com relação aos laços históricos que interagem nessa região, há que se levar em conta que, por mais de 300 anos a única linha divisória política definida na região corria entre o Império Português e o Espanhol.

Ou seja, toda a região que estava sob o domínio espanhol, o que inclui parte do Rio Grande Sul e oeste do Paraná e Santa Catarina estava unida como uma grande nação, apesar de não se constituir dessa forma. Ressalta o autor que as mudanças começaram com a chegada mais tarde da ocupação espanhola, portuguesa e de outros europeus, se produziu em alguns territórios o *desplaziamento* forçado e o aniquilamento da população indígena e em outros a subordinação e a mestiçagem (KRATOCHWILL, 1996).

> *Cuando surgen los estados independientes a comienzos del siglo XIX, todos ellos todavia escasamente poblados, profesan casi AL unisono uma política de promocion de la inmigración europea. Los procesos de migración intrarregional todavia no son percebidos como igación internacional, com excepción de los que cruzan la frontera com el Imperio de Brasil (KRATOCHWILL, 1996:157).*

Levando em conta tal condição, o autor destaca ainda que nos primeiros Censos as novas Repúblicas mostravam um predomínio de imigrantes fronteiriços na totalidade de seus estrangeiros, mas que o Brasil diferia dessa condição. Por outro lado, a posterior imigração massiva de ultramar durante o século XIX resultou na perda da supremacia da imigração transfronteiriça nesses países. Entretanto, essa condição foi alterada a partir de meados do século XX, inclusive com a inclusão paulatina do Brasil (KRATOCHWILL, 1996).

Pode-se concluir a partir desse pequeno resgate histórico que do período anteriormente citado restou uma herança sub-regional de circulação, a qual se apóia num espaço sócio-cultural constituído principalmente da mestiçagem de guaranis e europeus. Kratochwill ainda ressalta a importância das Missões Jesuítas, as quais fundaram e conseguiram manter por um bom tempo, uma rede comunitária regional, configurando algo que ele chama de "*Corazón Territorial del Futuro MERCOSUL*". (KRATOCHWILL, 1996:157).

Este território, antes de livre circulação, passa no século XIX, devido ao surgimento dos Estados, a se configurar como um território com limites soberanos e os deslocamentos passam então a ter caráter formal, denominado transfronteiriço, apesar de a região manter sua similaridade sócio-cultural, o que pode contribuir para a consolidação de um MERCOSUL pleno no futuro.

É interessante ressaltar que, além da circulação humana nos padrões jesuíticos, a região também mantinha ativa, desde o século XVIII e durante os séculos seguintes, grande circulação entre os portos de Montevidéu e Buenos Aires, se expandindo pelos arredores. Segundo o autor,

> *Aun las migraciones transoceânicas, que crecen masivamente durante el siglo XIX siguen no pocas veces estos patrones migratórios, circulando en una segunda instância entre los cuatro países según el patrón jesuítico y entre Argentina y Uruguai, especialmente entre sus puertos" (KRATOCHWILL, 1996:157).*

A partir da década de 1920, com o arrefecimento das migrações de ultramar e o concomitante desenvolvimento industrial, principalmente na Argentina e no Brasil (devido em parte à política de substituição de importações), cresce de forma intensa as migrações internas do tipo rural-urbana nesses países, o que não significa dizer que as migrações regionais diminuíram, já que estas foram reforçadas, agora pela atração de novas oportunidades de trabalho. Tanto a Argentina quanto o Brasil se destacaram nesse contexto como os principais

pólos de atração, ficando para os ostros países membros do MERCOSUL a qualidade de emigrantistas. Paralelamente à circulação mercossulina, o autor destaca que já havia bolivianos e chilenos surgindo na Argentina (KRATOCHWILL, 1996).

Com base nos dados do Censo do IBGE (1980/1985) o autor conseguiu retratar o padrão regional na irradiação de migrantes do cone sul pelos quatro países. O número de não nacionais radicados em um destes países procedente dos outros três, ou seja, do MERCOSUL, comparado com o total de estrangeiros americanos radicados representa no Uruguai 85,5% (quase 2/3 são argentinos) no Paraguai de 73% - com alta proporção de brasileiros - e no Brasil de 52% (com diminuição proporcional causada pela entrada de bolivianos, chilenos e norte-americanos) e Argentina com 38% - por causa da alta proporção de chilenos e bolivianos entre outros americanos (KRATOCHWILL, 1996: 158).

Além dos laços históricos acima apresentados que mantém ativa a circulação intra-regional no MERCOSUL, a dinâmica transfronteiriça também deve ser levada em conta.

As migrações fronteiriças e/ou com outros países latino-americanos acarretam, em algum momento, a condição da clandestinidade vista por Baeninger como característica específica dos imigrantes da nova era do capitalismo. Esta condição acontece quando a entrada do imigrante é proibida ou muito dificultada. No caso do Brasil, esse tipo de migração é menos freqüente no caso da migração inter-regional, já que os indivíduos de um Estado-membro do MERCOSUL podem adentrar outro estado sem visto de entrada, podendo nele permanecer por 90 dias como turistas.

Ser imigrante clandestino é diferente de ser imigrante indocumentado. O imigrante clandestino é aquele que adentra um país ilegalmente, por vias escusas, sem autorização do estado receptor enquanto o imigrante indocumentado é aquele que transpassa a fronteira legalmente, mas ao chegar a seu destino, deixa que os prazos de regularização da permanência se esgotem, tornando-se assim indocumentados. Apesar das duas categorias de imigrantes serem consideradas ilegais, o tratamento normativo é diferenciado.

Cogo (2003) destaca que os termos do MERCOSUL ainda não apontaram para uma “cidadania comunitária”, a qual poderia minimizar o problema da ilegalidade nas migrações internacionais regionais, ampliando a perspectiva de livre circulação de trabalhadores.

Com base em Kratochwill (1996), a magnitude (não conhecida em detalhe) do trânsito vicinal fronteiriço multiplicaria as freqüências e acentuaria o perfil encontrado. Como

exemplo de tal processo, o autor destaca a intensa movimentação entre Argentina[46] e Uruguai; grande concentração de agricultores e trabalhadores temporários brasileiros na região oriental do Paraguai (até 300.000)[47]; uma intensa circulação transfronteiriça na tríplice fronteira de foz do Iguaçu[48], uma massa parcialmente flutuante de mais de 250.000 uruguaios[49] e uma cifra maior de paraguaios na Argentina.

Diante desses dados é possível supor que tais deslocamentos acontecem devido a certa permeabilidade encontrada na fronteira. O autor destaca que esses fluxos ocorrem com baixo nível de conflitos, e que tal grau de permeabilidade favorece por um lado maior densidade no fluxo de trabalhadores, mas por outro, maior liberdade de ação de marginais e delinqüentes, traficantes e exploradores que procuram as brechas institucionais para se desenvolverem.

Outro ponto de vista a ser analisado no contexto do MERCOSUL é a (não) homogeneidade dos espaços. Segundo Kratochwill, dentre as potenciais dificuldades de integração do MERCOSUL, a diferença entre os quatro Estados-parte é a maior delas. Uma dessas incongruências se refere ao maior ou menor potencial emigratório, cuja intensidade se daria conforme o crescimento populacional (o que efetivamente não acontece).

A mobilidade, nesse caso, se relaciona com múltiplos fatores, quais sejam: nível do mercado de trabalho (sua maior ou menor variedade de oportunidades de inserção laboral), taxa de desemprego e, segundo Kratochwill (1996: 162):

> *Bolsones dominados por coletividades tienen um peso importante, hecho que se registran em el comportamiento de la numerosa migración Uruguaia y paraguaya a argentina y em menor grado, a Brasil.*

Tais condições permitem pensar ao menos em dois cenários migratórios e circulatórios simultâneos no processo de integração da região. Um, segundo a formação de um espaço transnacional homogêneo moderno, composto por determinadas áreas territoriais de setores

---

[46] Ver SANTILLO (1998).

[47] Ver PALAU (2001) e ZAMBERLAM et al. (2007).

[48] Ver OLIVEIRA (1987)

[49] Ver PELLEGRINO (1996)

sócio-econômicos, com alto nível de desenvolvimento nos quatro países. Outro, a expansão dos fatores de atração e repulsão que impulsionam tradicionalmente a migração interna que cada vez mais se projeta em toda a região.

Como afirma o autor, os dois cenários não são novos, mas é muito importante registrar seus efeitos no MERCOSUL.

O espaço transnacional homogêneo moderno é resultante, a nível sub-regional, da heterogeneidade interna dos quatro países, ou seja, o inter-relacionamento transnacional de sub-regiões e setores da economia mais desenvolvidos frente, e muitas vezes, em detrimento a outras de diversos graus de desenvolvimento.

Conforme Kratochwill (1996: 162)

> *(...) un proceso de integracion institucionalizado, que busca facilitar las reglas do juego por igual en todo el território comunitário, llevará, por las ventajas que tienen los sectores modernos a responder a estas posibilidades, a um mayor acercamiento transnacional (aunque competitivo) de los sectores más modernos, conformando asi un nuevo espaço transnacional de sectores modernos, territórios con infraestructura más desarollada y población mejor posicionada econômica e culturalmente*.

Neste mesmo espaço circulará uma migração transfronteiriça adequada a essas condições de mobilidade, ou seja, com formalidade, movida por possibilidades de emprego qualificado, com previsão dos prazos e com claros projetos individuais e familiares de inserção laboral e cultural. Entretanto, devido a essa formalidade se prestará também maior atenção às diferenças entre as normas migratórias, a falta de harmonização de país para país e a necessidade de ajustes e negociações bilaterais para sua harmonização. Neste novo espaço de integração sub-regional se produz uma mutação da migração interna para sub-regional.

Outra questão fremente no cenário do MERCOSUL é a necessária transição da normativa migratória nacional para uma normatividade supranacional regional.

Diante das várias iniciativas de integração na América, o tratado para a constituição de um mercado comum entre a República Argentina, a República do Brasil, a República do Paraguai, e a República Oriental do Uruguai (1991-Assunção) se destaca como um documento que apresenta novos tipos de convênios sub-regionais e tem se mostrado como um denominador comum dos convênios anteriores, firmados bi e multilateralmente no Cone Sul.

A associação dos quatro países não exclui no futuro, acordos e/ou a integração com outros países.

Desde que o protocolo de Ouro Preto (1994), o qual pôs em marcha a União Aduaneira _ inicialmente incompleta _ e sujeita a ratificação parlamentar, o MERCOSUL passou a ter personalidade jurídica de Direito Internacional.

O tratado do MERCOSUL, de modo geral, se desenvolve na perspectiva de "integração para o desenvolvimento" predominante em toda a América Latina. O protocolo de Ouro Preto prevê a criação de um fórum econômico-social através do qual se propõe viabilizar os vínculos com os atores sociais não-governamentais nos Estados parte.

De acordo com Kratochwill, o tema de circulação de pessoas é onipresente em diferentes âmbitos do processo de integração e por esse motivo aparece nas mais variadas agendas das reuniões especializadas em ciência e tecnologia, cultura, educação e turismo. Em dezembro de 1995 em Punta Del Leste, aconteceu uma reunião com os devidos Presidentes, a qual culminou em um documento de metas chamado MERCOSUL 2000. Este documento é muito importante, pois incluiu pela primeira vez explicitamente o tema migratório. Tal documento ressalta em seu ponto 3.9:

> *(...) Migraciones: El avance del proceso de integración hacia la conformación de um Mercado Comun requerirá um m tratamiento crecente del tema de las migraciones em sus diferentes aspectos, entre los cuales pueden ser mencionados el de los controles en fronteras y el examen de la posibilidade de coordinacion de las políticas migratórias de los Estados Partes. (KRATOCHWILL, 1996: 164).*

Mesmo com tal menção e a reformulação do processo por inúmeras vezes, a livre circulação de trabalhadores não tem se mostrado como o objetivo central no processo (PÉREZ VICHICH, 2004).

Igualmente, as migrações laborais voltaram a ser tratadas como antes, no âmbito nacional, com traços marcadamente restritivos. Contudo, alguns tratados do Cone Sul têm favorecido uma revalorização do projeto de integração regional, inclusive no cunho social. O *Acuerdo* sobre *Libre Residencia*, firmado pelos países membros e associados do MERCOSUL em 2002 apareceu como uma luz indicativa de amadurecimento da questão migratória no processo de integração, além do crescimento dos acordos migratórios bilaterais, firmados ultimamente (PÉREZ VICHICH, 2004).

Não obstante, o maior obstáculo enfrentado pela questão migratória na integração regional é destacado por Mármora (1996), em seus estudos acerca da governabilidade das políticas migratórias.

Segundo esse autor, os movimentos migratórios de modo geral têm sido governados pelos Estados em diferenças épocas, mas com distintos graus de êxito. Mármora (1996) destaca que o grau de êxito está diretamente relacionado com a governabilidade dos processos migratórios, e esta por sua vez, depende da coincidência entre os objetivos dos Estados e a vontade das pessoas, surtindo maior ou menor eficácia diante da consonância entre os dois lados.

O segundo elemento da legitimidade se baseia no cumprimento dos acordos, tanto nacionais como internacionais, assim como em sua coerência e conseqüência com os princípios e valores aceitos universalmente.

Todo Estado é soberano com relação às pessoas que entram, saem ou permanecem em seu território. O problema surge, por um lado, na forma com que o Estado exerce este direito, e por outro nas possíveis contradições deste direito com outros estabelecidos na ordem individual ou coletiva (MÁRMORA, 1996).

Ambos os problemas se apresentam normalmente em duas formas que configuram contradições aparentes: soberania X direitos humanos e soberania X integração regional. O respeito pelos direitos a uma igualdade de tratamento, de oportunidades e às singularidades dos estrangeiros depende, em grande medida, das políticas que soberanamente adotem os Estados e também as violações a esses mesmos direitos, inferidas por esse mesmo estado por meio da apelação à soberania nacional.

As contradições acima descritas aliadas a outras particularidades contribuem para a morosidade de uma integração plena. Entretanto, o fluxo migratório se mantém, pois esses fatores dificultam, mas não impedem o processo.

Segundo Cogo (2003), a permeabilidade das fronteiras e as políticas de integração regional no Cone Sul da América Latina (MERCOSUL) “contribuem para o aumento das migrações de caráter fronteiriço e transfronteiriço”, além de definir padrões migratórios intra-regionais, que segundo a autora, estão pautados em “enorme diversidade e potencialidade de espaços de migração e pouca concentração de migrantes”.

De acordo com Baeninger (2001), apesar da leve redução das migrações entre os países do MERCOSUL nos anos da década de 1980, os números apontam em 1970 para cerca

de 797 mil *mercossulinos* residindo fora de seu país de origem, mas se mantendo na região. Em 1980 esses migrantes passaram de 1 milhão e em 1990 ultrapassaram a marca de 1,2 milhões de migrantes.

Nesse caso, segundo análise de Baeninger (2001), a partir da década de 1970 o Brasil que mantinha uma tendência de evasão populacional reverte o quadro e passa a ser um pólo de atração migratória. Nos anos da década perdida de 1980, apesar do grande fluxo de emigrantes que partem para buscar a América nos EUA, o país se revela como nova área de expansão das migrações latino-americanas. Segundo seus estudos, essa autora identifica três principais tendências em experiências migratórias internacionais no Brasil: são as migrações do tipo fronteiriço (MERCOSUL+Colômbia+Venezuela); migrações em direção às regiões metropolitanas (com destaque para os bolivianos e peruanos para São Paulo) e migrações com países não limítrofes (Chile).

2.4. SER ESTRANGEIRO NO BRASIL

Ser estrangeiro, não apenas no Brasil, mas em qualquer lugar do mundo implica vivenciar situações inusitadas. O estrangeiro nem sempre é um migrante, pode simplesmente ser um turista. Mas mesmo o turista, em ocasiões extremas, pode vir a sofrer muito por estar em outro território, fora do seu domínio e em contato com culturas muito diferentes.

Segundo Ávila, o pensamento de RUSSOMANO sugere que:

> (...)enquanto os povos viviam isolados entre si, sem maiores contatos com costumes diferentes dos conhecidos em sua comunidade, a não ser quando envolviam questões belicosas, desenvolveu-se declarada xenofobia[50], pela qual o estrangeiro era considerado como adversário, isto é, como elemento nocivo e pernicioso, contra o qual todas as precauções eram possíveis e, mais do que possíveis, aconselháveis[51]" (RUSSOMANO apud ÁVILA, 2003).

[50] Xenofobia é palavra derivada do grego *xenos* (estrangeiro) e *phóbos* (aversão, terror). Encarna, pois, sentimento de grande desprezo ou ódio ao estrangeiro. Segundo MACEDO, "o sentimento patriótico exagerado tem levado, historicamente, à xenofobia". *Cf.* MACEDO, Sílvio. Xenofobia. In. LIMONGE FRANÇA (coord.), R. *Enciclopédia Saraiva do Direito*, São Paulo : Saraiva, 1977-1982, vol 78, p. 141-142.

[51] RUSSOMANO, Gilda Maciel Corrêa Meyer. Direito internacional privado do trabalho., p. 75.

Esse pensamento sugere que a raiz do preconceito está entranhada nos seres humanos há muito tempo. A imagem do estrangeiro remete àquele que é diferente, com comportamento estranho e por isso mesmo imprevisível.

Conforme analisa Ávila, “mesmo o estrangeiro não sendo considerado um amigo ou inimigo a priori, passa por revezes inexplicáveis pelo simples motivo de ser um forasteiro”. No Brasil do século XIX “o estrangeiro era considerado hostil aos olhos da Coroa. Ser estrangeiro significava, em primazia, qualquer indivíduo que não fosse súdito da Coroa portuguesa”. Entretanto, frente à necessidade de mão-de-obra para trabalhar na lavoura e ocupar os espaços brasileiros o estrangeiro passou a ser visto menos severamente (ÁVILA, 2003).

Ávila afirma que no mundo como um todo, o estrangeiro é todo aquele “não cidadão”. Segundo a tipologia adotada atualmente por DUROSSELLE, “em função da situação jurídica, o estrangeiro pode ser considerado tanto o cidadão de outro Estado como o integrante de grupos de imigrantes não naturalizados ou populações submissas, protegidas sob protetorado” (DUROSSELLE, apud ÁVILA, 2003).

Por outro lado, Ávila destaca que

> (...) o estrangeiro pode ser considerado como integrante de grupos de cidadãos possuidores de característica marcadamente diferentes e vítimas de segregação em razão deste distintivo; ou o indivíduo pertencente a uma comunidade de cidadãos de uma soberania mas que gostaria de estar ligado a outra entidade soberana; ou o indivíduo que reivindica a soberania sobre parte do território; ou, ainda, aquele que, apesar de haver conseguido a nacionalidade do Estado que o recepcionou, é perseguido, rejeitado e excluído (AVILA, 2003).

Para se compreender o lugar do estrangeiro na Constituição brasileira Ávila ressalta que se faz necessário abordar o conceito de cidadania nacionalidade, mas que tal conceito jamais esteve explícito em textos constitucionais brasileiros.

A nacionalidade constitui o vínculo jurídico-político entre o indivíduo e o Estado enquanto que a cidadania corresponde ao direito do indivíduo de ter direitos. Entretanto, no Brasil, para que a cidadania seja exercida dentro dos limites do Estado exige-se a nacionalidade. Ávila destaca que a "nacionalidade está vinculada às tradições e aos costumes de uma Nação, em geral sintetizados em uma só língua, por uma comunidade com laços de origem em comum". Por outro lado,

> (...) a nacionalidade pode ser primária, quando resulta de um fato natural (nascimento) e secundária, mediante declarações de vontade, do sujeito pretendente e do Estado concedente para que se possa adquirir determinada nacionalidade, independente dos fatores que norteiam o nascimento (ÁVILA, 2003).

A atual Constituição, vigente desde 1988, segue a mesma linha das Constituições de 1946, 1967 e 1969 em relação aos portugueses. Mantém, inclusive, a reciprocidade mencionada em 1969. São, pois, brasileiros: natos, aqueles que nasceram na República Federativa do Brasil, ainda que seus pais sejam estrangeiros, desde que não estejam a serviço de seu país (art. 12, I, *a*); ou os que nasceram no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros, desde que qualquer deles esteja a serviço do país ou os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros, desde que venham a residir no Brasil e optem, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.

Segundo a autora, os estrangeiros no Brasil são todos os indivíduos que não adquiriram a nacionalidade brasileira. Aquele que reside no Brasil exerce o direito de liberdade de locomoção, assim como todo o nacional, desde que tenha ingressado regularmente no país. Contudo, é importante frisar que estrangeiro e imigrado não são conceitos sinônimos. Citando VAINER, a autora destaca que:

> (...) enquanto a categoria de estrangeiro remete essencialmente, e antes de mais nada, a um estudo jurídico, a categoria de imigrado refere-se a uma condição social. Nesta e para esta condição social é que o estatuto jurídico de estrangeiro ganha novos significados e passa a funcionar como discriminante político, econômico e cultural (VAINER apud ÁVILA, 2003)

Portanto, tal estudo pretende entender não apenas como é ser estrangeiro no Brasil, mas sim como é a vida de um estrangeiro que resolve migrar para o Brasil, isto é, que passa para a categoria de imigrado, e para tanto, esse estudo procurou analisar a condição social do imigrante que optou por Florianópolis como sua nova morada, abordando não apenas, mas principalmente os imigrantes latino-americanos que se encontram em vulnerabilidade social na Ilha de Santa Catarina.

Para entender as leis que regem a entrada e permanência de estrangeiros no Brasil, é necessário compreender que o atual Estatuto do Estrangeiro, apesar de ter sido criado em agosto de 1980, ainda permanece soberano, mesmo depois da Constituição Federal de 1988, ficando aquele limitado apenas aos limites impostos pela mesma.

De acordo com Ávila (2003), "os principais entraves para a entrada de trabalhadores estrangeiros no país não estão contidos no Estatuto do Estrangeiro e, sim, nos procedimentos para a obtenção do visto de trabalho e na possível transformação de tais vistos em permanentes "[52]. Segundo a autora, os procedimentos para a concessão do visto de trabalho são extremamente complexos e envolvem três Ministérios do governo brasileiro – Ministério da Justiça, do Trabalho e Emprego e das Relações Exteriores, os quais seguem uma política migratória restritiva coordenada pelo CNI - Conselho Nacional de Imigração.

Ainda segundo a autora, a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, em expresso reconhecimento aos Direitos Humanos, proíbe distinções de qualquer natureza entre nacionais e estrangeiros residentes no país. Entretanto, para entrar no território nacional, o estrangeiro não residente sofre restrições, conforme disposto no Estatuto do Estrangeiro e nas resoluções normativas em vigor (ÁVILA, 2003).

Uma das maneiras encontradas pelo governo brasileiro de minimizar a problemática de imigrantes ilegais no Brasil foi à declaração de Anistia, que apesar de ser uma iniciativa paliativa, beneficiou no ano de 1988, quase 39 mil imigrantes e dez anos depois, em 1998, mais 40 mil estrangeiros que viviam no país irregularmente. De acordo com Barreto (2001), os imigrantes anistiados recebiam um visto provisório por dois anos, prorrogáveis por mais dois, podendo se transformar em permanente no final do período. A maior parte dos imigrantes clandestinos anistiados era de países como Bolívia e Coréia do Sul. No entanto,

[52] A competência para a transformação dos vistos temporários em permanentes é do Ministério da Justiça, segundo o §2º do art. 2º, da Resolução Normativa nº 5, de 21 de agosto de 1997, do Conselho Nacional de Imigração.

ainda são muitos os imigrantes ilegais que esperam por uma nova anistia ou que vão vivendo na clandestinidade enquanto ela não acontece.

De acordo com Ávila (2003), no que diz respeito à regulamentação da entrada e permanência de trabalhadores estrangeiros no Brasil,

> (...)a Constituição Federal de 1988 confere competência privativa à União para legislar sobre emigração, imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros (art. 22, XV). A Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos ministérios, remete a política de imigração ao campo de atuação do Ministério do Trabalho (art. 14, XVIII). O Decreto nº 3.129, de 9 de agosto de 1999, complementa a lei de 98, aprovando a estrutura regimental do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), cuja atuação deve ser realizada por meio da Secretaria de Relações do Trabalho (SRT). O MTE atua na área de imigração em dois âmbitos, sendo o primeiro constituído pela atuação no Conselho Nacional de Imigração (CNI), do qual exerce a presidência.

O CNI é composto por representantes do Governo Federal, de empregadores e de trabalhadores. O MTE também participa da Coordenação-Geral de Imigração (CGIg), que é encarregada de coordenar, orientar e supervisionar as atividades referentes à autorização de trabalho a estrangeiros e à contratação ou transferência para o trabalho no exterior171. O CNIg agrega, além da representação governamental, uma bancada de trabalhadores e outra de empregadores, juntamente com um representante da comunidade científica (ÁVILA, 2003).

Para Antico e Baeninger (1998), a atuação do CNI é controversa, pois seu posicionamento frente ao deslocamento internacional de pessoas varia de acordo com os interesses professados pelos imigrantes que desejam entrar no Brasil. Se por um lado apresenta grande abertura àqueles que trazem investimentos para o país e que possibilitem maior geração de emprego ou que implementem novas tecnologias. Por outro retrata explícita restrição à entrada de mão-de-obra desqualificada, dificultando de várias maneiras a entrada e permanência destes novos imigrantes[53].

---

[53] Segundo ANTICO e BAENINGER, há alguns casos que exemplificam esta posição adotada pelo CNI. Em virtude dos conflitos bélicos na ex-Iugoslávia, o governo brasileiro foi procurado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) para decidir se o país poderia receber parcela dos refugiados do conflito (cerca de cinco mil pessoas). Tais refugiados foram aceitos pela possibilidade de haver cientistas, técnicos e outros indivíduos especializados que poderiam contribuir para o desenvolvimento do Brasil. Quanto aos imigrantes clandestinos que entram no país pelas regiões fronteiriças, o CNI propõe que medidas restritivas devam ser aplicadas a esse movimento, por entender que estes imigrantes, a maioria sem qualificações profissionais, não podem contribuir para o crescimento do país. ANTICO, Cláudia; BAENINGER, Rosana. Questões decorrentes da emergência da migração internacional no Brasil. Id ., p. 261-262.(1998)

No contexto histórico da elaboração do estatuto do estrangeiro, vale destacar que, em meio ao tumultuado concerto político e econômico brasileiro existente no final dos anos 70, iniciou-se a abertura programada do regime da Ditadura Militar pela edição da Lei de Anistia de 1979 885, a qual permitiu o retorno dos exilados políticos brasileiros que se encontravam no exterior. Assim sendo, para evitar a integração entre os ex-exilados brasileiros e os refugiados estrangeiros que poderiam por um fim na Ditadura Militar, o governo se cercou de precauções estratégicas para evitar a entrada de latino-americanos que se encontravam na mesma situação (ÁVILA, 2003).

A Lei n º 6.815, de 19 de agosto de 1980, também denominada Estatuto do Estrangeiro, alterada pela Lei 6.964, de 9 de dezembro de 1981, entrou em vigor no ordenamento jurídico brasileiro a fim de atender à nova necessidade do governo em selecionar e controlar a entrada de estrangeiros no território nacional. Como ressalta Cerqueira (apud Avila) a nova lei apenas reproduzia as antigas diretrizes ditatoriais. Até mesmo a sua criação foi cercada de contradições, como explica Ávila (2003):

> Em 1980, após rápida apreciação do Congresso Nacional, o Projeto nº 9, o original enviado pelo governo, foi aprovado apenas por uma Comissão Mista, com 11 votos de parlamentares do PDS, partido declaradamente de apoio ao governo, já que nove oposicionistas votaram contra, a maioria pertencente ao PMDB. Assim aprovado no nível da Comissão Mista, o Projeto foi enviado ao plenário da Câmara dos Deputados no dia 20 de maio de 1980, mediante a estipulação do prazo máximo de 45 dias para sua votação. Como o prazo se expirou sem a conclusão da apreciação no âmbito do referido Plenário, a Lei em questão, isto é, o Estatuto do Estrangeiro, foi aprovado por decurso do prazo, significando que o mesmo surgiu canhestra e ardilosamente e vigora no ordenamento jurídico brasileiro desde os últimos 21 anos do século XX e se caracteriza como exemplo vivo e vigente de lei casuisticamente elaborada, tendo em vista que ainda dispõe sobre as condições de entrada e permanência do estrangeiro no Brasil de acordo com os interesses da Ditadura Militar que, não importa se já em fase inicial de declínio, a concebeu e tramitou através de manobras antidemocráticas na esfera legislativa.

Ou seja, conforme Ávila, o Brasil em nome da segurança nacional e dos seus trabalhadores procurou restringir a entrada de estrangeiros no país. Deste modo, apesar do art. 1º do Estatuto do Estrangeiro apresentar a consagração ao princípio da liberdade de circulação internacional de pessoas[54] , quando assinala que “Em tempo de paz, qualquer estrangeiro

---

[54] Ver CAVARZERE. *Direito internacional da pessoa humana*.(Apud Ávila).

poderá, satisfeitas as condições desta Lei, entrar e permanecer no Brasil e dele sair, resguardados os interesses nacionais"[...][55], tal *liberdade, neste caso* se restringe ao disposto na *Lei*, que por meio de tradução nas entrelinhas se observa o condicionante "resguardados os interesses nacionais". Ou seja, os interesses nacionais são todos aqueles que o governo definir a *priori* ou *posteriore*.

Nesse caso, o visto de trânsito pode ser concedido899 ao estrangeiro que quiser atingir seu país de destino sem entrar em território nacional (art. 8º), sendo válido por 10 dias improrrogáveis (art. 8º, § 1º) e não exigido de estrangeiros em viagem contínua, interrompida por escalas obrigatórias (art. 8º, § 2º). Já o visto de turista é concedido por até 90 dias (art. 12) [56] ao estrangeiro que venha ao Brasil em caráter recreativo ou de visita, sem finalidade imigratória nem intuito de exercício de atividade remunerada - art. 9º. Contudo, dispensa-se tal visto para o nacional de país em que há reciprocidade de tratamento com o turista brasileiro - art. 10º, estabelecida em acordo internacional - art. 10, parágrafo único.

Outra categoria de visto, muito importante para os imigrantes é o visto temporário, concedido pelo prazo de 90 dias ao estrangeiro que venha ao Brasil em viagem de negócios - art. 13, inciso II ou na condição de artista ou desportista - art. 13, inciso III. Contudo, o prazo de permanência do estrangeiro no país corresponde à duração da missão, do contrato ou da prestação de serviço, quando o mesmo chega por viagem cultural ou missão de estudos - art. 13, inciso I; na condição de cientista, professor, técnico ou profissional de outra categoria, sob o regime de contrato ou a serviço do governo brasileiro - art. 13, inciso V; na condição de correspondente de jornal, revista, rádio, televisão ou agência noticiosa estrangeira - art. 13, inciso VI; como ministro ou membro de ordem religiosa art. 13, inciso VII. Tais condições devem ser comprovadas perante a autoridade consular, observado o disposto na legislação

---

[55] Apud. SENADO Federal. Legislação Republicana Brasileira.

[56] Diferentemente do Dec. Lei nº 941/69, que previa o prazo de 90 dias, a Lei 6.815 determina período variável para a estada de turistas no Bra sil, com limite máximo de 90 dias, a não ser que venham a ser concedidas as prorrogações previstas nos arts. 34 e 35 do Estatuto do Estrangeiro e art. 65 do Dec. Lei 86.715, de 1981: "Art. 65 - A prorrogação do prazo de estada do turista não excederá a noventa dias, podendo ser cancelada a critério do DPF. § 1º - A prorrogação poderá ser concedida pelo Departamento de Polícia Federal, quando solicitada antes de expirado o prazo inicialmente autorizado, mediante prova de: I - pagamento da taxa respectiva; II - posse de numerário para se manter no País. § 2º - A prorrogação será anotada no documento de viagem ou, se admitida a carteira de identidade, no cartão de entrada e saída". Apud. Ibid.

trabalhista - art. 14. Na condição de religioso - art. 13, inciso VII, o prazo para a concessão de visto é de um ano.[57]

Cabe ressaltar que é proibida a transformação em permanente dos vistos de trânsito, de turista, temporário (art. 13, itens I a IV e VI) e de cortesia (art. 38). Ao titular do visto temporário previsto no inciso VII do art. 13 só pode ser concedida a transformação em permanente somente após dois anos de residência no Brasil (art. 37, § 1º). Ao clandestino ou irregular, é vedada a legalização de sua estada no Brasil.

Por outro lado, existe uma brecha no estatuto, na qual a figura do trabalhador fronteiriço foi mantida, a exemplo do disposto nas legislações de 1945 e de 1969, cuja inovação foi permitir a presença de estrangeiros em estabelecimentos de ensino de municípios limítrofes brasileiros. Segundo Ávila, é admitida a entrada de um cidadão morador em um país fronteiriço que seja domiciliado na cidade contígua ao território brasileiro. Sua entrada é permitida se portar a carteira de identidade dos municípios que se localizam na divisa entre o Brasil e o país vizinho, respeitados os interesses da segurança nacional - art. 21. Caso este estrangeiro resolva trabalhar ou mesmo estudar no município contíguo brasileiro, é concedido a ele um documento próprio, como a CTPS, capaz de identificar e caracterizar esta condição (art. 21, § 1º). Ressalva-se, porém, que a expedição destes documentos não confere o direito ao estrangeiro de residir no país e nem de deixar os limites territoriais da cidade de fronteira em que se ache autorizado a trabalhar e/ou estudar (art. 21, § 2º).

Ainda a referida autora reitera que o visto concedido pela autoridade consular "constitui mera expectativa de direitos", pois a entrada do estrangeiro pode ser impedida a qualquer tempo, em virtudes de situações previstas no art. 7º, ou ainda por outros dispositivos, como no caso dos apátridas, ou pela inconveniência de sua presença no território brasileiro, a critério do Ministério da Justiça - art. 26.

Segundo Ávila (2003), o art. 30 ressalta que mesmo no caso do estrangeiro ter sido admitido no Brasil na condição de permanente, de temporário ou de asilado, este é obrigado a se registrar frente ao Ministério da Justiça, no prazo de trinta dias, seguidos à entrada ou à concessão do asilo. Esta obrigatoriedade de registro se estende também aos portadores de

[57] Para entender os pormenores da Lei do Estrangeiro ver: Mirtô Fraga - *O novo estatuto do estrangeiro comentado.*

visto diplomático, oficial ou de cortesia que tenham de permanecer no país por prazo superior a 90 dias, mesmo existindo acordo para dispensa de visto.

Nota-se, portanto, que todo estrangeiro deve ser registrado no país e a partir daí este recebe um documento de identidade próprio.

É importante ressaltar que o Estatuto do Estrangeiro, apesar de ser uma lei anterior à Constituição da República de 1988, tem sido discutido e avaliado constantemente e, sendo assim acrescida e regulamentada por muitas resoluções e portarias, principalmente a partir de 1994, deflagrando a grande preocupação do governo em relação ao aumento da entrada de trabalhadores estrangeiros, no país, após a ocorrência das privatizações.

Nesse caso, infere-se que o atual Estatuto do Estrangeiro, apesar de sua origem, serve como suporte legislativo para o controle da mão-de-obra estrangeira no Brasil.

Entretanto, alguns progressos foram alcançados por meio de acordos bilaterais como foi o caso do acordo realizado entre Brasil e Argentina sobre *Isenção de Vistos*, celebrado em São Borja, em nove de dezembro de 1997, que procurou facilitar o trânsito de nacionais entre os Estados-membros, beneficiando artistas, professores, cientistas, desportistas, empresários ou negociantes, jornalistas e técnicos especializados de nível médio. Ficam estes profissionais liberados do visto de entrada no território do outro Estado caso sua estada seja inferior a 90 dias, prorrogáveis por igual período. No Brasil, o conteúdo do acordo vige desde a promulgação do Dec. nº 3.435, de 25 de abril de 2000. Neste mesmo sentido, outros acordos foram assinados no segundo semestre de 2002 entre os Estados-parte do MERCOSUL mais Bolívia e Chile, que envolvem a tanto a regularização da migração interna entre estes países, quanto à fixação de residência de nacionais dos referidos Estados em outro signatário (ÁVILA, 2003).

Estes e outros atos refletem os passos lentos de uma longa caminhada em busca de uma cidadania integrada no MERCOSUL, entretanto muito ainda falta para que sejam resguardados os direitos humanos do imigrante latino-americano no Brasil, assim como em outros lugares do mundo.

Conforme Bonassi (2000), as restrições da lei do estrangeiro influenciam no dia-a-dia dos imigrantes e impedem o desenrolar de uma vida normal. Na América Latina, as migrações contribuíram para traçar o perfil da população, entretanto, precariedade de informações apropriadas sobre o processo torna difícil um exame mais rigoroso da questão, permitindo que

os fatos relativos a imigração sejam negados, amenizados ou ainda engrossados, deixando a impressão de encontrarmo-nos, cada vez mais, diante de um fenômeno novo.

Nos parece, dessa forma, que a lei do estrangeiro no Brasil foi construída sob a égide de um olhar economicista, nacionalista e por isso, resulta numa lei que discrimina o imigrante e reforça a discriminação no país. O imigrante internacional, por suas particularidades e diferenças culturais nem sempre é aceito ou enquadrado nos padrões da sociedade brasileira. Nesses casos pode chegar a ser tratado como um criminoso (discriminação mais comum em São Paulo) ou ser desconsiderado e invisibilizado pela sociedade (como em Florianópolis que trata o imigrante como turista) num processo em que é vitima da distribuição desigual de renda e trabalho, por vezes expropriado de sua terra e seus costumes.

3. SANTA CATARINA NO CONTEXTO DAS MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

O Estado de Santa Catarina pode ser considerado como o berço de uma civilização universal, devido sua formação multicultural, desde a sua gênese até os dias de hoje.

Conforme dito, Santa Catarina inicia seu processo de formação contando com um contingente populacional de nativos, vicentistas e posteriormente de portugueses, em sua maioria proveniente das Ilhas dos Açores.

A ocupação do litoral catarinense, naquele momento, era prioridade para a coroa portuguesa, pois representava uma região estratégica militar, cuja ocupação se fazia urgente e necessária para manutenção do poder soberano do Império português.

De acordo com estudiosos, a gênese da formação sócio-espacial catarinense está diretamente ligada aos imigrantes europeus, ou seja, a história do estado só pode ser entendida a partir deste contingente populacional que adentrou o sul do Brasil, inicialmente com a ocupação do litoral catarinense por vicentistas, posteriormente por açorianos e em seguida com a vinda de alemães que foram os desbravadores do vale do Itajaí, junto com os italianos que se estabeleceram nas bordas das ocupações alemãs no vale e também no sul do estado. (PEREIRA, 2003: 103).

Para melhor compreensão da ocupação do litoral catarinense, sua configuração demográfica e o papel das imigrações em tal contexto, é necessário resgatar a formação sócio-espacial litorânea e as transformações decorrentes desse processo, principalmente em Florianópolis, foco central da presente pesquisa.

3.1 FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL CATARINENSE

Diante da perspectiva sócio-espacial, tem-se que "o espaço é fundamentalmente social e histórico, evolui no quadro diferenciado das sociedades e em relação com as forças externas, de onde mais freqüentemente lhes provém os impulsos" (SANTOS, 1979: 10). Destacando a visão sócio-espacial da teoria, tem-se portanto, que "todos os processos que juntos formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição e consumo) são históricos e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social" (SANTOS,1979:14).

Assim sendo, para analisar as transformações ocorridas no espaço florianopolitano que contribuíram para o desencadear de suas especificidades, das quais, a função de pólo atrativo para turistas e imigrantes regionais aqui analisadas, há que se fazer uma análise das transformações sócio-espaciais, ou seja, apreender como a história da formação social de Florianópolis está ligada aos modos de produção e sua evolução no espaço, para tanto o processo foi analisado desde a gênese da ocupação e povoamento da orla do litoral e da Ilha.

A ocupação da antiga Desterro parece ter ocorrido em meados de 1747, antes desse período a ocupação é incerta. Na realidade, não se tem em conta com exatidão o período de sua ocupação pioneira. No entanto, a comprovação de presença humana na Ilha de Santa Catarina tem sido considerada recente quando comparada à antiga civilização ameríndia, que têm ossadas datando de 30 mil anos, aproximadamente. Assim, como em todo litoral catarinense, os vestígios humanos mais antigos encontrados e catalogados na Ilha remontam a cinco mil anos de ocupação, sempre diretamente ligados com a cultura de sambaquis.

De acordo com Fossari (1991:17), a ocupação da Ilha de Santa Catarina no período da pré-história foi comprovada por meio de dados antropológicos, os quais datam de 4500 anos atrás "datação do nível de ocupação do sambaqui no Pântano do Sul, escavado pelo inesquecível padre João Alfredo Rohr em 1974". A partir daí tem-se, portanto quarenta e cinco séculos de história não escrita de sociedades humanas que ocuparam Florianópolis. Entretanto, no século XVI houve a interrupção de tal processo quando a Ilha de Santa Catarina, então habitada por indígenas, começa a receber outras levas humanas. O território da ilha de Santa Catarina era povoado por grupos indígenas da família lingüística tupi-guarani, com denominação local Carijós. Com base nos estudos de Fossari, as pesquisas feitas pelo Padre Rohr apontam para uma Ilha densamente povoada, com grupos indígenas distribuídos em várias aldeias, cada qual integrada por aproximadamente trinta a oitenta habitações.

De acordo com relatos orais de Wherá Mirim[58], a Ilha de Santa Catarina inicialmente fora habitada em aldeias, sendo elas Tekoa Guassú-Há-Há-Kupé, Itakuruii, Pira'júmboaié e Mossamby. A primeira resguardava os caciques, curandeiros e líderes musicais ou caçadores e as outras eram comandadas por segundos líderes. Esses índios eram das tribos Chiripás e Phaím. Essas duas tribos eram de peles claras e por esse motivo passaram a ser chamada pelos

[58] *Milton Moreira Wherá Mirim é cacique da aldeia dos índios guarani Mbyá de São Miguel, Biguaçu-SC.*

brancos de Guarani-Karijós, porque estes não sabiam definir a origem desses povos. De acordo com tais relatos, a ocupação dos índios Guarani-karijós se deu por toda a ilha e litoral próximo, servindo este como ponto de fuga dos massacres e doenças que acabaram por dizimar quase todo o contingente índio. As outras etnias que passaram a ocupar Nossa Senhora do Desterro depois das expedições espanholas foram os portugueses; a partir da ocupação portuguesa por meio de vicentistas, depois com imigrantes açorianos, negros africanos como escravos, alemães que vieram para a colônia de São Pedro de Alcântara e fixaram-se na Ilha, cujo crescimento atraiu italianos, gregos e sírio-libaneses que passaram a morar em Desterro.

Apesar de toda a imagem criada acerca da herança açoriana, alguns relatos destacam que antes dos portugueses chegarem muitas expedições espanholas aportavam na ilha de Santa Catarina, pois ao se dirigirem para o caminho do Rio da Prata este era um ponto obrigatório de refúgio e abastecimento. Foi registrado nos anais da história do Estado catarinense que, em 1525, Don Rodrigo de Acuña deixou dezessete tripulantes na ilha, pois estes optaram em se fixar definitivamente no lugar. Sebastião Caboto, em 1526/1527, também se utilizou da parada na Ilha para abastecimento quando seguia para o Prata. Após Caboto, nela também aportaram Diego García e Gonzalo de Mendoza. Em 1541, Álvar Núñez Cabeza de Vaca estabeleceu base na ilha para organizar sua expedição rumo ao interior com o objetivo de transpor a serra do Mar e atingir por terra o Paraguai (SANTOS, 1998),

Seguindo a dinâmica do processo de povoamento nota-se que a importância estratégica de Nossa Senhora do Desterro para Portugal ditava os rumos da ocupação “civilizada” no litoral catarinense, já que os povos indígenas e verdadeiros nativos seguiam a lógica natural de nomadismo e subsistência que lhes era peculiar.

De acordo com Pauli (1991), Florianópolis deve ser considerada, antes de tudo, uma cidade de fundação bandeirante. Para este autor é importante destacar a característica de tal fundação para que sua identidade não seja retirada em favor de outras etnias, que posteriormente se estabeleceram em suas cercanias e penetraram a cidade.

Cumpre destacar que o povoamento da ilha de Santa Catarina teve início em 1673, como empreendimento agrícola, mandado estabelecer por Francisco Dias velho, que enviara seu filho com mais de 100 homens trazidos de São Paulo, vindo depois ele mesmo para reforçar a iniciativa (PAULI, 1991: 27).

Dias Velho, fundador de Desterro, antiga Florianópolis, era um descendente de índia tapuia, sua bisavó, casada com um irmão, que deixou a ordem dos jesuítas. Assim sendo, foi um bandeirante, que desde jovem percorreu com seu pai os sertões, principalmente do sul. Tinha fazenda em São Paulo e em vários pontos da Costa, em todas administrando índios, negros e brancos, os quais iam se miscigenando (PAULI, 1991: 32).

Ora sob domínio espanhol ora português, a Ilha serviu de entreposto de abastecimento e ponto estratégico de acesso às terras do sul do continente.

Várias são as rugosidades que retratam essa ocupação militar, tanto na ilha quanto no continente, particularmente interessada em manter o controle sobre o território. Nesse contexto, os povos indígenas e os negros africanos adentram na história como coadjuvantes do processo, raramente pronunciados ou exaltados, entretanto os primeiros foram exímios agricultores, precursores na cultura da mandioca e portadores de costumes e técnicas de pesca e artesanato muito assimiladas pelos imigrantes europeus, considerados atualmente como "nativos" da província. Já a população de origem africana, na sua maioria de escravos, chegam para trabalhar num período posterior à ocupação. Eles eram comprados para servirem aos grandes fazendeiros (no interior de Santa Catarina) , mas também atuavam nas casas dos portugueses mais abastados do litoral e na agricultura local, no cultivo da cana-de-açucar do norte da ilha ou na mandioca e engenhos espalhados pela ilha e continente litorâneo, constituindo mão-de-obra essencial na manutenção da produção agrícola ao mesmo tempo em que marcaram culturalmente seu espaço por meio de comidas típicas, cultos religiosos e linguagem diferenciada, cuja assimilação ocorreu de maneira gradativa entre eles e aqueles com quem mantinham algum contato.

Alguns autores afirmam que os imigrantes portugueses apresentavam alta taxa de natalidade. Esta avaliação se deu devido ao crescimento do número de freguesias, nas áreas de povoamento açoriano. O problema da explosão demográfica da área era de tal grandiosidade que, em 1833, a presidência da província de Santa Catarina chama atenção para a questão e em 1860 resolve fundar nova colônia para dar terras agricultáveis aos descendentes dos povoadores açorianos: surgiu assim a Colônia Nacional de Angelina (PIAZZA, 1991: 85).

No entanto, no período anterior à República, a Ilha não representava nenhum atrativo que não estivesse relacionado à estratégia militar, pois abrigava agricultura de subsistência, fabricação de farinha de mandioca e salga de peixe e não propiciava oportunidades maiores de enriquecimento, nem para a coroa e nem para os vicentistas. Como uma alternativa

econômica, no final do século XVIII instalaram-se na Ilha armações para pesca de baleia, porém essa atividade era monopólio da Coroa concedido aos comerciantes ligados ao reino. A extinção do privilégio, no começo do século XIX desestimulou a atividade, a qual entrou em decadência logo depois.

A história dos açorianos na ilha começa com a sua chegada, no dia 6 de janeiro de 1748, quando desembarcaram 461 pessoas provenientes da ilha de Açores. Até 1756, cerca de seis mil açorianos e madeirenses já estavam instalados na Ilha. Esses imigrantes chegavam em grupos familiares, os quais recebiam prontamente da companhia colonizadora algumas sementes, armas e ferramentas, cavalos e gado para o arado, com o objetivo de instrumentá-los como agricultores, mas mesmo assim sua adaptação foi muito difícil, principalmente pelo espaço ocupado por esses colonos, uma região muito íngreme, com muitas pedras e ainda com muita mata e seus devidos entraves para a agricultura, além disso estavam acostumados ao cultivo do trigo, o qual não se adequava ao clima da região. A resultante deste processo, inicialmente débil de povoamento, contribui para uma posterior assimilação de culturas indígenas, como a mandioca que se tornou a base da alimentação açoriana e que em aproximadamente 30 anos se expandiu , propiciando a criação de muitos pequenos engenhos, inclusive de alguns de cana-de-açúcar. Muitos colonos alemães não tiveram tanta perseverança e acabaram abandonando as terras que receberam ou se dedicando a outros setores que não a agricultura, como artesanatos, oficinas e serviços urbanos.

Por outro lado, a capital não deixou de exercer seu papel de importante ponto estratégico, onde muitos jovens eram recrutados para treinamentos militares, o que de certa forma serviu de entrave e comprometeu o desenvolvimento da pequena produção mercantil na capitania. Na virada do século XVIII para o século XIX já se podia perceber um movimento tímido de retorno da população camponesa em direção à capital. Um êxodo rural nascente motivado pelo recrutamento militar combinado com a oferta de ofícios na pesca e em trabalhos urbanos que, além de aumentar o núcleo da cidade, permitiu a formação dos primeiros latifúndios no interior do Estado (SALOMON, 2002).

As raízes ibéricas da constituição sócio-espacial do litoral catarinense são muito importantes para que se entenda a formação e configuração contemporânea da região metropolitana de Florianópolis. Segundo Holanda em *Raízes do Brasil*, as origens mais remotas dos traços ibéricos servem para compreender, por exemplo, o “tradicional personalismo de que provêm a frouxidão das instituições e a falta de coesão social”, além de

outro traço fecundo não apenas em Santa Catarina como no Brasil em geral, qual seja “a exaltação do prestigio pessoal com relação ao privilégio e a mania geral de fidalguia”, sendo esta última a semente da “repulsa pelo trabalho regular e a falta de organização” dos povos ibéricos, no entanto, “a vontade de mandar e a disposição para cumprir ordens são-lhes igualmente peculiares (aos Ibéricos), tanto quanto a inclinação à anarquia e à desordem” (HOLANDA, 1936/1995: 15). A esses traços marcantes, porém pejorativos da herança étnica dos catarinenses há que se juntar também o espírito de trabalho e aventura desses imigrantes, junto à resignação e brio dos negros e ao amor à natureza e solidariedade herdada dos povos indígenas. A resultante da miscigenação desses povos, concentrada principalmente no litoral do estado recebe então os imigrantes europeus não ibéricos.

No início do século XIX com os planos de ocupação dos espaços vazios tanto no litoral quanto no interior de Santa Catarina, é impetrada a política de colônias imigrantes, inicialmente de alemães e posteriormente de italianos. A primeira tentativa desse tipo de povoamento se deu em 1829, com a chegada dos alemães na Ilha, com 166 famílias alemãs originárias de Bremen que foram redirecionadas para uma localidade mais para o interior, chamada São Pedro de Alcântara (hoje parte da região metropolitana de Florianópolis).

Nesse período nota-se grande empobrecimento da região como um todo, mas Florianópolis se manteve na função de praça importadora de produtos provenientes de outras regiões, além das atividades portuárias até 1930. Outra transformação do século XIX é o fato de cidadãos locais passarem a assumir posições de destaque na administração e na economia. Eram os comerciantes, em geral proprietários de embarcações, que faziam o comércio de pequena cabotagem entre a Ilha e os diversos pontos do litoral (HÜBENER, 1991: 185).

No decorrer do século XIX a capital do Estado vai perdendo importância diante da riqueza do interior, mais notadamente das áreas de colonização européia, situadas no vale do Itajaí e norte do estado.

Com o estabelecimento dos alemães agricultores em pequenas propriedades nos vales, se inicia novo ciclo povoador, com sucessão de várias correntes de imigrantes europeus. Primeiro vêm alemães para São Pedro de Alcântara (1829), depois para o vale do Itajaí com a fundação de Blumenau em 1850 e de Joinville em 1851.

Novas frentes de ocupação alemãs de colônias menores também surgiram no sentido leste-oeste. A colonização alemã se inicia com base na pequena produção mercantil variada rural e urbana. Sua dinâmica acentuada aliada à evolução do capitalismo no Brasil propiciou o surgimento e a consolidação de um vigoroso parque industrial nesta região (PEREIRA, 2003: 103).

No fim do século XIX, grupos italianos vieram em nova corrente imigrante para povoar as bordas das áreas ocupadas pelos alemães (Rio dos Cedros – vale do Itajaí) e núcleos coloniais no Sul de Santa Catarina. Suas atividades estavam ligadas à agricultura e mineração de carvão. No início do século XX, a ocupação do território catarinense se completa com a comercialização de glebas de terra na porção oeste do planalto, a partir não do litoral, mas do sul do estado, por meio de colonos alemães e italianos e companhias de colonização do Rio Grande do Sul.

3.2 A CONTRIBUIÇÃO DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS PARA FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DE FLORIANÓPOLIS.

Florianópolis, a porta de entrada dos imigrantes em Santa Catarina abrigou muitos imigrantes, alguns provisoriamente até poderem se estabelecer com sua família em área rural do continente e outros que escolheram se fixar na Ilha.

Inicialmente desbravada por vicentistas, migrantes bandeirantes vieram com o intuito de povoar o lugar e resguardar a soberania nacional. De acordo com Salomon (2002: 11),

> No final da quarta década do século XVIII, portanto, a ilha de Santa Catarina se torna um espaço fundamental para a conservação do Brasil meridional. Se ela sempre existiu como formação geológica, é apenas neste momento que se lhe atribui a função de ponto estratégico no quadro de defesa destes domínios. Imediatamente, todos vão reconhecer esta importância: se até então ela estava esquecida e não havia sido tratada com o devido cuidado, era porque não se sabia o quanto ela era importante para manter as povoações situadas no Rio da Prata e Rio Grande de São Pedro. A partir de então e até o início do século XIX, ela passa a ser problematizada como um espaço que possui esta função, de sustentar e dar apoio à defesa e conservação do Brasil meridional.

O autor destaca a importância estratégica que a Ilha de santa Catarina passa a ter em meados do século XVIII. Entretanto, segundo esse mesmo autor, a decadência econômica ameaça a soberania e no século seguinte não é mais o espaço estratégico que deve ser protegido, mas um espaço que deve ser povoado e desenvolvido. A partir desse pensamento o Brasil começa a se inserir mais expressivamente nas correntes imigratórias européias rumo à América.

> No interior desta nova formação histórica que então se constitui, o espaço passa a ser problematizado de outra maneira, ou seja, vemos a própria transformação daquilo que o define e produz. A condição para se aumentar a população que se administra, reside na relação que se estabelece entre o tamanho da população de um Estado e a extensão do seu território; donde surge a necessidade, não apenas de se conhecê-lo, mas de constituí-lo como uma extensão finita, demarcada e delimitada, ou seja, geografizá-lo. Assim, a partir de meados do século XIX, a imigração emerge como mecanismo de regulação da população que permite a países como o Brasil, impulsionar o crescimento da população; a geografização do espaço é o que permite que ela se constitua efetivamente como uma política.
> Mas não basta apenas demarcar e dividir o espaço em que se vai desde então localizar a população: é necessário determinar quais são os lugares mais apropriados para o estabelecimento de núcleos de população; determinar quais são os lugares mais propícios para o desenvolvimento da agricultura e definir quais são as espécies que se aclimatam e se desenvolvem em lugares distintos, com maior proveito. Uma vez definidos estes lugares, é necessário estabelecer ligações entre estes novos núcleos, e destes com aqueles já existentes, sobretudo, com os pontos de entrada e saída do comércio, pois o isolamento a que estão submetidas certas povoações, torna os seus moradores "preguiçosos e indolentes" e coloca toda a sua povoação em estado de desânimo: as vias de comunicação são as artérias que as retiram deste estado.
> Portanto, para poder administrar a população, é necessário que se constitua um saber do espaço que delimite a sua extensão, determine os lugares mais apropriados para a localização de núcleos que sirvam como viveiros de aclimatação de colonos europeus, e estabeleça ligações entre estes núcleos, o que vai permitir que se desenvolva o comércio e a agricultura de suas povoações, gerando prosperidade e riqueza entre eles, principal fonte de impulsão do crescimento da população (SALOMON, 2002: 14).

Assim os imigrantes portugueses passaram a constituir freguesias mais bem estruturadas na Ilha de Santa Catarina e em pontos do litoral catarinense próximo.

Florianópolis, considerada guardiã da cultura açoriana devido à primeira leva de imigrantes desta origem que chegaram e se estabeleceram formando Freguesias no interior da Ilha e litoral próximo, passa a receber outros grupos imigrantes de origem européia no final do século XIX e início do século XX. São imigrantes italianos e alemães. Os primeiros vêm contratados pelo governo ou através de redes sociais em busca de trabalho especializado, principalmente no ramo da construção civil, os seguintes eram alemães e descendentes que migraram vindos principalmente do interior de Santa Catarina em busca de serviços urbanos e

estudo para os filhos, além dos primeiros grupos alemães vindos diretamente da Europa como missionários para desenvolver rede de ensino com base religiosa na capital catarinense. Junto destes imigrantes, outro grupo um pouco menor surge ainda incipiente, são gregos, sírios e libaneses que foram atraídos pela condição geográfica da Ilha, por um comércio nascente e próspero que estava aliado às atividades portuárias muito presentes na Ilha naquele período.

3.2.1 Os alemães na Ilha

Os imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos vieram para trabalhar na lavoura e povoar o interior, os que chegaram primeiro como já observado, foram os alemães que se fixaram ao norte do Estado e no vale do Itajaí, enquanto os italianos se concentraram mais ao sul do Estado. Entretanto, com o desenvolvimento da economia dessas cidades, a expansão urbana foi inevitável e os empreendedores mais abastados mantinham contato direto com a capital, que apesar de ter perdido seu prestígio econômico, assegurava-se enquanto porto de entrada e saída de mercadorias e pessoas, assim como centralizava as funções administrativas do Estado.

Apesar do grande número de colonos e imigrantes alemães no Estado, os primeiros alemães que escolheram a Ilha como morada foram missionários. Faziam parte de duas ordens católicas: os Franciscanos e as irmãs da Divina Providência. Fundaram dois grandes centros de ensino com base na fé católica, até hoje símbolos da melhor educação formal da capital: o Colégio Catarinense e o Colégio Coração de Jesus. Procuraram transmitir todo o conjunto de valores morais que trouxeram da Alemanha, uma forma própria de viver o catolicismo, de acentuação dos valores tradicionais da família e do trabalho. As duas instituições formaram toda uma geração de políticos, empresários e educadores que marcaram profundamente a vida da cidade e do Estado catarinense (BESEN, 1991: 103). Como destaca o autor:

> O próprio modo do encaminhamento migratório no século XIX levou os colonos alemães ao isolamento em suas novas terras. Deixados à própria sorte, não tiveram muito interesse em se aculturarem. Deste modo, a Ilha e o litoral foram cercados por colônias alemãs (Angelina, São Pedro de Alcântara, Alto Biguaçu, Teresópolis, Alto Capivari...) que levaram vida autônoma, com suas escolas, organizações comunitárias, igrejas, auto-suficiência relativa na produção e com pouquíssimo interesse por aquilo que acontecia na capital. (...) Diferente das colônias no norte do Estado, com encaminhamento mais

> industrial, as que cercavam a Grande Florianópolis, tinham tendência agrícola e não viam motivo para se ligarem a uma sede burocrática e comercial. Além do mais, vale ressaltar o preconceito existente entre as culturas de matriz alemã e brasileira: preconceitos étnicos, familiares, religiosos e políticos. 'Brasileiro era preguiçoso, casar com ele não trazia futuro'. (BESEN, 1991: 104)

Na realidade, a contribuição étnica alemã para a Ilha de Santa Catarina veio inicialmente pelas mãos das instituições de ensino, o que atraiu migrantes de segunda geração do interior do Estado para viverem na capital. No início do século XX alguns empresários se estabeleceram na capital devido às suas necessidades de contato constante com órgãos administradores. A construção civil e os estudos trouxeram muitos jovens, filhos de imigrantes alemães e italianos em busca de especialização e de trabalho longe da roça.

Por outro lado a urbanização desencadeada no início do século XX em Florianópolis, apesar de incipiente se comparada com cidades maiores como o Rio de Janeiro ou São Paulo, diante do mundo rural do interior do Estado catarinense estava bem avançada, não apenas por abrigar o porto ou o centro administrativo do Estado, mas também e conseqüentemente a isso, a cidade passou a ser mais dinâmica com maiores ofertas de serviço, principalmente na construção civil. Assim passou a ser um pólo de atração para outros grupos imigrantes como sírios, libaneses e gregos. Esse novo grupo preferiu se instalar em Florianópolis porque não se sentiam ligados à lavoura, eram em sua maioria comerciantes ou profissionais liberais em busca de novos horizontes.

Até mesmo os primeiros italianos que chegaram à Ilha não faziam parte do grupo que se direcionou para o interior do Estado em busca de terras agricultáveis.

3.2.2. A Chegada dos italianos

Segundo Cúneo, os primeiros italianos a chegarem em Desterro vieram no ano de 1893. Estes imigrantes viviam em Montevidéo e foram contratados pelo governo por serem especialistas da construção civil. O operário Paulo Genovese - mestre pedreiro e também Gervásio Cúneo - mestre marceneiro vieram especialmente para construir uma residência, que hoje é a sede do Santa Catarina Country Clube. Esses primeiros italianos ficaram em Florianópolis durante a obra e depois regressaram para Montevidéu (CÚNEO, 1991: 107).

Outros italianos vieram para trabalhar como especialistas, contratados pelo governo. Como ressalta Cúneo, foi no primeiro governo do engenheiro Hercílio Pedro da Luz, de 1894 a 1898, que se criou a Estação Agronômica, “destinada a incentivar e orientar a agricultura no interior da ilha de Santa Catarina”. Hercílio Luz contratou para ser o primeiro diretor da Estação “o engenheiro agrônomo Giovanni, italiano natural de Pisa, na Itália. Mais tarde para substituir este o agrônomo, veio da Itália o agrônomo Tullo Cavallazzi”. No ano de 1895, o governador Hercílio Pedro da Luz iniciou a reforma do palácio do governo - hoje palácio Cruz e Sousa. Novamente vieram operários italianos de Montevidéu, contratados para executar essa obra (CÚNEO, 1991: 107).

De acordo com o autor, os italianos residentes em Florianópolis, “salvo raras exceções, não integraram correntes colonizadoras”. Eram imigrantes que em sua grande maioria chegavam sozinhos, atraídos pelas condições de trabalho, de comércio ou por meio de notícias enviadas por compatriotas. Como ressalta Cúneo, alguns italianos tentaram a agricultura na Ilha e se desiludiram, “como foi o caso de Vicente Peluso, irmão de Domingos Peluso que veio também em virtude das cartas que recebeu”. Eles tentaram desenvolver a agricultura em terras localizadas no hoje conhecido bairro do Saco dos Limões, mas como o solo não era favorável às culturas que tentava, resolveu mudar-se para o Uruguai (CÚNEO, 1991: 115).

3.2.3. Os sírios e libaneses

Florianópolis, berço da imigração açoriana fixada ao longo da Ilha em Freguesias diversas a partir de 1850, passa a receber na virada do século XIX para o XX imigrantes italianos, alguns contratados pelo governo e outros que através de redes sociais vêm em busca de trabalho especializado, principalmente na construção civil; ao mesmo tempo, alguns alemães e descendentes passam a migrar do interior do Estado para a capital em busca de melhores estudos para os filhos e outras facilidades urbanas já encontradas na Ilha nesse período, assim como os grupos de missionários também alemães mais dedicados à educação formal e religiosa. Contudo, junto com esses imigrantes europeus outros novos imigrantes demonstraram interesse em viver na Ilha. Um tipo diferente de imigrante cujos moradores mais antigos estavam acostumados a receber. Eram originários do Oriente, mais precisamente

da Síria e do Líbano. Como esse povo diferente falava o mesmo idioma e para os nativos pelo menos, tinham um tipo físico semelhante, geralmente eram confundidos entre si, o que causou certa confusão e fez com que fossem tratados muitas vezes como sírio-libaneses. Como afirma Boabaid, "fala-se até em sírio-libanês como se tratasse de uma nacionalidade apenas, coisa que jamais existiu" (BOABAID, 1991*:* 118).

O autor destaca algo interessante relativo a esse grupo, o fato de

> (...) nunca se organizarem em núcleos ou quistos sociais, o que facilmente poderia ter ocorrido como aconteceu aos imigrantes de outras nacionalidades. Esses imigrantes não tiveram as mesmas facilidades que os portugueses quando aqui chegaram. Vieram munidos apenas de muita coragem e muita fé em nossa terra que nunca os decepcionou. Vieram sós (BOABAID, 1991*:* 119).

Por isso tudo, o autor revela que para esses imigrantes o ato de agregar-se ou "formar uma cidadela racial, seria não valorizar a inteira liberdade que aqui encontraram e que os inebriava como um bem muito precioso, mais que tudo o mais, para eles que vinham de domínios sucessivos, geração após geração, durante séculos" (BOABAID, 1991*:* 119).

Havia, portanto, ampla aceitação por parte dos brasileiros da maneira de viver desse novo imigrante, que apesar da grande diferença na língua se esforçava para se comunicar, pois a necessidade de comunicação exigida pelo comércio e a religião cristã em comum entre os novos imigrantes e aqueles já estabelecidos facilitou seu entrosamento e impediu a segregação étnica e racial.

Para retratar a inserção destes imigrantes, Boabaid destaca que muitos são os descendentes de imigrantes deste grupo em Florianópolis e ressalva que a primeira família a se fixar na Ilha foi a de Cherem, mas que esta não emigrou direto do Oriente para a Ilha, mas se dirigiu primeiramente para Tijucas, onde viveram alguns anos.

O autor detalha que "a única família que parece ter vindo diretamente para as Florianópolis foi a de Salim Mansur José, casado com Maria Embarack, que chegaram em 1905".

As demais provinham de outras localidades catarinenses ou mesmo de outros estados. São muitas famílias de sobrenomes que marcaram a história catarinense. Seus descendentes se encontram em todo o setor comum da vida social nas quais muitos se destacaram. São médicos, advogados, jornalistas, economistas, escritores, artistas, governadores, deputados e engenheiros, industriais, militares e religiosos (BOABAID, 1991*:* 119-120).

Boabaid (1991: 120) faz um breve relato do povo designado mascate que retrata a importância dessa imigração na configuração sócio-espacial de Florianópolis:

> O mascate, símbolo de nosso povo, representa os pequenos comerciantes que o visitavam lugarejos, fazendas e sítios carregando sobre cangalha ou pela força de seus próprios punhos as malas em que acomodavam suas ingênuas e quase sempre pobres mercadorias, para oferecer aqueles que não podiam ou queriam procurar os centros comerciais existentes. Respeitadores e emotivos, estes mascates souberam conviver com toda a gente e firmar o conceito de comerciantes honestos e confiáveis. Foram esses homens, galvanizados pela necessidade de vencer, que através de um labor constante e exaustivo e também de seu exemplo, cravaram marcos sírios e libaneses na história de nossa cidade.

3.2.4. A contribuição grega

Outro grupo imigrante que marcou a história da formação de Florianópolis foram os gregos. Esses homens vieram para Desterro em 1883. Como destaca Pítsica (1991) “vinham na sua grande maioria, do Dodecaneso, uma região situada no sudeste do mar Egeu, entre a ilha de Creta e a Turquia. Dodecaneso é um arquipélago formado por 14 ilhas, uma delas chamada de Kastelórizon” O autor declara que o motivo que levou esses gregos a emigrarem se refere a uma grande crise na economia local. Por esse motivo muitos nativos resolveram procurar outro lugar para viver, como afirma o autor “que apresentasse as mesmas características da ilha grega, com o mesmo clima ameno e paisagem atraente” (PÍTSICA, 1991: 95).

Segundo Pítsica (1991: 96),

> (...) quando o capitão Savas Nicolau Savas aportou pela primeira vez em Desterro (1883), que os *kasteloríseos* tomaram conhecimento, através de suas informações, que no sul do Brasil havia uma ilha muito parecida com a deles, a Ilha de Santa Catarina, porém mais extensa e com uma população de aproximadamente 28.000 habitantes.

Estudos realizados pelo autor indicam que os ilhéus gregos estabeleceram um “núcleo polarizador originário desenvolvimentista em Desterro, quando aqui aportaram pela segunda vez, em 1889. O capitão Savas trouxe consigo seu pai, seu irmão e seu cunhado, um médico formado de sobrenome Spyrides” (PÍTSICA, 1991: 96).

Aos primeiros colonizadores gregos vieram somar centenas de outros[59], que se estabeleceram com casas comerciais na Ilha de Santa Catarina. Criaram um núcleo pioneiro de Ilhéus gregos, contribuindo não só para o crescimento demográfico na ilha mas também para o aquecimento de sua economia, já que exerciam muitas atividades no comércio, não apenas local mas de importação e exportação com países vizinhos.

Como destaque o autor lembra duas grandes figuras de descendência grega que faleceram ainda jovens a serviço da comunidade catarinense. Foram eles: João Anastácio Kotzias, jovem médico que contraiu a febre tifóide, filho de família ilustre de Florianópolis (donos do cartório e estabelecimentos comerciais do centro da capital) e Jorge Komninos Lacerda, apesar de jovem foi governador do Estado e faleceu em acidente aéreo.

3.3 AS TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS NO LITORAL CATARINENSE E NA ILHA DE SANTA CATARINA.

Diante das contribuições sociais, econômicas e culturais dos vários fluxos migratórios que juntos ao povo catarinense construíram o Estado de Santa Catarina, pode-se inferir que o litoral e mais precisamente a Ilha foram as regiões mais miscigenadas em relação a pluralidade de culturas e principalmente, devido à mobilidade intensa da população nessas áreas.

Segundo Pereira (2003), dois foram os momentos que marcaram a transformação no espaço de Santa Catarina: “do início da colonização até a virada do século XX, e depois com

[59] Aos primeiros colonizadores gregos vieram somar centenas de outros, que se estabeleceram com casas comerciais na ilha de Santa Catarina: os Atherinos, Os Kotzias, Os Kailys, Os Garofallis, Os Pítsyca, Os Savas, Os Mandalis, Os Spyrides, Os Apóstolo Komninos, O Lacerda, O Nicolacopulos, O Dosolas, O Sirydakis, O Christoval, O Lucas, O Kalafatás, O Iconomos, O Agapitop Iconomos, O Mavros, O Zaphiriu Bersou, O Jordanou, O Tzelikis, O Kariotis, O Jarakus, O Mutropulos, O Cristides, O Bartolomeu Lazaru, O Christofides, O Corfú, O Lambros, O Cambúris, O Caralambos Komninos, Sozópulos, O Emanoelides, O Jannis, O Constantinides, O Siarkos, O Docacos, e outros (Pítsica, 1991: 96).

a segunda expansão capitalista moderna, decorrente da aceleração do processo de indústria brasileira que se intensifica em 1930 até os anos 50” (PEREIRA, 2003).

O primeiro período, anteriormente retratado, abarca desde a chegada dos vicentistas, a implantação da imigração inicialmente para abastecer as bases militares e formar contingentes, em seguida com a criação de Freguesias, depois o estabelecimento da cidade como o centro administrativo do Estado, o auge da economia e crescimento urbano de Florianópolis na chegada do século XX.

No entanto, o comércio portuário de Florianópolis se encontrava em crise nas últimas décadas de 1800. Para se ter uma idéia do impacto sócio-econômico da decadência do sistema portuário, segundo Hübener, a cidade abrigava nesse período aproximadamente um população com cerca de 11.000 habitantes, destes quase 1800 pessoas estavam envolvidas com a atividade marítima (16%). Eram eles: os mestres, contramestres, praticantes, patrões de lanchas, marinheiros, carpinteiros, calafates, etc. (HÜBENER , 1991: 188).

Segundo Hübener (1991: 188), “com o avanço tecnológico das embarcações, o melhoramento do porto e o aprofundamento do canal do tabuleiro passaram a ser solicitados com insistência como um fator determinante para o desenvolvimento do comércio de Desterro”. Mas os melhoramentos não aconteceram. Em 1907 efetuaram-se alguns serviços de dragagem para dar maior profundidade e largura ao canal, que não chegaram a corresponder ao avanço técnico das embarcações. O comércio da cidade de Desterro, segundo a autora, se dividia em três categorias de atividades:

> (...) a dos atacadistas e comissários de grandes firmas nacionais ou estrangeiras, com casas comerciais estabelecidas principalmente na rua Augusta (atual João Pinto) e Largo Do Palácio; a dos varejistas ou retalhistas, cujo comércio mais ativo concentrava-se em ruas como a do Príncipe (atual Conselheiro Mafra) e finalmente a categoria daqueles que, em menor número, exerciam alguma atividade artesanal e comercializavam eles próprios suas produções. Freqüentemente tal atividade provocava protestos por parte da maioria dos outros comerciantes, em virtude da concorrência. Os mascates *(maioria imigrantes sírios e libaneses*) ou atravessadores eram em geral os viajantes ou representantes comerciais que apresentavam-se no comércio local, estabelecendo-se nas hospedarias da capital (HÜBENER , 1991: 185-186).

Assim era a dinâmica da capital catarinense até as primeiras décadas de 1900, quando a atividade portuária começa a perde seu espaço.

Diante dos prejuízos no comércio de Desterro, a situação começou a se modificar e a importância econômica da capital entrou em decadência frente ao crescimento dos núcleos de imigrantes como Blumenau e Joinville que se desenvolveram através de uma atividade artesanal e de uma diversificação agrícola. Segundo Hübener (1991),

> (...) aos poucos o intercâmbio das colônias passou a ser feito através da navegação fluvial no vale do Itajaí e entre Joinville e o Porto de São Francisco, em prejuízo ao Porto de Desterro. Assim, os portos de São Francisco e de Itajaí passaram a responder por quase dois terços do comércio exportador.

Nesse caso, a mobilidade humana, de produtos e capital passou a atender também estas regiões, antes preteridas em favor de Florianópolis. A mudança de destino na economia catarinense, entretanto, não se deu tão abruptamente e tampouco em completa totalidade. A capital catarinense manteve de alguma forma um crescimento urbano lento, e com a colaboração de outros grupos humanos e outros investimentos encontrou uma saída para a crise.

De acordo com a autora, o comércio da capital se manteve estável e integraram-se a ele elementos da comunidade grega já a partir da década de 1880. Esse novo contingente se estabelece como comerciantes, com casas de secos e molhados, além de firmas importadoras. Alguns sobrenomes importantes a serem destacados foram: “família Savas, Kotzias, Atherino, Corfu, Spyrides” (HÜBENER, 1991: 189)

Frente aos avanços da economia na região dos vales do Itajaí, do norte do Estado e do sul catarinense, com colônias de imigrantes europeus se destacando como núcleos produtores, a Ilha passou a exercer outro papel, o de dinamizadora dessa economia. Sendo assim, cabe ressaltar que além dos sírios e libaneses que se mantinham na capital e aqueciam o comércio entre o litoral e o interior como mascates; havia também os imigrantes gregos que se estabeleceram definitivamente na Ilha e que junto com alemães e suiços investiram em sua nova morada, através principalmente do estabelecimento de casas de importação e exportação, como foi o caso das empresas de Wellman e Bade, Moelmann e Cia, Wendhausen, Carl Hoepcke e Cia (HÜBENER, 1991: 188).

Florianópolis em 1922 inicia a construção da ponte Hercílio Luz, elo de ligação da ilha com o continente e símbolo da urbanização da capital. Mesmo procurando se urbanizar

rapidamente e contando com políticas públicas que ambicionavam essa urbanização, Florianópolis se manteve em ritmo lento de província urbana nesse período.

Por outro lado, mesmo com a decadência do porto, a capital catarinense procurou outros caminhos para manter sua hegemonia na liderança política do Estado. De acordo com Pereira (2003), “até 1930, Florianópolis permanecia como a maior cidade e centro comercial do estado”.

Ainda segundo Hübener (1991:190), ao atingir as décadas de 1940 e 50, a capacidade produtora de Florianópolis foi se tornando inexpressiva, mas manteve o seu ritmo contínuo de expansão urbana. O transporte marítimo foi sendo substituído pelo terrestre e pelo aéreo e logo em seguida, com a inauguração do aeroporto Hercílio Luz, vieram os aviões tipo DC 3.

Com a melhoria das vias terrestres, a cidade também se beneficiou com a expansão dos serviços públicos, impondo-se cada vez mais como sede administrativa. Por ser a capital do Estado concentrava investimentos em infra-estrutura e equipamentos, além do poder de atração de mão-de-obra qualificada que chegava, sobretudo para ocupar cargos públicos, não apenas nos órgãos administrativos do governo, mas nas empresas estatais que se estabeleceram na Ilha na década de 1960 como a ELETROSUL e a UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Segundo a autora, “a partir da década de 1950, a construção de edifícios públicos e a instalação de instituições bancárias foram desfigurando a antiga imagem arquitetônica da cidade” (HÜBENER,1991: 190).

Como ela mesma destaca, “sem se expandir através da industrialização como aconteceu com outros municípios do estado, Florianópolis superou em área construída todos os outros”. Os espaços foram se transformando e a Ilha se expandiu por meio de aterros em direção às baías norte e sul, além da necessária expansão urbana, principalmente a partir da década de 1980 em direção ao continente.

Para contemplar essa nova configuração de cidade, dividida entre ilha e continente e ao mesmo tempo unida pelas suas relações sócio-espaciais, duas novas ligações foram feitas depois da Ponte Hercílio Luz. A primeira ponte foi a Colombo Sales inaugurada na década de 1970 e a segunda foi a Pedro Ivo Campos no final dos anos de 1980.

As transformações sócio-espaciais na capital aconteceram ininterruptamente durante o período militar, o que retrata a permanência de sua importância estratégica no seio governamental nacional, mesmo que naquele momento com outras funções do que anteriormente.

O ápice desse período de transformações é devido principalmente à instalação da UFSC no coração da Ilha, no início da década de 60 (Pela Lei 3.849 de 18 de dezembro de 1960). Fato que atraiu não somente parcela significativa de funcionários públicos federais, mas também grande número de estudantes de outras localidades.

Ao final da década, em 1968 acontece a criação da Eletrosul, outro grande empreendimento não apenas físico, mas também de muita importância social e política para a capital, pois além de propiciar maior segurança em termos energéticos trouxe ainda consigo grande capital humano e econômico. Ambos os empreendimentos foram construídos com sedes próximas e localizados no leste da ilha. Todo esse investimento federal contribuiu para atrair um contingente expressivo de migrantes trabalhadores e estudantes para a região. Esse novo e grande fluxo migratório, não só do interior como de outros Estados para a capital propiciou um incremento no comércio e o surgimento de novas empresas na capital.

Nesse período dos anos de 1970 o Brasil e sua economia estavam prosperando e Santa Catarina não desapontava a nação. Apesar de uma urbanização mais lenta na capital, o estado foi marcado por ilhas de prosperidade, com o sul prosperando na exploração do carvão, o interior com muitas riquezas em matéria de extração vegetal, agricultura diversificada e pecuária em ascensão, o norte do estado se destacando com a indústria pesada e o vale expandindo os negócios nas indústrias têxteis. Devido a esse desenvolvimento combinado e pulverizado pelo estado, outras cidades médias se destacaram como pólos regionais e a capital catarinense, diferente de outras capitais do Brasil, não concentrou capital econômico e humano. Contudo, a capital mantinha o centro administrativo do governo e conseqüentemente se desenvolveu economicamente no setor de serviços e turismo.

Nesse caso, cabe lembrar que o processo de veraneio da burguesia abastada do interior catarinense, estudada por Pereira (2003), se inicia em meados do século XX, sendo mais intensificado na década de 1970, passando a se configurar como um instrumento na dinamização do turismo no litoral catarinense. Assim, além da construção de novas casas de veraneio nas praias catarinenses e na Ilha de Florianópolis, surgem nesse contexto novos elementos necessários à expansão sócio-econômica da capital, como a construção de uma nova ponte de ligação entre a ilha e o continente[60], a criação de novas vias de acesso ao interior da ilha, o aterro da baía norte para onde seria direcionado o fluxo de veículos dos

[60] Em 1975 é inaugurada a Ponte Colombo Salles.

turistas e veranistas com acesso às praias. Diante dessa dinâmica temos ainda uma nova população de funcionários públicos ligados à universidade e à Eletrosul, além daqueles relativos à máquina administrativa do Estado, também estabelecidos na capital.

Tendo em vista esse contingente maior da população, muitos espaços novos foram criados e ocupados, procurando absorver nem sempre a contento, os novos habitantes. Surgem nesse contexto, pequenos e grandes loteamentos, formando bairros residenciais. Muitos capitais passam a investir na construção civil da capital, a qual começa a prosperar com o crescimento aparente das classes médias estáveis, principalmente de funcionários públicos aqui estabelecidos.

Por outro lado, cresce o número de imigrantes provenientes do êxodo rural, expropriados do campo e empobrecidos que se dirigem à capital em busca das possibilidades promissoras de emprego que passaram a figurar em Florianópolis. Junto com essa imigração do oeste catarinense acontece também a transformação dos espaços ocupados por eles, como novos moradores que na sua maioria chegavam com menor poder aquisitivo e por esse motivo acabavam ocupando áreas mais desvalorizadas da ilha, próximas aos manguezais, nas encostas íngremes de difícil acesso ou ao longo das rodovias de acesso à capital.

Segundo Pereira (2003), tanto o desenvolvimento quanto a transformação do litoral de Santa Catarina “foram marcados pela iniciativa de uma burguesia oriunda da pequena produção mercantil, descendente de imigrantes europeus” que, de acordo com ela, vinham de núcleos urbanos mais dinâmicos constituídos nos vales, cujo crescimento econômico e demográfico acabou superando o da fachada litorânea (PEREIRA, 2003).

Por outro lado, foi por meio do adensamento dos fluxos turísticos destes empresários catarinenses e do estabelecimento de um turismo de veraneio localizado principalmente nas localidades de Florianópolis e Balneário Camboriú nas décadas de 1970 e 1980 que Santa Catarina começou a se estabelecer como um novo destino no cenário turístico brasileiro.

Se por um lado crescia o turismo no Estado, por outro a decadência da agricultura familiar na década de 1970, exacerbada pelo desemprego estrutural da década perdida de 1980 contribuía para um êxodo rural crescente e contínuo que levava novos migrantes em direção à capital. Além dos migrantes catarinenses outros brasileiros e imigrantes estrangeiros passaram a viver em Florianópolis a partir da década de 1980.

Partindo desse princípio, foi somente a partir da popularização do veraneio no litoral entre os novos burgueses do interior do Estado que aconteceu a dinamização das atividades

turísticas, principalmente nos municípios da orla catarinense que passaram a conhecer ritmos diferenciados de ocupação e crescimento. Dessa forma, alguns municípios como Balneário Camboriú e Florianópolis passaram a exercer forte atração de fluxos de veranistas e turistas, enquanto outros como Itapema foram dinamizados mais recentemente.

Na região central do Estado, a capital se destaca principalmente com a explosão do turismo nos anos 1990, a qual acelerou a expansão urbana e desempenhou profundas alterações na configuração sócio-espacial da cidade, com profundos impactos sociais, culturais e ambientais.

Conclui-se, portanto, que o Estado de Santa Catarina, além de possuir uma história de formação baseada na imigração européia, faz parte geograficamente do cone sul do Brasil, região que mantém uma relação complexa de fronteira com países que não são apenas vizinhos, mas que fazem parte do MERCOSUL. A partir da emergente situação das migrações no Cone Sul das Américas e da ausência de estudos acerca dos novos imigrantes latino-americanos que escolheram Florianópolis como nova morada e do contínuo e crescente contingente de *hermanos* que mantém esse fluxo migratório constante, a presente pesquisa procurou entender esse fenômeno por meio do próprio imigrante e suas condições de vulnerabilidade frente aos conflitos e impedimentos causados por fatores locais e àqueles conseqüentes de políticas e acordos internacionais.

A imigração internacional em Santa Catarina no século XXI segue a mesma lógica contemporânea. É um processo que se apresenta dinâmico e dialeticamente complexo. Por esse motivo, precisa ser analisado no âmbito global, mas cujas especificidades locais devem ser consideradas, pois elas contribuem para tornar o fluxo migratório atual diferente dos fluxos anteriores para o Estado.

4. OS NOVOS IMIGRANTES NA ILHA DE SANTA CATARINA

Ao abordar a imigração contemporânea em Florianópolis, é necessário frisar que o processo analisado corresponde à imigração não apenas no sentido definido pelo Bureau Internacional do Trabalho, o qual estabelece que todo deslocamento internacional, de certa duração, deveria ser considerado migração (MAX, 1984). A imigração contemporânea abordada deve ser diferenciada dos deslocamentos populacionais de outrora, pois atualmente se caracteriza por fatores outros, ligados direta ou indiretamente à globalização, associados à violência, desemprego, insegurança e criminalização da migração.

Os novos imigrantes que vivem em Florianópolis são em sua maioria latino-americanos, muitos vieram de países vizinhos em busca de melhores condições de vida. Procuram se integrar à nova sociedade e utilizam o "*portunhol*" como sua língua oficial, pois normalmente são entendidos assim. Não se afirmam como imigrantes e tampouco são vistos como tal. Apenas escolheram viver nesta cidade, misturados com toda gente que normalmente os vê como turistas. Entristecem-se quando são chamados de *gringos* e vivenciam um cotidiano de luta por novas oportunidades, por menos preconceito e mais respeito à diversidade étnica e cultural.

Figura 4 – Foto de imigrante uruguaia no sul da Ilha	Figura 5 – Foto dos Agentes da Pastoral na Missa dos Migrantes
Fonte: Foto tirada por N.C.Ihá.	Fonte: Foto tirada por Agente da Pastoral.

4.1 A BUSCA PELA CIDADANIA E A VULNERABILIDADE SOCIAL DO IMIGRANTE

A cidadania almejada pelo imigrante contemporâneo ao chegar a seu destino se traduz na reconstrução de sua identidade em um novo espaço. Esse processo aparentemente natural nem sempre acontece naturalmente, entretanto, é nesse contexto que acontecem os conflitos e estes acabam levando países a discussões intermináveis no âmbito das relações internacionais que, em geral, não terminam em consenso. Compreendendo a cidadania como nos aponta Lafer, a "cidadania entendida como o direito a ter direitos e que sem ela não se constrói a igualdade que requer o espaço público" (LAFER, 1988: 31), há que se deter nos direitos concedidos ou não aos imigrantes contemporâneos. Ainda recorrendo a Lafer, é necessário frisar que "o ser humano quando privado dos seus direitos políticos perde suas qualidades substanciais, o que significa que perde a possibilidade de ser tratado pelos *outros* como um semelhante, num mundo compartilhado" (LAFER, 1988: 22).

Nesse contexto, os imigrantes surgem na prática como seres humanos socialmente e politicamente desconsiderados, já que juridicamente ensejados pela privação da cidadania, a não terem lugar no mundo.

A privação dos seus direitos muitas vezes foi abordada nas entrevistas, seja numa compra que não pôde ser efetuada no comércio, numa casa que não pôde ser alugada ou em um medicamento negado para o seu filho doente no posto de saúde. Os direitos concedidos a um cidadão brasileiro lhes foram negados em várias instâncias.

Partindo desta abordagem, o que se perceber é um alto grau de vulnerabilidade social junto aos novos imigrantes em Florianópolis.

Para se compreender a vulnerabilidade em questão, é preciso se fazer entender a vulnerabilidade social em questão.

Conforme ressalta Hogan & Marandola (2006),

> (...) a segmentação sócio-econômica implica algo mais que meras distinções culturais ou distribuições funcionais, já que importa hierarquias e relações assimétricas. Isto significa que certos segmentos da população - especificamente situados nos níveis superiores da hierarquia sócio-econômica - têm vantagens sociais (contam com ativos) e outros - os situados nos níveis inferiores dessa hierarquia - enfrentam desvantagens sociais (carecem de ativos). (RODRIGUEZ[61] apud HOGAN & MARANDOLA 2006).

[61] Ver as desvantagens sociais da vulnerabilidade demográfica com Rodriguez, 2000.

Os autores afirmam ainda que as desvantagens são entendidas como condições sociais que afetam negativamente pessoas, comunidades ou lugares, utilizando Rodriguez, o qual destaca tais desvantagens como correspondentes "a menos acesso - seja por conhecimento ou disponibilidade - e menor capacidade de gestão dos recursos de oportunidades, dos quais a sociedade dispõe para o desenvolvimento de seus membros" (RODRIGUEZ apud HOGAN & MARANDOLA, 2006).

Diante desta exposição, infere-se que há uma relação direta entre estas desvantagens (originadas de estruturas sociais maiores) com a pobreza e a vulnerabilidade.

Em suma, a vulnerabilidade é entendida pelos autores que se baseatam nos pensamentos de Kaztman[62]:

> (...) o desajuste entre ativos e a estrutura de oportunidades, proveniente da capacidade dos atores sociais de aproveitar oportunidades em outros âmbitos socioeconômicos e melhorar sua situação, impedindo a deterioração entre os principais campos: os recursos pessoais, os recursos de direitos e os recursos de relações sociais (KAZTMAN apud HOGAN & MARANDOLA 2006).

Por outro lado, os autores também ressaltam que a discussão da cidadania evolui conjuntamente com a vulnerabilidade (embora em várias vertentes). A perspectiva da cidadania proferida pelos autores é aquela que a vincula ao acesso a direitos, o que significa dizer que "A cidadania fica vulnerabilizada nas suas pulsões emancipatórias, fruto da situação de vulnerabilidade econômica, política e cultural vivida pelos países periféricos como os da América latina" (HOPENHAYN apud HOGAN & MARANDOLA 2006).

Hopenhayn trabalha a idéia da 'cidadania vulnerabilizada' na América latina, a partir de uma leitura mais ampla, tanto da vulnerabilidade quanto da cidadania. Hogan & Marandola destacam que para o autor as "relações entre cidadania e Estado estão estremecidas", e este fato "promove a retirada da cidadania do espaço público para o âmbito privado". Isso se deve principalmente "à dificuldade do cidadão comum em conciliar sua vontade individual como um projeto coletivo".

---

[62] Ver vulnerabilidade social no Uruguai com Katzman, 1999.

Diante de tal panorama, Hopenhayn (2006) aponta um dos grandes eixos da vulnerabilidade da cidadania: “a ausência do sentido de ter crescimento, que se pulveriza e se fragmenta, através da desvinculação (des)estabelecida entre Estado-cidadania-identidade”.

Assim sendo, a vulnerabilidade aqui entendida se expressa no cerceamento dos direitos, sejam eles econômicos, políticos ou culturais. Nesse caso, são condensadas as discussões de pobreza e exclusão. Os autores destacam que tal vulnerabilidade significa “o cerceamento do direito de ter dignidade, de ter saúde, ter habitação digna, de ser respeitado, de ter participação política, que ser representado, de ser ouvido e de poder falar”. Assim, os autores colocam em questão mais um problema crucial na América latina: o da discriminação étnico- racial (HOGAN & MARANDOLA, 2006).

Kowarick, outro autor destacado por Hogan & Marandola, com o propósito de justificar o pensamento de Hopenayn, enfatiza que “a situação de vulnerabilidade é decorrente do desenraizamento social e econômico, associada principalmente a formas de emprego irregular, informal, intermitente ou ocasional”. Nesse caso, a associação desses fatores “enfraquecem os laços de sociabilidade primária (família, parentela, bairro, vida associativa e o próprio mundo do trabalho), trazendo evidentemente, conseqüências diretas para a cidadania, o acesso aos direitos e a exposição a riscos de toda sorte” (KOWARICK apud HOGAN & MARANDOLA 2006).

Para entender a vulnerabilidade à qual estão submetido os imigrantes em Florianópolis é preciso compreender que quando pessoas partem para buscar a vida em outro lugar, ao chegarem lá estes não nacionais passam a ser vistos como estrangeiros. Estes, muitas vezes em situação irregular, vivem seu dia-a-dia com muito medo de serem extraditados, por esse motivo estão constantemente vulneráveis e sujeitos a todo tipo de exploração. Este estado de vulnerabilidade, causado pela falta de documentos, muitas vezes é intensificado pela ausência de direitos fundamentais como acesso à educação e saúde, além do preconceito e discriminação social que envolve o recém-chegado. A problemática do processo está intrinsecamente ligada ao preconceito e invisibilidade do fluxo, o qual dificulta e inviabiliza a cidadania do imigrante.

De acordo com a proposta deste trabalho, os relatos orais foram utilizados como fonte para um maior entendimento acerca da realidade cotidiana dos imigrantes no século XXI em Florianópolis. Para que a análise fosse apresentada de forma mais objetiva para o leitor.

Inicialmente se tentou compreender porque esses imigrantes vieram para Florianópolis e os dados abaixo remetem a esse tema.

> *(...) me Retiré, como se diz, me aposentei y vine invertir todo aquí, todas mis economías.e vim investir tudo aqui, todas as minhas economias. Mi anterior-mujer y niños Vivian ya aquí. Decidí abrir el negocio de ropas cercanas femeninas, pozo en el centro, pero no dio cierto. Tenía hasta que diz, devendo R$30.000 para o banco, e ahora com los juros que estão cobrando yo estoy quebrado.*
>
> *Ernest,67 anos. Uruguaio.*

> *(...)Vinimos en búsqueda del trabajo. Allí tava muy difícil, no dava más, Alli era administrador, pero no obtuve el trabajo en mi área aqui. Ahora faço trabalho de pedrero. Conseguimos cambiar el alquiler de esta casa para los servicios de mi esposa.*
>
> *Fernão, 36 anos, uruguaio, 2 filhos.*

> *(...)Vim al Brasil adolescente, junto con mi madre. Decidímos a invertir aquí, vino en busca de oportunidades y en aquel momento era muy Bueno. Sou artesã, pero mi trabajo no se valora aquí y creo que me voy sin embargo para Río de Janeiro. Mi hermano. está viviendo allí, y es músico. Aquí no tiene solidaridad, ninguém ayuda ninguém, pero no Rio la gente es más amiga.*
>
> *Nair, 33 anos, uruguaia, três filhos.*

> *(...) eu vim para o Brasil com 17 anos, fui primeiro para Foz do Iguaçu. O meu marido é argentino e viemos tentar a vida aqui no Brasil. Ouvíamos falar muito de Camboriú, era uma praia muito famosa na Argentina e lá é muito bom mesmo, mais animado que Floripa, mas acabamos morando por aqui".*
>
> *Lucia, 43 anos, uruguaia e três filhas.*

> *(...)Ahora estamos bien. llegamos aquí tem um año y médio. Vinimos con las ropas del cuerpo, eu, mi marido y tres niños. Fomos ajudados por pescadores, mi marido ayudado a tirar la red y en troca ganamos pescados, y ellos habían ayudado. Ahora ele arrumou trabajode pedrero y yo hace algunos detalles de trabajo, trabajo domestico. Ahora estamos bien.*
>
> *Sonia, uruguaia, trinta anos. Três filhos.*

> *Fui primer para el Espirito Santo, Victoria. Pero no tuve gusto allí, él era muy violento, él no ddava pra salir a la noche, muy peligroso. Mi madre es antropóloga y trabaja con indígenas, yo decidía venir estudiar en el Brasil, conecer … Allí decidí dejar la Victoria y me vim desciendo, acabé aquí y tuve gusto. Obtuve vacante en la universidad del estado, UDESC y tenía gusto de aqui.*
>
> *Camila, 22 anos, solteira. Equatoriana.*

Muitos outros relatos apontam para o mesmo sentido, nos quais os imigrantes escolheram o Brasil e mais precisamente Florianópolis porque ouviram falar que era um bom lugar para se viver, além da motivação em busca de oportunidades que julgam não existir mais em sua terra natal. Neste caso, a capital atrai tanto por sua beleza natural quanto por sua tranqüilidade aparente, no entanto, a maioria dos imigrantes relatou muitas dificuldades para encontrarem as oportunidades que esperavam, restando para a maioria dos entrevistados a entrada no trabalho informal.

Outro fator muito destacado e importante em todas as falas está relacionado com as dificuldades enfrentadas pela falta de documentos ou, mesmo com a posse dos mesmos, a impossibilidade de se resolver problemas burocráticos do dia-a-dia.

> *(...) vivo há mais de dez anos aqui, acabei sendo roubada e tive que fazer novos documentos, fiz o B.O. e tudo, sempre levo ele comigo porque acabo precisando. Esses dias fui comprar no comércio e meu nome apareceu que estava sujo. Mesmo conseguindo provar que não era eu e que os documentos tinham sido roubados, fui apelar onde a gente tenta consertar isso, disseram para mim que na carteira de identidade de estrangeiro não tem a data de emissão e então não dá para entrar no sistema para alterar minha situação, daí me deram um papelzinho, mas é ruim pra gente ficar guardando tanto papel e passar vergonha. Acabo sempre enfrentando constrangimentos por conta deste inconveniente.*
>
> *Magali, chilena, 40 anos.*

> *(...) Quando cheguei aqui passei um período com depressão e engordei muito, fiquei com quase 120 kg. Por isso eu não queria mais viajar com meu marido, nada me servia, eu tinha vergonha de ir ver os parentes. Eu ficava em casa no Brasil e ele ia sempre viajar nas férias, ia e vinha, pra lá e pra cá, por isso ele estava sempre legal. Eu e minhas filhas não. Numa dessas viagens, quando ele estava fora, o Brasil decretou anistia aos imigrantes e daí nós que estávamos aqui ilegais ficamos regularizadas e ele que estava em trânsito e legal, não conseguiu se regularizar porque estava fora do Brasil. Tudo isso é muito complicado.*
>
> *Sueli, há mais de 20 anos vive no Brasil. Uruguaia.*

> *Sou italiano e naturalizado no Brasil há 40 anos. Quando cheguei aqui eu ainda não tinha os meus documentos e tentei fazer um concurso público, mas eu não podia porque não estava regularizado. Agora, há pouco tempo atrás, eu quis fazer de novo o concurso já que estava naturalizado, mas mesmo assim eu tive problemas. O encarregado disse que a minha carteira de identidade era dúbia, porque minha nacionalidade era brasileira, mas eu tinha nascido na Itália, então o sistema não aceitava esses dados e novamente não pude fazer o concurso.*
>
> *Giórgio, 53 anos, italiano e brasileiro.*

> *Soy profesor y mi esposa también, especializado en la educación infantil. Éramos bien y estávamos a leccionar el español en una escuela publica, pero no habían podido contraerlas porque éramos extranjeros. Ahora no sé, estoy intentando en otras escuelas, pero és difícil y la mi esposa está pensando estudar para el curso del peluquero para poder trabajar.*
>
> *Guido, 40 anos. Paraguaio. Recém chegado em Florianópolis.*

> *Apesar das dificuldades aqui é muito bom, meus filhos já estão na escola e aprendem português de manhã. Só tive problemas quando um deles ficou doente, fui atendida no posto de saúde, mas não consigo pegar medicamento na farmácia do posto porque não tenho documentos".*
>
> *Kamila, 33. Uruguaia.*

A questão da falta de documentos leva o imigrante ao estado de vulnerabilidade social, ficando este sujeito às contingências do mercado informal de trabalho e, muitas vezes, à mercê de injustiças e discriminação. Entretanto, de acordo com as entrevistas e o cotidiano dos imigrantes atuais, nem sempre os documentos e o visto são suficientes para garantir sua inserção social, já que a política migratória adotada no Brasil é falha, principalmente nos próprios órgãos públicos que não sabem como lidar com a burocracia que eles mesmos criaram e como adequar o sistema aos contingentes cotidianos. Nesse caso, essa população excluída sente-se cada vez mais à margem, destituída dos seus direitos e, por conseguinte, de sua cidadania. Já que não são considerados, não podem ser contemplados em políticas e passam a sentir na pele a invisibilidade e a condição do "presente ausente". Se não aparecem ou não são percebidos não podem ser considerados como um problema e assim segue a política migratória nacional, ignorando a própria Constituição Brasileira de 1988 que *garante* os direitos humanos de todo aquele que estiver em território nacional, independente de sua nacionalidade.

Entretanto, mesmo diante de tais dificuldades, estes imigrantes contemplados na pesquisa não demonstraram interesse em retornar ao seu país de origem, ao contrário dos brasileiros que buscam oportunidades no exterior acalentando o sonho de se estabelecer e um dia retornarem ao Brasil. Alguns entrevistados chegaram a declarar o seu descontentamento devido à falta de trabalho quando o verão acaba e outros que pensam em buscar trabalho numa cidade maior como o Rio de Janeiro ou São Paulo, mas grande parte deste contingente prefere viver aqui, com mais tranqüilidade e segurança, mesmo que para isso tenha que viver de bico, vendendo lanche e artesanato nas praias, fazendo pequenos serviços domésticos ou trabalhando na construção civil. Nas palavras deles, muitos afirmam que "aqui não passam

necessidades como lá, a vida é muito melhor. Lá de onde vieram sim, era muito triste e pobre e aqui a gente é mais feliz".

]

4.2 TURISTAS OU IMIGRANTES: A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA IDENTIDADE.

Como já foi dito, grande parte dos imigrantes acaba optando pelo artesanato, como alternativa de renda para sobreviver[63]. Assim como muitos artistas plásticos brasileiros, ceramicistas e músicos também têm optado pela Ilha por causa da liberdade de expressão e pela riqueza de culturas que aqui se misturam e convivem nas ruas da cidade**.**

Se de um lado Florianópolis se destaca pela tradição das rendeiras, com grande riqueza de músicos e artistas, em bares, nas ruas, mas também nas sinaleiras, por outro apresenta comunidades alternativas e esotéricas convivendo com ambientalistas e acadêmicos, tudo ao mesmo tempo com estudantes que optam em fazer a universidade na Ilha e se misturam com esportistas do mundo todo que procuram Floripa por suas belezas e atrativos específicos para a prática de esportes radicais e ao ar livre. E esse caldeirão de culturas também é formado por turistas nacionais e estrangeiros que passam suas férias curtindo a natureza local juntamente com os moradores e trabalhadores ilhéus (grande maioria) que precisam trabalhar todos os dias, que andam de ônibus, que têm que levar seus filhos para a creche ou para a escola, que trabalham no comércio, que vão ao supermercado ou para a fila do banco ou tentar ser atendido nos postos de saúde.

Essa gente nativa ou assumida como novo ilhéu ou novos catarinenses divide suas angústias e alegrias cotidianas entre si, somando encontros e desencantos. Desencantos, porque mesmo somando experiências e culturas, mesmo dividindo a liberdade de espaços públicos como praias, trilhas e parques, o embate entre nativos e estrangeiros ainda existe e é muito forte. Como destaca Fantin[64](2000) , muitos moradores que se auto-definem como preservacionistas da cultura açoriana enfatizam que o problema da violência de hoje na capital veio junto com "os de fora".

---

[63] Ver trabalho de historiador Almir Antonio de Souza sobre os artesãos da Praça XV, em Florianópolis: Mãos de Magia nas Malhas do Poder.

[64] Ver Márcia Fantin, 2000.

A propalada vocação turística da Ilha exerce forças contraditórias não apenas para o nativo ou para os novos moradores paulistas ou gaúchos, mas principalmente para o imigrante estrangeiro, pois se por um lado a Ilha oferece uma vida tranqüila e com mais ofertas de emprego no verão, por outro trata o imigrante sempre como turista, desejável até certo ponto.

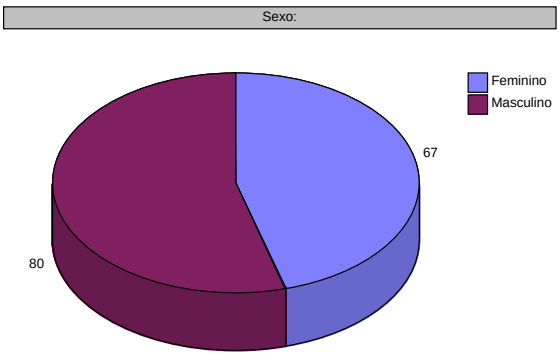
Nesse caso, o imigrante confundido com o turista, passa geralmente despercebido aos olhos da população em geral e, sua invisibilidade, causada inclusive pela desarticulação do grupo, que desorganizado como tal, mantém sua invisibilidade prolongada. Por esse motivo, este estudo procurou analisar por meio de visitas, convivências e aplicação de questionários, como essa população atua no cotidiano da cidade.

4.3. PERFIL DOS NOVOS IMIGRANTES EM FLORIANÓPOLIS.

De acordo com os 148 questionários aplicados em conjunto com a SPM, alguns dados foram visualizados e contribuíram para traçar um perfil deste novo imigrante.

Com relação à questão de gênero, o grupo analisado se mostrou bem equilibrado. De acordo com o gráfico[65] abaixo percebe-se pouca amplitude entre os dois universos pesquisados.

Figura 6 – Distribuição dos imigrantes conforme o Sexo



Fonte : Dados obtidos por enquetes aplicadas por IHÁ, N.C. e SPM-SC. 2007/2008.

[65] A soma dos percentuais é inferior a 100% devido às deleções.

Por outro lado, o grupo analisado apresentou-se como um grupo inserido e bem distribuído na faixa etária de população economicamente ativa (14-60 anos), com predominância do grupo mais maduro entre 40 e 60 anos.

De acordo com a tabela 1[66] pode-se analisar a distribuição etária do grupo em questão.

Tabela 3 - Faixa etária dos imigrantes entrevistados

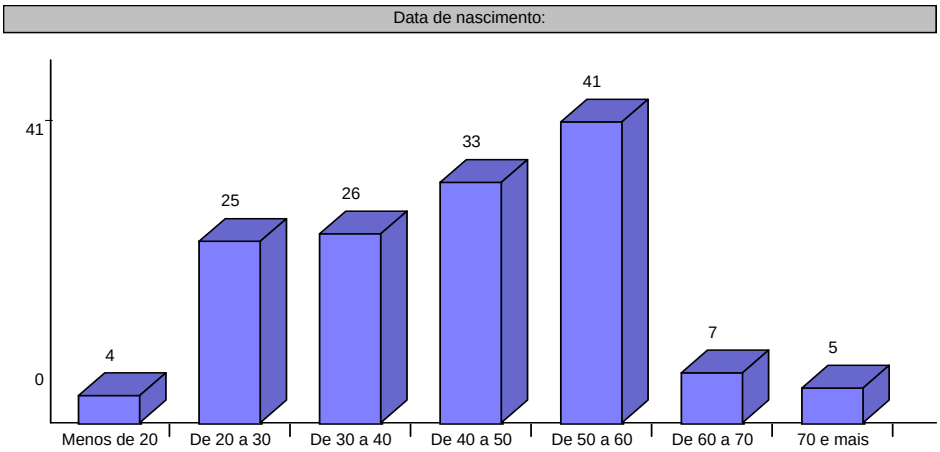
IDADE	Freq.	%
Menos de 20	4	2,7%
De 20 a 30	25	16,9%
De 30 a 40	26	17,6%
De 40 a 50	33	22,3%
De 50 a 60	41	27,7%
De 60 a 70	7	4,7%
70 e mais	5	3,4%
TOTAL OBS.	148	

Fonte : Dados obtidos por enquetes aplicadas por IHÁ, N.C. e SPM-SC. 2007/2008

Com um Mínimo de 14anos e um Máximo 87anos, tem-se uma Média = 43,52 anos. Com a apresentação do gráfico abaixo fica mais claro o perfil destes imigrantes entrevistados como pessoas em idade adulta avançada e mais saliente na faixa de 50 a 60 anos. O que não significa dizer que tal migração acontece num período mais tardio na vida dessas pessoas, pois para isso deve-se levar em conta quando essas pessoas imigraram.

[66] A questão é de resposta aberta numérica. As observações são reagrupadas em sete categorias de igual amplitude. A média e o desvio-padrão são calculados sem considerar as não-respostas. A soma dos percentuais é inferior a 100% devido às deleções.

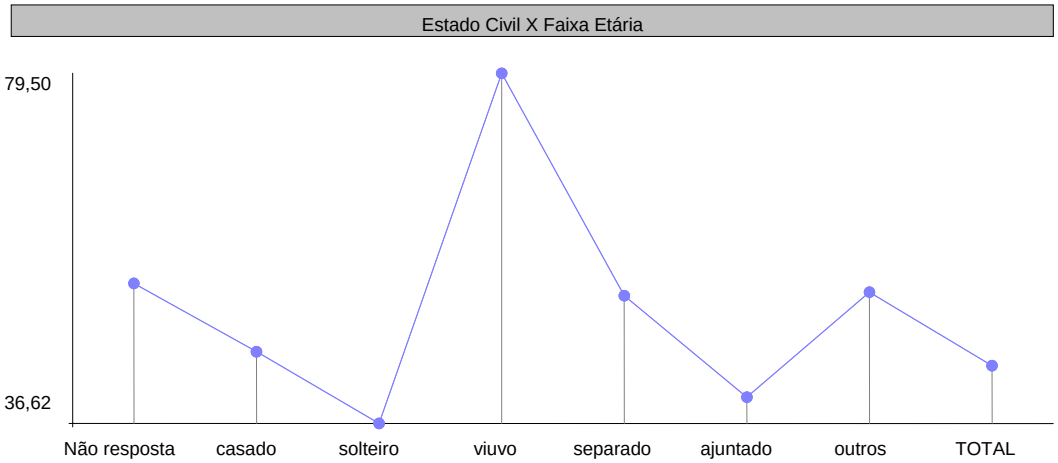
Figura 7- Faixa etária dos imigrantes entrevistados



Fonte : Dados obtidos por enquetes aplicadas por IHÁ, N.C. e SPM-SC. 2007/2008.

Conforme a figura 4[67] apresenta, o percentual de solteiros (27.7%) se concentra numa faixa etária mais jovem, enquanto os declarados casados (37,2%) e os ajuntados (29%) se encontram na média de 30 a 40 anos. Entretanto, muitos daqueles que se declararam separados destacaram que vivem com nova companheira.

Figura 8 - Estado civil dos imigrantes de acordo com a faixa etária.



Fonte : Dados obtidos por enquetes aplicadas por Ihá, N.C. e Pastoral do Migrante. 2007/2008

[67] Os valores etários no gráfico são as médias calculadas sem considerar as não-respostas

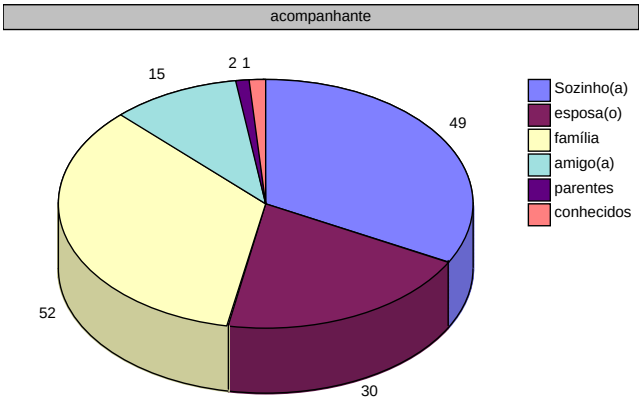
Assim como observado nos estudos sobre imigrantes a migração ocorre a partir de projetos familiares. Quando inquiridos sobre quem os acompanhou[68] durante a travessia, a grande maioria (55,4%) afirmou ter migrado em companhia da esposa ou com familiares. Apesar do considerável percentual que afirmou ter migrado sozinho, qual seja 33,1%, muitos destes afirmaram em depoimentos posteriores que buscaram a família pouco tempo depois ou reeestruturaram novas famílias no Brasil (fig.6).

Tabela 4 – Acompanhante na trajetória migratória

Acompanhante	Freq.	%
Sozinho (a)	49	33,1%
Esposa (o)	30	20,3%
Família	52	35,1%
Amigo (a)	15	10,1%
Parentes	2	1,4%
Conhecidos	1	0,7%
TOTAL OBS.	148	

Fonte : Dados obtidos por enquetes aplicadas por IHÁ, N.C. e SPM-SC. 2007/2008

Figura 9 - Acompanhante na trajetória migratória



Fonte : Dados obtidos por enquetes aplicadas por IHÁ, N.C. e SPM-SC. 2007/2008

[68] A quantidade de citações é superior à quantidade de observações devido às respostas múltiplas (3 no máximo).

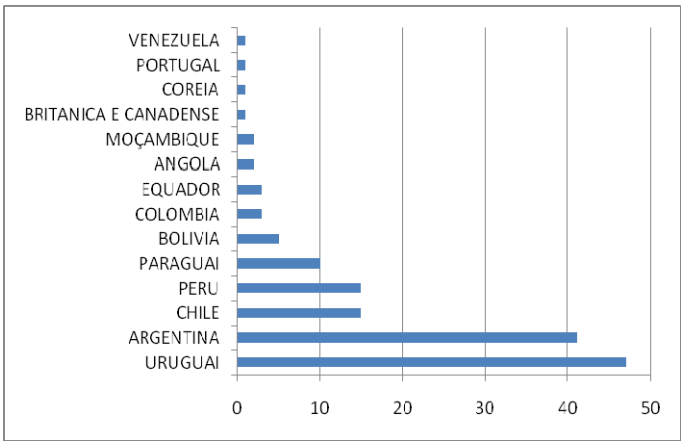
Em relação a origem do grupo analisado, de acordo com a entrevistas, a maior parte dos imigrantes veio do Uruguai (32%), seguido de perto pela Argentina (27,9%) com Chile e Peru cotados em 10,2%, seguidos do Paraguai, Bolívia, Colombia, Equador, configurando um grupo predominante de nacionalidade sulamericana. Em seguida aparecem em menor número alguns imigrantes africanos de lingua portuguesa e depois um número incipiente de europeus e coreanos (tabela 5)[69].

Tabela 5 – Nacionalidade do grupo analisado.

URUGUAI	47	32,0%
ARGENTINA	41	27,9%
CHILE	15	10,2%
PERU	15	10,2%
PARAGUAI	10	6,8%
BOLIVIA	5	3,4%
COLOMBIA	3	2,0%
EQUADOR	3	2,0%
ANGOLA	2	1,4%
MOÇAMBIQUE	2	1,4%
BRITANICA E CANADENSE	1	0,7%
COREIA	1	0,7%
PORTUGAL	1	0,7%
VENEZUELA	1	0,7%

Fonte : Dados obtidos por enquetes aplicadas por IHÁ, N.C. e SPM-SC. 2007/200.

Figura 10 - Nacionalidade do grupo analisado.



Fonte : Dados obtidos por enquetes aplicadas por IHÁ, N.C. e SPM-SC. 2007/2008

[69] A quantidade de valores diferentes apurados foi de 14 nacionalidades, sendo que o Uruguai foi o mais citado, com 47 observações. Há 1 não-resposta.

Do contingente analisado, a figura 6 destaca que 50% dos imigrantes afirmaram possuir visto permanente, enquanto 10,2% declararam estar em dia com seus documentos, o que significa que estão dentro do prazo de permanência instituído pela lei, se categorizando como turistas ou ainda com vistos de trabalho e/ou temporário regularizados.

Observando a tabela[70] abaixo, a situação dos imigrantes entrevistados poderia ser considerada como satisfatória, no entanto, muitos dos que declararam possuir visto permanente reclamaram de problemas com relação aos documentos. Esses problemas podem ser destacados como, por exemplo, não existir data de emissão na carteira de estrangeiro e esse fato acarretar diversos problemas, principalmente em sistemas informatizados que solicitem este dado. Outra questão é a validação de diplomas ou certidão de casamento, fazendo com que a cada vez que o/a imigrante volte ao seu país, a passeio ou a negócios, com ou sem a família, tenha de levar consigo muitos papéis para comprovar quem realmente é, o estado civil e por que está viajando. Houve inclusive a declaração de uma imigrante que afirmou ter se casado quatro vezes por questões de documentos em seu país de origem e no Brasil. Outras questões ligadas à locação de casas, matrícula em colégios públicos, atendimento em postos de saúde e outras atividades básicas e simples para um brasileiro tornam-se complicadas para um imigrante, mesmo que este esteja legalizado, pois seus documentos não lhe garantem os mesmos direitos do brasileiro. Fato esse confirmado pelo depoimento anteriormente citado do italiano Giorgio.

Outra coisa que deve ficar clara é que a condição de indocumentado, vista pela lei como ilegal, figura para o imigrante como uma situação transitória, a qual dificulta, mas não o impede de trabalhar e iniciar uma nova vida no Brasil. Assim, muitos imigrantes não se consideram ilegais, mesmo que assim sejam considerados pelo governo brasileiro.

---

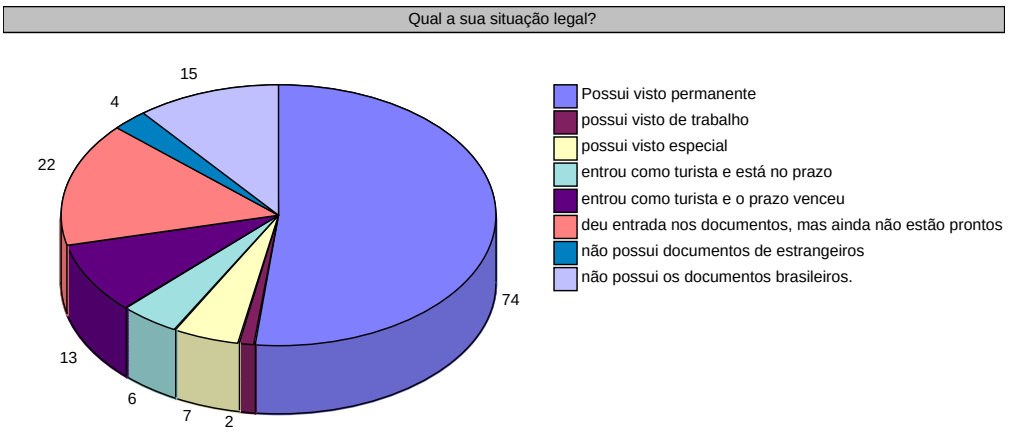
[70] A soma dos percentuais é inferior a 100% devido às deleções.

Tabela 6 – Status Migratório

Qual a sua situação legal?	Freq.	%
Possui visto permanente	74	50,0%
Possui visto de trabalho	2	1,4%
Possui visto especial	7	4,7%
Entrou como turista e está no prazo	6	4,1%
Entrou como turista e o prazo venceu	13	8,8%
Deu entrada nos documentos, mas ainda não estão prontos	22	14,9%
Não possui documentos de estrangeiros	4	2,7%
Não possui os documentos brasileiros.	15	10,1%
TOTAL OBS.	148	

Fonte : Dados obtidos por enquetes aplicadas por IHÁ, N.C. e SPM-SC. 2007/2008

Figura 11 - Status Migratório



Fonte : Dados obtidos por enquetes aplicadas por IHÁ, N.C. e SPM-SC. 2007/2008

Ao serem perguntados sobre qual o motivo os trouxe para Florianópolis em pergunta aberta, seis opções centralizaram as respostas. Independente do status legal do imigrante, a maior parte deles declarou ter vindo em busca de novas oportunidades. Na categoria definida como "*outros motivos para migrarem*", os entrevistados destacaram que vieram em procura de paz e tranqüilidade, ressaltando sempre que a Ilha é um refúgio natural, com belas paisagens e esse conjunto de fatores ajudou a optar pela capital catarinense, além de ser uma "*terra de sol, mar e mulheres bonitas*" [71].

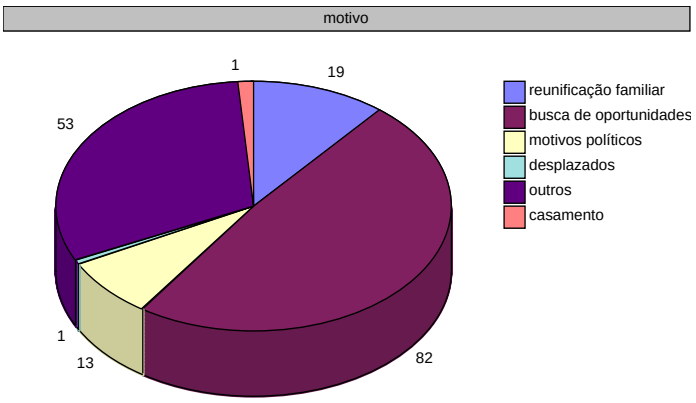
Na tabela[72] 7 logo abaixo, as categorias apresentadas foram: reunificação familiar, busca de oportunidades, motivos políticos, *desplazados*, casamento e outros motivos.

Tabela 7 - Motivos da Migração

Motivo	Freq.	%
Reunificação familiar	19	12,8%
Busca de oportunidades	82	55,4%
Motivos políticos	13	8,8%
Desplazados	1	0,7%
Outros	53	35,8%
Casamento	1	0,7%
TOTAL OBS.	148	

Fonte : Dados obtidos por enquetes aplicadas por IHÁ, N.C. e SPM-SC. 2007/2008

Figura 12 - Motivos da Migração



Fonte : Dados obtidos por enquetes aplicadas por IHÁ, N.C. e SPM-SC. 2007/2008

[71] Declaração comum de vários entrevistados.

[72] A quantidade de citações é superior à quantidade de observações devido às respostas múltiplas (5 no máximo).

De acordo com os dados sobre a escolaridade dos imigrantes entrevistados, pôde-se perceber que este grupo possui um bom nível educacional, onde as mulheres se destacam um pouco à frente no ensino superior e sem representações nos níveis inferiores, mas de modo geral, a maior parte dos imigrantes - 52,7% - declarou possuir o ensino médio (completo+incompleto). Assim, os dados demonstram um grupo munido de capital social e a procura de inserção em uma nova sociedade. Entretanto, confrontando esses dados com a ocupação por eles percebida na capital, empreende-se que estes não conseguem exercer a mesma profissão ou algo nivelado com sua ocupação no seu país de origem.

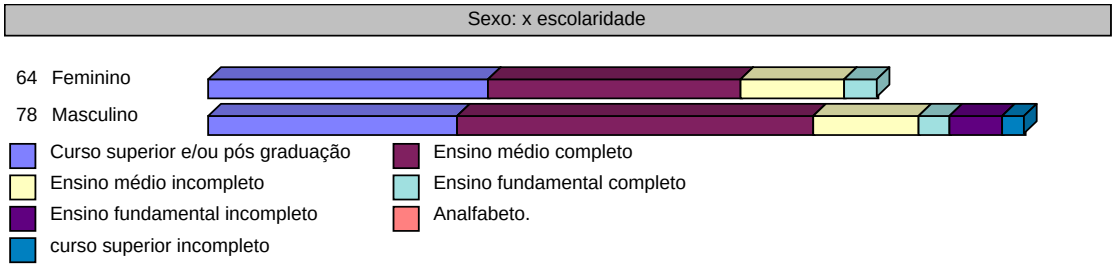
Tabela 8 – Sexo X Escolaridade

Sexo X Escolaridade	Curso superior e/ou pós-graduação	Ensino médio completo	Ensino médio incompleto	Ensino fundamental completo	Ensino fundamental incompleto	Analfabeto.	Curso superior incompleto	Total
Feminino	18,2%	16,2%	6,8%	2,0%	0,0%	0,0%	0,0%	43,2%
Masculino	16,2%	23,0%	6,8%	2,0%	3,4%	0,0%	1,4%	52,7%
TOTAL	34,5%	39,2%	13,5%	4,1%	3,4%	0,0%	1,4%	

A soma dos percentuais é inferior a 100% devido às deleções.

Fonte : Dados obtidos por enquetes aplicadas por IHÁ, N.C. e SPM-SC. 2007/2008.

Figura 13 – Sexo X Escolaridade



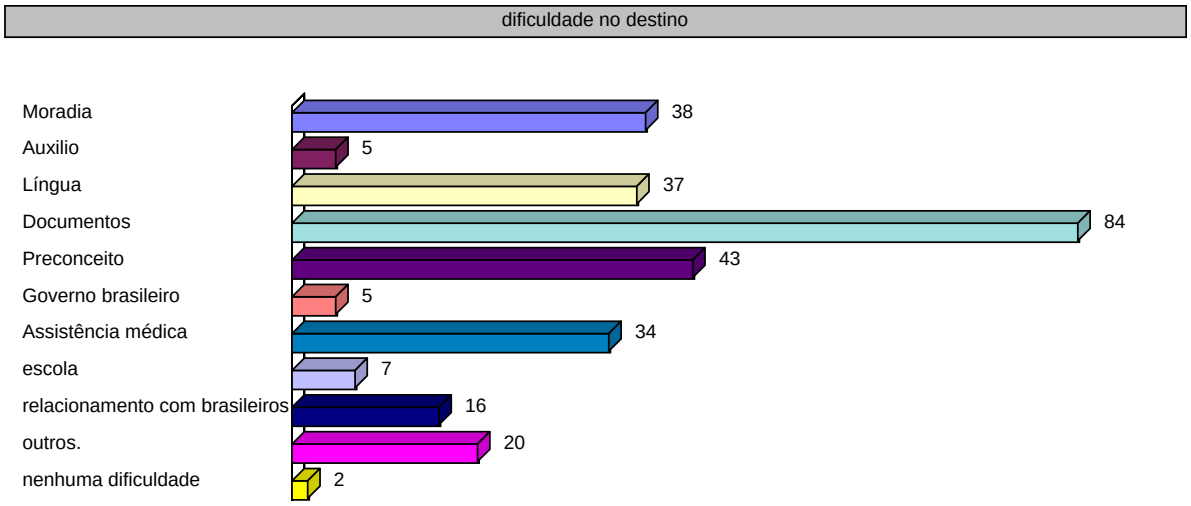
Fonte : Dados obtidos por enquetes aplicadas por IHÁ, N.C. e SPM-SC. 2007/2008.

Assim sendo, além da problemática do descompasso entre a ocupação e o nível educacional, outras dificuldades[73] foram detalhadas pelos imigrantes, sendo a mais citada delas àquelas relacionadas com documentos, o que aponta outro desalinho, já que um alto percentual de imigrantes declarou estarem regularizados.

Um dos problemas ressaltado insistentemente pelos imigrantes, e que entrou no campo *outros*, foi a falta de emprego, principalmente quando acaba a temporada. O que se justifica, pois estes imigrantes se encaixam em um mercado informal, principalmente no verão, aproveitando a temporada e a maior oferta de trabalhos temporários, os quais não exigem tantos documentos ou explicações para o empregador.

No entanto, esse problema não se restringe apenas aos imigrantes, mas à população subempregada de Florianópolis que se mantém o ano todo às voltas com o trabalho informal, à espera do verão e das novas vagas que podem surgir nos hotéis ou oportunidades de trabalharem como ambulantes licenciados nas praias.

Figura 14 - Dificuldades encontradas pelos imigrantes em Florianópolis



Fonte : Dados obtidos por enquetes aplicadas por IHÁ, N.C. e SPM-SC. 2007/2008.

[73] A quantidade de citações é superior à quantidade de observações devido às respostas múltiplas (4 no máximo).

Nota-se que a maior dificuldade apresentada foi com relação aos documentos, não apenas da aquisição e/ou posse dos mesmos, mas da desinformação de órgãos governamentais (outros além da Polícia Federal, capacitada a informar e tratar dos problemas e soluções reais para o imigrante no Brasil) que deveriam auxiliar o imigrante nos problemas do seu cotidiano. Entretanto, o imigrante que não está em dia com seus documentos ou dentro do prazo de regularização fica com medo de represálias e por esse motivo procura evitar o contato direto com a Polícia, buscando outros caminhos para sanar suas dúvidas e indicar a direção por onde seguir.

Tabela 9 – Dificuldades encontradas pelos imigrantes em Florianópolis

Dificuldade no destino	Freq.	%
Moradia	38	25,7%
Auxilio	05	3,4%
Língua	37	25,0%
Documentos	84	56,8%
Preconceito	43	29,1%
Governo brasileiro	05	3,4%
Assistência médica	34	23,0%
Escola	07	4,7%
Relacionamento com brasileiros	16	10,8%
Outros	20	13,5%
Nenhuma dificuldade	02	1,4%
TOTAL OBS.	148	

Fonte : Dados obtidos por enquetes aplicadas por IHÁ, N.C. e SPM-SC. 2007/2008

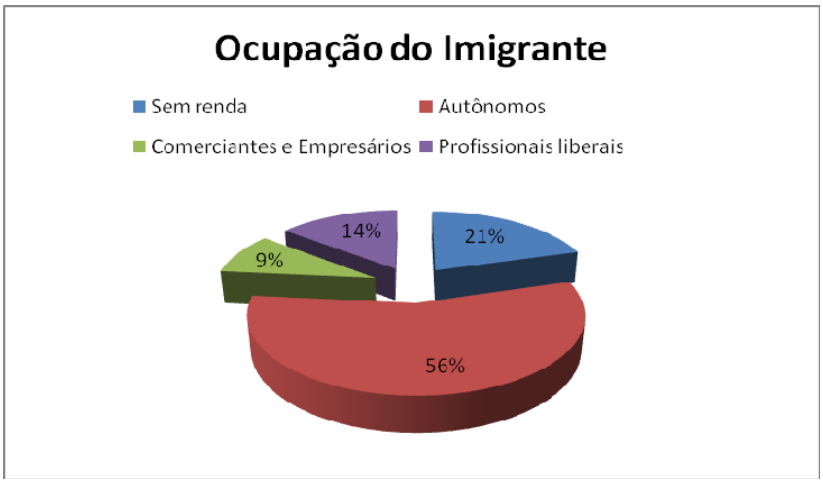
Geralmente os imigrantes procuram ajuda junto aos familiares ou em redes sociais constituídas no destino. No caso de Florianópolis em particular, a rede social estabelecida conta com a participação ativa da Pastoral do Migrante, que por meio de seus agentes e missionários procura auxiliar os novos moradores com informações, dicas de emprego,

intervenção junto a Policia Federal para solucionar os problemas com documentação, além de oferecer cestas básicas e conforto afetivo, com encontros mensais na Catedral Metropolitana onde se celebra a Missa dos Migrantes. É neste momento de comunhão que recém-chegados e imigrantes já estabelecidos se encontram, se conhecem e trocam experiências, ajudando uns aos outros. Assim sendo, a Igreja passa a ser também o espaço social de encontros e lembranças, o refúgio dos deslocados que ali se reencontram, podem falar sua língua, cantar e se expressar, revelar seus medos e encontrar abrigo com novos amigos e conterrâneos.

Mesmo que ainda em fase embrionária, a constituição da rede social em Florianópolis vem se fortalecendo diante da consolidação da capital como um dos principais destinos da imigração internacional do cone sul da América Latina.

De acordo com os entrevistados, a grande maioria (56%) se auto-definiu como autônomo, sendo que 1/3 deste grupo é de artesãos, a outra parte exerce serviços gerais como faxina, garçons, pintores (casa ou carro) ou vendedores, enquanto que a parte restante é aposentada. Conforme a Figura 7, mais da metade dos imigrantes é autônoma, enquanto 14% são profissionais liberais divididos entre engenheiros, administradores, médicos, professores e publicitários e 9% se dizem empresários ou comerciantes. De modo geral, dentre os que disseram não possuir renda, a maioria estava desempregada, mas nesse contexto também apareceram estudantes, missionários e a categoria “do lar”.

Figura 15 - Ocupação do Imigrante



Fonte : Dados obtidos por enquetes aplicadas por IHÁ, N.C. e SPM-SC. 2007/2008.

No entanto, conforme a tabela 5 demonstra, apesar de todas as dificuldades apontadas pelos imigrantes entrevistados, inclusive o desemprego e a falta de oportunidades que os motivaram a emigrar, a grande maioria afirmou que pretende continuar no Brasil e se possível morando em Florianópolis. Menos de 10% declarou que um dia pretende retornar para viver em seu país de origem, enquanto 22,3% não fazem planos para o futuro e afirmaram que no momento atual a escolha feita foi Florianópolis e não sabem se um dia vão voltar a migrar.

Tabela 10- Futuro destino[74]

Futuro	*Freq.*	*%*
Viver no Brasil	88	59,5%
Voltar a viver no seu país	14	9,5%
Viver em outros lugares	8	5,4%
Não sabe	33	22,3%
TOTAL OBS.	148	*

Fonte : Dados obtidos por enquetes aplicadas por IHÁ, N.C. e SPM-SC. 2007/2008

Ou seja, a partir dos dados apresentados pode-se inferir que os imigrantes entrevistados fazem parte de um contingente de migração recente para Florianópolis que se apresenta, sobretudo, com grande número de uruguaios e argentinos, além de outros sul-americanos, com predominância um pouco maior do sexo masculino sobre o feminino, configurando uma faixa etária concentrada na fase adulta superior. A maior parte deles acaba trabalhando no mercado informal e enfrenta muitas dificuldades de adaptação em sua nova morada. Mesmo assim a maioria se sente apaixonada pela Ilha, não mantém remessas ou faz qualquer investimento em sua terra natal, tampouco pretendem retornar ao seu país.

Os novos imigrantes quando vêm pela primeira vez à Florianópolis, normalmente chegam como turistas. Ficam maravilhados com seus encantos e com a receptividade do povo ilhéu, simples e acolhedor. Entretanto, ao escolherem a Ilha como seu novo lar descobrem que

[74] A soma dos percentuais é inferior a 100% devido às deleções.

não são mais tão bem-vindos quanto antes e a cidade passa então a ser percebida de outra maneira pelos imigrantes. Agora não mais com todo o encanto inicial, outrossim, com descaminhos comuns de uma capital brasileira em constante transformação, na qual o desemprego é exacerbado depois da temporada, quando a especulação imobiliária eleva o preço dos imóveis e conseqüentemente, os aluguéis ficam impraticáveis para novos moradores em busca de oportunidades. Se por um lado a concepção turística da Ilha oferece mil perspectivas de ocupação no verão e maior receptividade aos imigrantes internacionais (ao serem confundidos com turistas), por outro torna o preço dos aluguéis e o custo de vida altíssimo, o que faz com que não apenas imigrantes, mas também nativos abandonem a Ilha e passem a residir no seu entorno, adensando ainda mais a região metropolitana de Florianópolis. A contradição maior é que depois da temporada sobram casas na Ilha, principalmente nas praias do sul da Ilha para alugar por preços módicos, mas nesse caso, com o fim da temporada fica difícil para o imigrante se manter sem trabalho.

Restam a ele duas opções: conseguir uma casa para alugar na praia durante o inverno e que não precise sair na temporada, mas nesse caso provavelmente passará por dificuldades porque nessas regiões existem muitas casas de veraneio e, sendo assim, o comércio das praias, muitos bares e restaurante fecham restando poucas opções de trabalho. Normalmente o que faz essa opção acaba trabalhando em obras como ajudantes ou vivem de trabalhos esporádicos, fazendo serviços de jardinagem por exemplo.

De acordo com relato de um imigrante que optou em morar na praia do Matadeiro, ao sul da Ilha, percebe-se o quanto é difícil se manter nas praias durante o inverno. Em visita da Pastoral para ajudar essa família com cesta básica e auxílio missionário Ruan declarou:

> Trabajo em reparos de algunos azoteas y casas de la región, hago servicios generales, porque no tengo otra opción. Mi mujer no tiene con quién para dejar nuestra pequeña e estamos pasando mucha necesidad. En el verano hago sueños y artesanato al vender en la playa, de allí es bien mejor…, pero hasta verano hay que sobrevivir.
>
> Juan, imigrante uruguaio, mora com a esposa e uma filha ainda bebê, em um pequeno kitnet na Ilha do Matadeiro.

Por outro lado, quando um imigrante escolhe viver fora das praias, no centro ou no continente, é mais fácil para ele(a) conseguir uma casa melhor por um preço mais baixo, além

da maior perspectiva com relação à oferta de trabalho. Normalmente o imigrante acaba se encaixando na construção civil, trabalhando como pintor ou em oficinas mecânicas. A imigrante consegue trabalhar com faxinas ou em restaurantes como cozinheiras, e às vezes consegue conciliar essa ocupação com sua função de artesã, pois as feiras de artesanato na cidade ocorrem nos finais de semana.

A realidade de um imigrante é muito dura, pois quando chega a Florianópolis se sente como se estivesse realizando um sonho, uma aventura maravilhosa, mas com o passar do tempo percebe que a aventura tem altos e baixos, e que o sonho não é para sempre e quando acorda leva um choque:

> Quando cheguei aqui me vi apaixonada, tudo era muito belo, as pessoas eram lindas e as praias maravilhosas, mas com o tempo tudo muda, a paixão acaba... é como num relacionamento, os defeitos começam a aparecer... mas aí já era tarde, porque eu não era mais considerada chilena em minha terra, lá era chamada de brasileira e aqui sou '*una gringa'*... então já tinha filhos e família por aqui e acabei me acostumando, mas não com tudo..."
>
> Magali,chilena, mora há mais de 20 anos em Florianópolis.

4.4. MUDANÇAS E CONTINUIDADES NAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO CONTEXTO MIGRATÓRIO

Durante as visitas realizadas nas saídas de campo, muitas surpresas e revelações acontecem. Diante de tantas histórias de vida sofridas, três delas tiveram um destaque especial, pois retrataram um problema comum entre as mulheres imigrantes: o abalo emocional que muitas vezes leva à depressão e a outras enfermidades.

O primeiro caso é sobre Alice, uma imigrante argentina que mora com sua mãe e a filha de sete anos no norte da Ilha há quase dez anos. Sua história começa num verão quando veio passar as férias com os seus pais nas praias de Florianópolis. Foi naquele verão que conheceu um brasileiro por quem se apaixonou. Retornou à sua casa quando acabou a temporada, mas por causa do novo amor optou em voltar para o Brasil e se casar, abandonando sua família e seu emprego. Alice trabalhava na Argentina como secretária executiva. Entretanto, ao optar pelo casamento e pelo Brasil, cedeu à pressão do marido e consentiu em não mais trabalhar. Segundo Alice, o marido era policial e muito violento. Teve

com ele uma filha que hoje está com sete anos. Há mais ou menos quatro anos atrás, seu casamento entrou em crise e Alice pediu a separação.

A partir desse momento seu stress emocional se agravou ainda mais. Fatos surgiram e por causa da separação o marido declarou que já tinha uma amante há alguns anos. Só então ela diz ter percebido o porquê de tanto ciúmes e brigas para que ela não saísse de casa ou arrumasse um emprego. No decorrer do processo, o marido se negou a pagar a pensão para a filha, o que dificultou sua sobrevivência. Sem falar muito bem o português, Alice procurou fazer vários cursos para se sustentar de alguma forma. Apesar de ter a formação de secretariado na Argentina, tentou se atualizar na área da hotelaria e tentar emprego no ramo, pois em sua área declarou que não tinha sucesso nas entrevistas, principalmente por causa da língua. Alice ressalta que vive amedrontada com as ameaças do ex-marido.

Agora esta imigrante conseguiu trazer a mãe para o Brasil pra ajudá-la a cuidar de sua filha para que ela possa trabalhar. Por conta da sua condição econômica precária e do seu desconhecimento da língua, além das poucas relações pessoais, o advogado que cuidava da separação do casal era o mesmo advogado do marido, dificultando sempre que podia os rumos do processo. Atualmente Alice reclama que o ex-marido a está ameaçando de ir morar com a outra mulher na casa onde ela reside. Alice afirma ter construído a casa com o dinheiro que trouxe consigo da Argentina, mas não tem como provar. Alice reclama muito do preconceito que enfrenta ao procurar emprego, pois afirma que normalmente a vaga disputada sempre é repassada a uma brasileira, mesmo que esta não tenha a mesma formação que ela. Por outro lado, destaca a grande diferença cultural entre o homem argentino e o brasileiro, afirmando que na Argentina se dá mais valor à família.

Alice conta agora com a ajuda da SPM que a está auxiliando com um advogado próprio para resolver seus problemas. Ela mantém um tratamento contínuo para depressão, tomando remédios controlados. Entretanto, mesmo com todos os problemas assinalados têm esperança de conseguir maior segurança para sua filha e mãe, assim como um emprego melhor no Brasil, já que não poderá voltar para a Argentina por causa de sua filha brasileira, a qual não poderá levar consigo. A realidade desta história de vida resulta numa mulher sofrida que não pode voltar ao seu país e, mesmo depois de dez anos no Brasil e com documentos regularizados não consegue ainda se comunicar claramente, enfrenta dificuldades em se relacionar com outras pessoas, convive com a depressão e a angústia de estar sempre “fora do

seu lugar”. Mas não pensa mais em retornar à Argentina, pois afirma que “sua vida agora é aqui, junto de sua filha”.

O segundo caso é de uma uruguaia chamada Bete, a qual veio com o marido e o filho para Florianópolis. O casal afirma que costumavam passar as férias de verão na ilha e se apaixonaram pelo lugar, por isso escolheram viver definitivamente aqui. Venderam tudo que tinham no Uruguai e trouxeram suas economias para tentar a vida em Florianópolis, com o sonho de continuar a cultivar cogumelos como faziam em sua terra. Morando há mais de dez anos em Florianópolis, conseguiram uma casa própria através das economias que trouxeram e se sustentam com o artesanato. Somente agora, com a ajuda da pastoral é que pretendem iniciar o cultivo de cogumelos.

Em sua trajetória muitos foram os conflitos e dilemas. Bete tem síndrome do pânico e quase não sai de casa. É uma mulher nova e bonita, muito magra porque fuma muito. Além disso, toma remédios controlados, do tipo faixa-preta. Faz artesanato em sua casa, um trabalho primoroso, mas é o marido que leva seus artigos para vender no centro da cidade, três vezes por semana na feira de artesanatos. Bete admite não saber o que fazer porque precisa parar de fumar, pois o filho de doze anos tem demonstrado interesse pelo cigarro. Além dos remédios controlados e o pânico, Bete passou por problemas de estômago e vesícula que terminaram numa cirurgia recente, o que a deixou mais de dois meses sem poder trabalhar, contando apenas com a ajuda dos vizinhos. Dessa forma ficou mais nervosa ainda e por conseqüência sua saúde mental piorou. Apesar de tudo, Bete é uma mulher dinâmica e se mostra esperançosa com o cultivo dos cogumelos e mais feliz ainda com a ajuda da pastoral que está em contato com a escola pública do seu bairro para que eles consigam uma vaga para o filho, até então negada.

O terceiro caso é de uma imigrante também uruguaia, chamada Carla e casada com um argentino. O casal migrou inicialmente para Foz do Iguaçu. Nesse período de adaptação Carla teve depressão profunda e engordou muito, passando dos 100 quilos. Possuía três filhas e quase não saía de casa, pois tinha muita vergonha, o que aumentava ainda mais a sua depressão. De alguma forma essa imigrante foi surpreendida com a sorte, porque ao optar em ficar em casa não viajava com o marido para rever os parentes em sua terra natal e desse modo permanecia ilegal no Brasil. O marido, por estar sempre em trânsito, mantinha seu status legalizado. Entretanto, numa dessas viagens, o Brasil decretou anistia para os imigrantes que estavam vivendo no país. Dessa forma Carla e as filhas puderam se legalizar

com o visto permanente, mas o marido não. O casal resolveu se mudar para Santa Catarina por causa da violência em foz do Iguaçu e como Carla gostava muito de Camboriú, onde já havia passado as férias, o casal optou em viver na capital por causa da educação das filhas. Ela ainda espera viver em Camboriú porque afirma que a cidade lá é mais alegre e tem mais opções de lazer. Carla se curou da depressão em Florianópolis, emagreceu e vive há quase vinte anos no Brasil. Hoje atua como agente da pastoral, auxiliando imigrantes em dificuldades.

As três imigrantes entrevistadas não apenas se sentiam deprimidas, mas em algum momento de suas vidas tomaram medicamentos controlados.

Existem muitos outros casos de imigrantes com problemas emocionais, alguns deles resolvidos no âmbito doméstico e outros não. Lia, imigrante uruguaia auxiliada por Carla entrou em depressão profunda quando o marido a abandonou com três filhos pequenos, desempregada e sem falar português. Ela teve de ser internada em hospital psiquiátrico, pois já havia tentado o suicídio três vezes.

Outro fato relevante e divulgado na mídia local foi o suicídio de um argentino que levou consigo a vida de seu irmão. Desesperado com a morte da mãe, única mantenedora do lar devido a sua pequena aposentadoria, com um irmão com problemas mentais, João que estava desempregado ateou fogo na casa durante o velório e morreu queimado com o irmão e sua mãe sepultada.

Os distúrbios emocionais desencadeados pela imigração merecem maiores estudos e apesar do caso de João, foram mais freqüentemente constatados nas mulheres visitadas. O que não significa que os homens não sofram com a trajetória migratória, mas nesse caso, em nenhum depoimento, entrevista ou contato durante o processo de coleta de dados houve declarações ou a percepção de problemas mentais ou disfunções emocionais masculinas.

A partir desses exemplos de vida temos que o fenômeno da migração, em certos casos, causa especialmente nas mulheres, grande estresse emocional em conseqüência à social, a qual, muitas vezes, tem acarretado sérias complicações que podem afetar a saúde física e mental dessas imigrantes, desestruturando suas vidas e suas famílias. Esta vulnerabilidade se aprofunda na imigrante por causa do cruzamento de vulnerabilidades e a condição de instabilidade emocional em que se encontra.

4.5 “DOCUMENTOS SIM, CIDADANIA NÃO”.

Diante das agruras enfrentadas pelos imigrantes, com base em suas histórias de vida e confrontando as mesmas com os dados de status migratório apresentados na tabela 4, pode-se observar que, frente a um percentual significativo de 50 % de imigrantes com visto permanente, o elevado percentual apresentado na figura 6 que trata das dificuldades encontradas pelos imigrantes em Florianópolis sugere que os problemas enfrentados pelos mesmos em sua trajetória e estabelecimento apontam para um problema central.

O enfrentamento cotidiano com esta questão atinge 56,8% dos imigrantes entrevistados, os quais declararam possuir problemas com documentos somados a 3,4% que direcionaram suas pendências com o governo brasileiro. Além disso, outras problemáticas foram apontadas como conseqüência de questões burocráticas, como: dificuldade com moradia, emprego, assistência médica e preconceito de modo geral.

Nesse caso, a fala de um imigrante pode ser usada para ilustrar sua situação: *“Documentos sim, cidadania não”... , pois* em muitos depoimentos os imigrantes documentados ressaltaram que mesmo com posse de documentos e vivendo há vários anos na cidade não se percebem e nem são percebidos como parte da mesma.

Para ilustrar tal problemática, segue abaixo alguns fragmentos de vida que retratam o dilema de cinco mulheres com nacionalidades distribuídas em: uma argentina (Graça), uma uruguaia (Sonia), duas chilenas (Angélica e Magali) e uma equatoriana (Lucia).

Com o intuito de facilitar o entendimento do leitor, os relatos de vida destas mulheres foram separados por temas. Inicialmente foram definidas as imagens que elas tinham do Brasil antes de migrar:

> Lucia vive há 30 anos no Brasil, afirma que quando conheceu o marido no Equador não acreditava que ele era brasileiro porque era branco. *“A imagen que se vía do Brasil era como una África, só de negros”*.

> Angelica, imigrante recente vinda do Chile (estudante da área ambiental), disse que a imagem do Brasil em seu país não é um país só de negros, mas de muita alegria, calor e carnaval. *“Lá se vê o Brasil como um país libre, com enorme libertad, principalmente amor libre...com las mujeres...”*

> A argentina Graça afirma que a imagem que os países delas tinham e alguns ainda têm do Brasil é de um país de muita promiscuidade. *"En Argentina las personas cuando pensan em Floripa se lembran de las plachas, cerbeja, carnaval.. pnsan que aqui só se tiene diversión, nada de trabajo...*

> Lucia disse: quando vim do Equador me disseram: '*tu cuida com que tu falas en Brasil, porque os brasileiros torcem o que tu fala. E es verdad.*

Ao perguntar-lhes como conheceram Florianópolis elas relataram que naquela época não se ouvia falar de outras cidades do Brasil, só do Rio de Janeiro. Não sabiam de nada daqui. Sonia afirma que conhecia Camboriu porque já era famosa no Uruguai, mas Magali disse que no Chile não. Graça ressalta que na Argentina a cidade de Florianópolis começou a ficar famosa depois de 1978, 1980.

Com relação à vida destas mulheres atualmente e o que mudou em sua concepção sobre o Brasil, os relatos forma bem parecidos.

Na maior parte deles essas imigrantes confirmaram um cotidiano de conflitos e enfrentamentos ao preconceito étnico, mas não relataram discriminação, muito pelo contrário. O que fica claro é a discriminação causada pelo preconceito, sutilmente inserido em vários setores da sociedade. Essas mulheres dizem que a grande onda de turistas argentinos, a qual invadiu a Ilha na década de oitenta e levou a cidade ao caos estrutural, serviu para manter viva em alguns nativos a imagem de "gringos" relacionada à imagem de um tempo de filas no trânsito e em supermercados, desrespeito aos costumes e tradições locais e muita confusão na cidade.

Uma particularidade que elas destacaram e partilharam da Ilha, mas não sabem dizer se é assim no resto do Brasil, é "*principalmente o manezinho, é que ele não te cumprimenta, não costuma cumprimentar estranhos. Se chega num grupo, só fala com a pessoa que conhece, nem cumprimenta os outros"* (Lucia, equatoriana). Nesse caso, elas compartilharam a mesma opinião de que muitas vezes passaram por isso e só depois de muito tempo começaram a entender que não eram cumprimentadas não por serem estrangeiras, mas por serem desconhecidas.

Por outro lado, essas mulheres afirmam que construíram uma vida boa no Brasil, fizeram muitas amizades com brasileiros e no contexto de relações pessoais não tiveram grandes problemas.

De acordo com Sonia, um problema para algumas imigrantes que chegam com seus maridos ainda é a ameaça da mulher brasileira, da novidade que ela representa por causa da diferença nos costumes, pois "*as veces los hombres queren una aventura, vivir algo diferente e nada más exótico que una brasileña*". Segundo seus relatos, uma das maiores diferenças está no modo de se vestir e se postar da mulher argentina, uruguaia ou chilena frente às brasileiras, por exemplo. Sonia ressalta que o costume na argentina é *"estar siempre pronta, arrumada e maquilada, mismo cuando limpán sus casas, estamos todas siempre de salto, cuando se levantam lla se aprontan para o dia e se decidirse salir, não precisán tornar a se arrumar"*(Sonia, uruguaia).

Magali também ressalta que não existe isso de chilena desarrumada, andam em casa sempre arrumadas e prontas para sair. Já Angelica que chegou recentemente do Chile, destaca que este costume também vem se modificando em sua terra e as mulheres não andam mais tão arrumadas, "*todavia não se vê ningúna a caminar em las calles de chinelas, como se vê a ca, de havaianas*"(Angelica, chilena).

Mas, se por um lado os costumes vão se acomodando com o tempo, algumas coisas são mais difíceis de entender e tampouco de se modificar. O tempero, o gosto musical, a manutenção de alguns costumes, como a comemoração de datas festivas e homenagem a santos padroeiros que mantém viva a identidade étnica destes imigrantes.

Apesar dos descompassos entre a diversidade, essas mulheres se apresentaram como guerreiras numa vida de lutas diárias de reconstrução e (re)significação identitária. Como exemplo de um episódio triste na vida de Lucia, esta conta que uma vez estava dirigindo e um policial a parou,

> Dei minha carteira e tudo,e ele disse: mas a senhora é estrangeira e estrangeiro aqui não pode dirigir! Mas porque moço? Eu respondi a ele, daí não agüentei e falei: moço, o senhor nunca leu o Estatuto? Então vá ler e depois fale" .
>
> (Lucia, equatoriana).

Lucia diz que passou por muitas situações assim, que a constrangeram muito. Ela era comerciante, possuía uma papelaria, e desabafou: "Mas sabe que eu fechei minha papelaria por causa disso, eu não estava agüentando mais!" (Lucia, equatoriana).

Assim, ao mesmo tempo em que os depoimentos falam com alegria da vida que elas levam hoje em Florianópolis, retratam momentos de angústia e desencanto que marcam suas vidas desde que optaram pela cidade como novo lar.

Essas cinco mulheres representam a imagem da mulher imigrante, cosmopolitas e viajadas, interessantes e interessadas, latino-americanas que se consideram como novas brasileiras. Histórias de vida que reforçam a idéia da riqueza na diversidade, do desenvolvimento humano que supera barreiras como nacionalidade ou etnia, são exemplos de dignidade, solidariedade e de como a cidadania universal é viável e promissora. Talvez esta se mostre como a principal e mais importante alternativa para o desenvolvimento humano no futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados e informações resultantes das várias visitas e contatos com alguns imigrantes latino-americanos em Florianópolis, percebe-se que o perfil deste grupo analisado retrata, de algum modo, um novo imigrante. Este contingente particularizado apresentou, em grande medida, vários padrões que remetem ao fluxo regional que se desloca entre os países do Cone Sul americano. Entretanto, as singularidades percebidas neste grupo, ligadas especificamente à ligação da imigração com o turismo, servem para diferenciá-las da migração contemporânea de modo geral.

Esse movimento para Florianópolis marca seu início no final dos anos de 1980, no auge de um fluxo turístico Argentina-Brasil que permeou toda a década. Mesmo com a queda destes visitantes na década seguinte (destacada pela mídia local e apontada pelos órgãos de turismo SETUR e SANTUR), o movimento de imigrantes se mantinha baseado agora não em oportunidades reais de trabalho, mas no imaginário construído por eles diante das viagens anteriores ou de relatos de seus conterrâneos. Assim, a consolidação do fluxo se deu por meio destas redes sociais, além de contar com as facilidades possibilitadas pelo avanço da informática, aliada ao maior acesso às informações e ao barateamento do transporte, características do novo milênio.

Os imigrantes entrevistados podem ser considerados como parte de um movimento recente dentro de um processo maior de imigração contemporânea. Isso porque os dados apontaram para uma geração mais madura, a qual declarou que não pretende voltar a viver em seu país.

Esses imigrantes não têm a pretensão de juntar dinheiro para comprar imóveis ou pagar dívidas que deixaram pra trás. Muitos declararam que mal conseguem sobreviver com o que ganham, mas que essas dificuldades não o incentivam a voltar, muito pelo contrário, pois como um deles destacou: “por mais dura que seja a vida aqui, é melhor do que em nossa terra, lá não tem emprego, não tem nada, é tudo muito triste”.

Essas pessoas escolheram recomeçar uma nova vida no Brasil, alguns passaram por outras cidades brasileiras próximas como Porto Alegre ou Curitiba e outras por São Paulo e Rio de Janeiro, cidades maiores e com mais chances de trabalho, entretanto, mesmo estes alinharam seus pensamentos com aqueles que escolheram Florianópolis como o primeiro destino ao saírem de seu país. Na maior parte das declarações, esses imigrantes demonstraram sua paixão por Florianópolis, suas praias e seu verde. Mesmo enfrentando dificuldades, de todos os entrevistados, apenas um deles declarou pensar em migrar para uma cidade maior em busca de mais oportunidade de trabalho.

De modo geral, esses imigrantes seguem o mesmo padrão dos imigrantes regionais, que chegam ao Brasil com a família e aceitam qualquer serviço, principalmente no início, para se estabilizarem e encontrar moradia. Outra característica comum é a dificuldade com relação aos documentos, a qual se estende a todos os imigrantes que não fazem parte dos desejáveis para a nação brasileira, segundo o Estatuto do estrangeiro.

Assim como outros imigrantes pelo Brasil, os imigrantes entrevistados receberam ajuda da Pastoral, ligada à Igreja católica, a qual promove o auxílio e acolhida destes imigrantes. Em Florianópolis, a principal solicitação dos imigrantes é em relação à regularização dos documentos.

Entretanto, a pesquisa apontou para outro grande problema enfrentado pelos imigrantes, o preconceito. Apesar de ser uma dificuldade comum entre os imigrantes que chegam ao Brasil, na capital catarinense esse preconceito se apresenta com outros contornos, o que interfere de modo diferenciado na vida destes novos imigrantes.

O catarinense tem uma maneira particular para tratar os turistas estrangeiros e/ou imigrantes, chamando-os de “gringos”. Essa forma de tratamento, muitas vezes usada pelo catarinense como um jeito comum de diferenciar estrangeiros de nacionais, também aparece em vários contextos como fator discriminante no cotidiano do imigrante.

Apesar de aparentemente minimizado ao se referir positivamente aos gringos como turistas, este tratamento é sutilmente empregado para discriminar e rechaçar os estrangeiros quando estes deixam de ser percebido como turistas e passam à categoria de novos moradores.

Outra questão é o fenótipo do imigrante contemporâneo catarinense, diferente do imigrante europeu que possuía pele clara, o imigrante do cone sul latino-americano se apresenta como uma mistura de raças, a qual envolve também a matriz européia, indígenas americanos e povos andinos, resultando assim numa população bem heterogênea, porém geralmente de pele mais clara. Quando o imigrante possui um fenótipo mais indígena detém o agravante de preconceitos cruzados, agregando a hostilidade dos nativos contra "os de fora" ao preconceito da pretensa "superioridade" dos brancos em relação aos índios, geralmente tratados com desdém. Entretanto, poucas foram as reclamações relativas a este tipo de preconceito.

A principal reclamação dos imigrantes se refere às situações em que foram ignorados, como se não existissem, principalmente no comércio ou ainda em repartições públicas aonde solicitavam informações e eram explicitamente despachados sem grandes atenções.

Mesmo diante de tais declarações, diferentemente de São Paulo, os moradores de Florianópolis não vêem seus imigrantes como potenciais problemas ou marginais[75].

Independentemente de sua nacionalidade ou etnia, os florianópolitanos geralmente se sentem incomodados com o acúmulo de pessoas na Ilha, sejam eles gaúchos, paulistas ou argentinos.

Esse diferencial na imagem do imigrante se dá diferentemente em Florianópolis porque o maior fluxo migratório ou o maior destaque da mídia se concentra nos fluxos nacionais, normalmente não classificados como pobres e sim como uma elite. Conforme o depoimento em um blog na rede virtual:

> Florianópolis é uma cidade em crescimento. Muito pouca gente sabe, mas a explosão desta pacata cidade, até então, se deu quando Gustavo Kuerten, o tenista nascido e criado aqui, começou a se destacar no cenário esportivo nacional. Muita reportagem feita com ele, muitas matérias sobre sua cidade natal e, pimba! A pequena Florianópolis, de povo calmo e hospitaleiro, passou a ser alvo de ricaços que vinham fugidos da violência e em busca de sossego (DANIEL BECHER, 2008).

[75] Ver SILVA (2001).

Tal depoimento retrata não apenas a opinião de um catarinense, mas de toda uma classe representada por vários outros depoimentos similares, tanto em mídia impressa, quanto virtual ou televisiva.

Assim, a categoria de pobres e invasores fica reservada aos migrantes catarinenses provenientes do oeste do Estado ou paranaenses resultantes do êxodo rural, assim como a alguns indígenas de reservas mais próximas à capital que adentram a cidade com seus artesanatos espalhados pelo calçadão da Felipe Schmidt. Nesse caso, contudo, não são vistos como imigrantes, já que os indígenas são considerados visitantes provisórios em busca da sobrevivência e vistos com certa benevolência, devido sua exclusão social.

Mesmo estes pobres e invasores não recebem destaque pela mídia, até porque, em nome da preservação da imagem da cidade, notícias sobre pobres na cidade não atraem turistas e assim são evitadas, a não ser em página policial, quando a criminalidade da capital é ligada “a gente de fora” (seguindo os padrões das grandes cidades que costumam fazer essa mesma relação), mesmo assim, essas notícias são dadas discretamente para evitar qualquer mancha na imagem da capital com melhor IDH do país.

Dentro desse processo de contínua transformação sócio-espacial da capital catarinense, em que a cidade conta com vários fluxos migratórios estaduais, regionais e nacionais, onde o imigrante não é visto como um marginal, mas como mais um morador “de fora”, a significativa e crescente imigração internacional de latino-americanos não é percebida pelos moradores, e, tampouco é destacada pela mídia local ou nacional como um problema. A invisibilidade do movimento é notória.

Os resultados da pesquisa apontaram para uma questão ainda não discutida e que merece maiores estudos: a relação entre o turismo e a imigração. Os dados coletados e as declarações durante todo o processo de pesquisa realçaram que muitos turistas que vieram na década de 1980 e 1990 para conhecer a Ilha depois retornaram para fixar moradia. Foi assim com os novos imigrantes de outros países e tem sido assim com paulistas, gaúchos e cariocas que visitam a Ilha todos os verões. No caso dos imigrantes internacionais, quando perguntados se já conheciam Florianópolis antes de migrarem, a maior parte conhecia como turista, alguns já tinham ouvido falar de suas belezas por um conterrâneo, mas de alguma forma, conheciam a Ilha por suas belezas naturais e se encantaram logo ao chegar a seu destino.

Assim, pode-se empreender que a imigração internacional contemporânea deve ser analisada de acordo com suas especificidades, respeitando o contexto no qual está inserida.

Além disso, mesmo no contexto brasileiro, ela toma proporções distintas, de acordo com as redes sociais e a dinâmica de cada localidade em que atua. Ou seja, enquanto um boliviano é discriminado em São Paulo, como pobre e traficante[76], em Florianópolis é visto inicialmente como um turista e por isso bem recebido, e apesar de posteriormente passar a ser reconhecido como novo morador, muitas vezes tratado como "gringo", não figura em nenhum momento, no consenso geral ou na mídia, como um marginal ou traficante e sim como um artista ou mais um na multidão de excluídos. Esses imigrantes, quando percebidos pela população local, são considerados seres em trânsito, que permanecem provisoriamente na cidade.

Os resultados deste estudo apontam para uma população crescente de novos moradores em Florianópolis, em particular imigrantes latino-americanos que por sua condição transitória, apresentam-se socialmente vulneráveis. Tal fenômeno se apresenta dentro do contexto contemporâneo das migrações internacionais, inserido numa área de integração regional (MERCOSUL) e ocorre numa capital brasileira que tem como base econômica o turismo.

Nesse caso, como destacado anteriormente, o processo migratório se apresenta de maneira diferenciada em Florianópolis. Os imigrantes, talvez por se tratar de um fluxo ainda recente no padrão migratório, não mantêm o vínculo das remessas de economias com seus países de origem, não formaram ainda organizações civis com representatividade, e por esse motivo, não possuem força política de reivindicação de direitos ou ainda, nem são reconhecidos ou se reconhecem como imigrantes.

A Igreja Católica é a única fonte institucional que auxilia esse grupo, procurando por meio da Pastoral dos Migrantes reunir, pelo menos uma vez por mês, o maior número de imigrantes das mais variadas nacionalidades possível na Missa do Imigrante. Assim, consegue através desta reunião, consolidar uma rede social que está atuando, com a formação de novos Agentes da Pastoral, na recepção de novos imigrantes e na solução de muitos problemas, principalmente os relacionados com a documentação.

---

[76] Ver Silva (2008).

Apesar de a documentação ter sido o maior problema apontado pelos imigrantes estudados, a obtenção dos mesmos não garante a cidadania plena, esta considerada como "o direito a ter direitos". Nesse caso, mesmo com a documentação em dia ou com o visto de permanência e/ou naturalização, o choque entre culturas, o medo do diferente, a deficiência da política migratória nacional e a inoperância da mesma devido a sua incompatibilidade com a Constituição Maior e os problemas acarretados por tal desconexão refletem na vida desses novos moradores de Florianópolis, deixando-os socialmente vulneráveis e mantendo-os, mesmo que econômica e politicamente dentro do sistema, excluídos da nova sociedade. No entanto, essa exclusão acontece por meio da invisibilidade e não da marginalização do grupo, o que diferencia o processo analisado do contexto migratório contemporâneo.

Outro destaque no diferencial do processo é que, nesse caso, a imigração do grupo analisado se inicia a partir do movimento turístico dos anos de 1980, continuado por meio do imaginário mantido pelas redes sociais.

Assim, pode-se inferir que os fluxos migratórios para Florianópolis têm sua gênese a partir dos fluxos turísticos. Com base nessa afirmação é possível entender também o porquê da migração anterior com maior concentração de gaúchos[77] e do atual destaque no fluxo de paulistas.

Este e outros estudos migratórios podem ser utilizados em conjunto para juntos contribuírem na busca de alternativas e soluções para alguns problemas relacionados com o fenômeno crescente da mobilidade humana, presente em todo o mundo, mas principalmente com aqueles relacionados à reconstrução da identidade, preservação dos direitos humanos e com a vulnerabilidade destas populações frente aos novos espaços reconstruídos por eles em territórios estrangeiros.

As informações e estudos resultantes desta pesquisa sobre os imigrantes contemporâneos em Florianópolis, espera também contribuir para subsidiar ações e políticas públicas que contemplem tal contingente que sofre invariavelmente pela ausência e emergência de tais políticas.

---

[77] Os gaúchos, desde a década de 1970, mantinham a capital catarinense como lugar de veraneio, enquanto os paulistas se destacaram com um número relevante de turistas apenas no final da década de 1990, devido à Política Nacional do Turismo e às campanhas sobre as belezas naturais da Ilha de Santa Catarina.

REFERÊNCIAS:

AMBROZIO, C; GEREMIA, M; & BONASSI, R. Hispano-americanos, os presentes ausentes. **Travessia – Revista do migrante**. São Paulo: Ed. CEM, 1991. Ano IV, n.11, set/dez 91. P.37-40.

ANTICO, C. Imigração Internacional no Brasil durante a Década de 80: Explorando alguns dados do Censo de 1991**.** In: **ANAIS do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP**. Caxambu: ABEP, 1998.

ANTICO, C. & BAENINGER, R. Questões decorrentes da emergência da migração internacional no Brasil. In: PATARRA, Neide Lopes (coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo: programa interinstitucional de avaliação e acompanhamento das migrações internacionais no Brasil**. 2 ed. São Paulo: FNUAP, 1995, Vol I., p. 259-268.

ASSIS, G. de O. & SASAKI, E. M. Os novos migrantes *do* o e *para* o Brasil: um balanço da produção bibliográfica. In: Castro, M. G. (Coord). **Migrações Internacionais: contribuições para políticas Brasil**, 2000. Brasília, CNPD, 2001. p. 615-669.

_____ **Teorias das migrações internacionais.** Caxambu: ABEP, 2000**.**

ASSIS, G. de O. **Estar aqui, estar lá...uma cartografia da vida entre o Brasil e os Estados Unidos.** Campinas: Núcleo de Estudos da População. UNICAMP, jun.2002. 170 p.

_____ **De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novos migrantes brasileiros.** Tese de doutorado em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, Campinas, 2004.

ASSIS, G. de O. & IHÁ, N. C. **A segunda geração de emigrantes brasileiros para os EUA.** Relatório Final PROBIC/ CNPq. Florianópolis: UDESC/FAED, 2004.

ASSIS, G. de O. & IHÁ, N. C. **A escolarização dos jovens migrantes brasileiros: problemas e perspectivas.** Relatório final PROBIC/ CNPq. Florianópolis: UDESC/FAED, 2006.

ÁVILA, F. de**. Entrada de trabalhadores estrangeiros no Brasil: evolução legislativa e políticas subjacentes nos séculos XIX e XX.** Dissertação em Direito Internacional. Florianópolis: UFSC, 2000.

BAENINGER, R. & LEONCY, C. Perfil dos estrangeiros no Brasil, segundo autorizações de trabalho (ministério do trabalho e emprego) e registro de entradas e saídas da polícia federal (ministério da justiça). IN: CASTRO, M. G. (org). **Migrações internacionais: contribuições para políticas**. Brasília, CNPD, 2001.p.187-242.

BAENINGER, R. VII SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA DA UDESC**. Cidades contemporâneas: movimentos migratórios e novas espacialidades.** Palestra de encerramento. Florianópolis: 2007.

BARRETO, L. P. T. F. Considerações sobre a imigração no Brasil contemporâneo. IN: CASTRO, M. G. (org). **Migrações internacionais: contribuições para políticas**. Brasília, CNPD, 2001.p.63-71.

BASSANEZI, M. S. B. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, N. L. (coord**.). Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo: programa inter-istitucional de avaliação e acompanhamento das migrações internacionais no Brasil.** 2 ed. São Paulo : FNUAP, 1995, Vol I., p. 1-38.

BAUMAN, Z. . **Globalização: as conseqüências humanas**; trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1999.

BERCOVICH, A. O censo 2000 no MERCOSUL: uma experiência transnacional. In: CASTRO, M. G. (Coord.). **Migrações Internacionais: contribuições para políticas**, Brasil 2000. Brasília, CNPD, 2001. P. 275-280.

BERQUÓ, E. Prefácio IN: CASTRO, M. G. (org). **Migrações internacionais: contribuições para políticas**. Brasília, CNPD, 2001.p.11-12.

BESSEN, J. A. Contribuição étnica alemã. In: MELO, O. F. de. (org). **História sócio-cultural de Florianópolis.** Florianópolis: Clube Doze de Agosto, IHGSC: Lunardelli, 1991. 216p.

BOABAID, J. F. A contribuição sírio-libanesa. In: MELO, O. F. de. (org). **História sócio-cultural de Florianópolis.** Florianópolis: Clube Doze de Agosto, IHGSC: Lunardelli, 1991. 216p

BOYD, M. **Family and Personal Networks in international migration: recent developments and new agendas**. International Migration Review. 23(3), 1989, p.639- 669.

BONASSI, M. **Canta, América sem fronteiras! Imigrantes latino-americanos no Brasil.** Edições Loyola, São Paulo: 2000.

BORJAS, G. **Heaven's door: immigration policy and the American economy**, Princeton, Princeton University, 1999.

BRITO, F. Os povos em movimento: As migrações internacionais no desnvolvimento do capitalismo. IN: PATARRA, N. L. (org). **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo, FNUAP, 1995. V.1; p.53-66.

CANCLINI, N. G. **A Globalização Imaginada.** São Paulo: Iluminuras Ltda., 2003. 223 p.

CARVALHO, J. A. M. de.**O saldo dos fluxos migratórios internacionais do Brasil na década de 80 – uma tentativa de estimação**. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 13, n. 1, jan./jun. 1996.

_____ et. Al. Estimativa dos saldos migratórios internacionais e do número de emigrantes internacionais das grandes regiões do Brasil- 1996/1991 e 1991/1996. IN: CASTRO, M. G. (org). **Migrações internacionais: contribuições para políticas**. Brasília, CNPD, 2001. p. 243-252.

CARVALHO, L. E. F. **Do balcão à mesa: imigrantes e descendentes de sírios e libaneses na construção de uma identidade na Grande Florianópolis (1910-1950).** Dissertação de mestrado, UFSC, 2002.

CASTRO, M. G. & OLIVEIRA, A. T. Estrangeiros, naturalizados e brasileiros natos no mercado de trabalho: explorando o censo e PNDAS (1980-1998) e algumas leituras da mídia. IN: CASTRO, M. G. (org). **Migrações internacionais: contribuições para políticas**. Brasília, CNPD, 2001.p.505-524

CASTRO, M. G. Migrações internacionais e políticas algumas experiências internacionais. IN: CASTRO, M. G. (org). **Migrações internacionais: contribuições para políticas**. Brasília, CNPD, 2001.p.15-32.

CAVARZERE, T. T. **Direito internacional da pessoa humana: a circulação internacional de pessoas.** 2 ed. Rio de Janeiro : Renovar, 2001.p.10.

COGO, D. **Mídia, interculturalidade e cidadania: sobre políticas midiáticas e visibilidade das migrações internacionais no cenário brasileiro**. In: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da comunicação. XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Belo Horizonte, MG: 2003.

CÚNEO, A. S . A contribuição italiana no desenvolvimento de Florianópolis. In: MELO, O. F. de. (org). **História sócio-cultural de Florianópolis.** Florianópolis: Clube Doze de Agosto, IHGSC: Lunardelli, 1991. 216p

DEPONTI, L**. Quanto pagano i clandestini.** Suelle strade dell'esodo. Ed. Italiana: Stuttgart, Missonari Secolari Scalabriniane, maggio: 1998. P.15-19.

DeBIAGGI, S. D. Famílias brasileiras em um novo contexto cultural. In: **Fronteiras Cruzadas**: **etnicidade, gênero e redes sociais**. MARTES, A.C.B. e FLEISCHER, S.R. (org.). São Paulo: Paz e Terra, 2003. p.175-198.

DIÉGUES JÚNIOR, Ml. **Imigração, urbanização e industrialização: estudo sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil**. Brasília : MEC, 1964.

DINECHIN. M. O. y Philippe de. **La directiva del retorno: un Guantánamo europeo.** Disponível em: niem_rj@yahoogrupos.com.br, 21/6/2008 14:53.

EMBRATUR/ MICT - **Política Nacional de Turismo 1996 - 1999**. Principais Diretrizes, Estratégias e Programas, 1996. EMBRATUR, MICT. Brasília

ESPINOLA, C. V. **O véu que (des)cobre: etnografia da comunidade árabe muçulmana em Florianópolis.** Tese de doutorado em Antropologia, UFSC. Florianópolis: 2005.

EXPEDIA. **Us Maps & Worlds with points of interest, nearby hotels e ratings**. Disponível em: http://www.expedia.com/Map

FANTIN, M. **Cidade dividida**. Florianópolis, Cidade Futura, 2000.

FAUSTO, B. et al. **Fazer a América.** São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1999.

FILIPPIN, J. R. **Reflexões sobre o estatuto do Estrangeiro**. Palestra 2006.

FOSSARI, T. D. Cultura pré-histórica da ilha de Santa Catarina. In: MELO, O. F. de. (org). **História sócio-cultural de Florianópolis.** Florianópolis: Clube Doze de Agosto, IHGSC: Lunardelli, 1991. 216p.

FREITAS, C. E. S. de. Precarização do trabalho e estrangeiros no Brasil em um contexto neoliberal. IN: CASTRO, M. G.(org). **Migrações internacionais: contribuições para políticas**., Brasília, CNPD, 2001.p.525- 544.

FRIEDMAN, S. S**.** O falar da fronteira, o hibridismo e a performatividade: teoria da cultura e identidade nos espaços intersticiais da diferença**.** In: **Revista Crítica de Ciências Sociais.** 61, Coimbra, 2001.

FUNDAÇÃO IBGE. Censo Demográfico de 1991. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default_censo1991.shtm

GALETTI, R. Migrantes estrangeiros no centro de São Paulo: coreanos e bolivianos. IN: PATARRA, N. L. (org). **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo, FNUAP, 1995, V.1; p.133-143.

GARCIA JÚNIOR, A. Á. **Imigração e atividade do estrangeiro no Brasil.** São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999. p. 66.

_____ **Direito internacional**: **questões atuais**. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

GLAZER, N. & MOYNIHAM, D. **Beyond the Melting Pot: the negrões, puerto ricans, jews, italians and irish of New York city.** 2ªed. Massachusetts, MIT Press: 1970. (p.288-315)

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8 ed. Rio de janeiro: Record, 2004.

HAESBAERT, R. E SILVEIRA, M. **Migração brasileira no MERCOSUL**. In: Travessia – Revista do Migrante. Ano XII, n.33. já. 1999.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&, 1998.

HOGAN, D. J. & MARANDOLA JR, E.. Para uma conceituação interdisciplinar da vulnerabilidade. In: **Novas Metrópoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Jose Marcos Pinto da CUNHA (org.). Campinas: Núcleo de Estudos da população – NEPO/UNICAMP, 2006

HOLLANDA**,** S. B. De. - **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, **[**1936] 1995.

HOPENHAYN, M. A. **A cidadania vulnerabilizada na América Latina**. Revista Brasileira de estudos da população. Belo Horizonte: ABEP, v.19,n.2.p.5-18. 2002.

HÜBENER, L. M. História Econômica e Financeira. In: MELO, O. F. de. (org). **História sócio-cultural de Florianópolis.** Florianópolis: Clube Doze de Agosto, IHGSC: Lunardelli, 1991. 216p

HUGO, G. Migrações internacionais não documentadas: uma tendência global crescente. **Travessia - Revista do Migrante**, Ed. CEM, São Paulo: 1998. Ano XI, n.30, jan/abr 98. P.5-12.

IANNI, O. Globalização e diversidade. In: In: PATARRA, N. L. (coord.) **Migrações internacionais: Herança XX Agenda XXI**. Campinas, SP: 2ª Ed. FNUAP, 1996. V.2; p.1-16.

IBGE. **Mapas interativos**. Disponível em: http://mapas.ibge.gov.br/brasil/viewer.htm

IHÁ, N. C. **Os caminhos da transnacionalidade: a migração internacional de Criciúma para Boston.** Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia. Florianópolis, UDESC/FAED, 2006.

JARDIM, D. F. Os imigrantes palestinos na América Latina. In: **Revista Estudos Avançados 57.** São Paulo: USP/IEA, v.1, n.1. 1987. Quadrimestral

KALY, A. P. Os estudantes africanos no Brasil e o preconceito racial. IN: CASTRO, M. G. (org). **Migrações internacionais: contribuições para políticas**. Brasília, CNPD, 2001.p.463-478.

KAZTMAN, R. (coor.) Activos e estructuras de oportunidades. **Estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social em el Uruguay.** Montevidéo: oficina del programa de las Naciones unidas para el Desarollo (PNUD) y oficina de la Cepal em Montevideo, LC/MVD/R, 1999. (n.180)

KLEIN, H. S. Migração internacional na história das Américas. IN: FAUSTO, B. (org). **Fazer a América**. São Paulo, EDUSP, 1999. P.13-31.

KOWARICK, L. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade do Brasil urbano. **Novos Estudos CEBRAP**, São paulo, n.63,p.9-30. 2002

KRATOCHWILL, H. Migraciones, circulaciones de personas y política migratória em el Mercosul. In: PATARRA, N. L. (coord.) **Migrações internacionais: Herança XX Agenda XXI**. Campinas, SP: 2ª Ed. FNUAP, 1996. V.2.

LAFER, C. **A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LEE, E. S. – Uma teoria sobre a migração, in: MOURA, H. (Org.) – **Migração interna: Textos selecionados**, Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

LESSER, J. Imigração e mutações conceituais da identidade nacional no Brasil durante a Era Vargas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo. n. 28,1994.

LEON, T. de. **Clandestinos: aventuras de um guia de imigrantes ilegais nas fronteiras americanas.** Rio de Janeiro: Domínio Público, 1996.

MARGOLIS, M. L. Na virada do milênio: a emigração para os Estados Unidos. In: MARTES, A. C. B. & FLEISCHER, S. (Org.). **Fronteiras Cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais.** São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 51-73.

MÁRMORA, L.. El desafio de las políticas migratórias: su gobernabilidad. In: PATARRA, N. L. (coord.) **Migrações internacionais: Herança XX Agenda XXI**. 2ª Ed. Campinas, SP: Ed. FNUAP, 1996. V.2. p. 167-184.

MARTES, A. C. B. e FLEISCHER, S. **Fronteiras Cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais**. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 199-230.

MASSEY, D. **Social structure, households strategies, and the cumulative causation of migration.** Population Index. 56 (1), 1990, p.3-26.

MARTINS, J. de S**. "**O problema das migrações no limiar do terceiro milênio".in: Serviço Pastoral dos Migrantes et.al. (org.) **O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio*:* desafios pastorais.** Petrópolis: Vozes, 1998. P. 19-34.

MATOS, R & GARCIA, R. A. **Migração, situações de pobreza e condição domiciliar na rede de localidades centrais de um Brasil tripartite**. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambú: ABEP, 2008.

MAX, S. **Geografia**. (Org). MEGALE, J. F. São Paulo: Ática, 1984. Coleção Grandes Cientistas Sociais, n.46. Cap.4; p.124-139

MENEZES, L. M. de. Movimentos e políticas migratórias em perspectiva; um balanço do século XX. IN: CASTRO, M. G. (org). **Migrações internacionais: contribuições para políticas**. Brasília, CNPD, 2003.p.123-136

MILESI, R. & MORONI, J. A. Refugiados no Brasil. In: Serviço Pastoral dos Migrantes et.al. (org.) **O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio*:* desafios pastorais.** Petrópolis: Vozes, 1998.p. 93-112.

MULLER, M J. **Simpósio sobre Imigração e Cultura Alemãs da Grande Florianópolis.** Anais/ org. Florianópolis: Instituto Carl Hoepcke, 2005.

OLIVEIRA, M. M. de. **A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia**. In: Revista Estudos Avançados 57. Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, v.1, n.1. São Paulo: IEA, 1987. Quadrimestral.

PALAU, T. "Brasiguaios". IN: CASTRO, M. G.(org). **Migrações internacionais: contribuições para políticas**. Brasília: CNPD, 2001.p.345-360.

PATARRA, N. L. & BAENINGER, R. Migrações internacionais recentes: O caso do Brasil. IN: PATARRA, Neide Lopes (org). **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995, p. 78-89.

PATARRA, N. L. (coord.) **Emigração e imigração no Brasil contemporâneo**. Campinas, SP: 2ª Ed. FNUAP, 1996. V.1

_____ **Migrações internacionais: Herança XX Agenda XXI**. Campinas, SP: 2ª Ed. FNUAP, 1996. V.2

PATARRA, N. L. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. In: **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Revista da Fundação SEADE, jul/set.2005.

PAULI, E. (1972) **Discurso Catarinense.** Apresentado no VIII Congresso Interamericano de Filosofia, reunido em Brasília,em 29 de novembro de 1972, e impresso nos respectivos Anais, reimpressa em 1973, pela Fundação Casa Dr. Blumenau.

PEDRO, V. T. **Identidades traduzidas no mundo globalizado: os estudantes "africanos em Florianópolis"**. Dissertação de mestrado, UFSC, Florianópolis, 2000.

PEIXOTO, J. A. Imigrações internacionais e globalização: mobilidade, mercado de trabalho e relações sociais.IN: SEHERER-WARREN & FERREIRA, J. M. (org), **Transformações sociais e dilemas da globalização: um diálogo Brasil/Portual**. São Paulo: Cortez, 2002. p.47-68.

____ As migrações e a organização do espaço: novas dinâmicas territoriais e fluxos de trabalho nos contextos nacional e internacional, IN: **As migrações dos quadros altamente qualificados em Portugal- fluxos migratórios inter-regionais e internacionais e mobilidade intra-organizacional**. Tese de doutorado: Universidade Técnica de Lisboa, 1998.

PELEGRINI**,** A. F. **Ecologia e Cultura do Turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1993.

PELLEGRINO, A. As migrações no Cone Sul, com ênfase no caso do Uruguai. In: PATARRA, N. L. (coord.) **Emigração e imigração no Brasil contemporâneo**. 2ª Ed Campinas, SP:. FNUAP, 1996. V.1. p. 188-193.

PERALVA, A. **Globalização, migrações transnacionais e identidades nacionais. In:** Coesão Social na América Latina: Bases para uma Nova Agenda Democrática. São Paulo, Brasil, e Santiago de Chile: iFHC/CIEPLAN, 2008.

PEREIRA, A.M. et. al. **Manual para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos da UDESC: Teses, Dissertações, Monografias e TCCs.** Florianópolis: UDESC, 2006. Disponível em**:** http://www.bu.udesc.br/download/manual_versao_maio_2006.pdf

PEREIRA, R. M. F. do A. **Formação sócio-espacial do litoral de Santa Catarina: gênese e transformações recentes**. Florianópolis: Geosul, volume 18 nº 35, página 99-129. Janeiro \ junho 2003.

_____ A geografia e as bases da formação nacional brasileira. ***Alcance,*** Itajaí, n.3, p.30-37, jul./dez. 1998.

_____ UFSC – XXIV SEMAGEO. PEREIRA. **A Dinâmica da Formação Sócio-Espacial do Litoral Catarinense: O Turismo E As Transformações Recentes.** Florianópolis: UFSC, 2003. Disponível em: http://www.cfh.ufsc.br/~gcn/semageo%2024/resumo25.htm

PÉREZ VICHICH, N. Migraciones e libre circulacion en El MERCOSUR: de políticas nacionales a políticas regionales. In: **Travessia – Revista do Migrante: Políticas Públicas**. N.50. São Paulo: CEM, 2004. p.05-09

PIAZZA, W. Povoamento açoriano. In: MELO, O. F. de. (org). **História sócio-cultural de Florianópolis.** Florianópolis: Clube Doze de Agosto, IHGSC: Lunardelli, 1991. 216p.

PÍTSICA, S. A. Contribuição Grega. In: MELO, O. F. de. (org). **História sócio-cultural de Florianópolis.** Florianópolis: Clube Doze de Agosto, IHGSC: Lunardelli, 1991. 216p.

PIORE, M. **Birds os passage: migrant labor and industrial societies**. Nova York, Cambridge Press, 1979.

PORTES, A. Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo imigrante. In: **Revista Critica de Ciências Culturais.** N.69, out/2004. p.73-93.

POUTIGNAT, P. & STREIFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade.** São Paulo, Ed. UNESP, 1998.

RANGEL, I. A história da dualidade brasileira. ***Revista de Economia Política***, São Paulo, v.1, n.4, p.05-33, out./dez. 1981

RAVENSTEIN, E. G. – As leis da migração, in: MOURA, H. (Org.) – **Migração interna: Textos selecionados**, Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

RIBEIRO, G. L. **Cultura e política no mundo contemporâneo** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

_____ **O que faz o Brasil, Brazil: jogos identitários em São Francisco**. IN: REIS, R. & SALES, T. (org). **Cenas do Brasil Migrante**. São Paulo: Jinkings, 1999. p.45-86.

RICHARDSON, R. J. (et.al). **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RODRÍGUEZ, J. **Vulnerabilidad demográfica: una faceta de las desvantajas sociales.** Santiago del Chile: CEPAL, 2000. 79 p. (Serie Población Y Desarollo, n.5)

SALES, T. O Trabalhador Brasileiro no contexto das novas migrações internacionais. IN: PATARRA, N. L. (org). **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil contemporâneo.** São Paulo: FNUAP, 1995, p.90-103**.**

_____ Segunda geração de emigrantes brasileiros nos EUA. In: **Migrações internacionais: contribuições para políticas;** CASTRO, Mary Garcia (coord); Brasília: CNPD,2001. 672 p. (p. 361-374).

SALOMON, M. **O Saber do Espaço: ensaio sobre a geografização do espaço em Santa Catarina no Século XIX.** Tese em História Cultural, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC. Florianópolis: UFSC, 2002.

SANT'ANA, M. R. de. Livre circulação de trabalhadores no MERCOSUL? IN: CASTRO, M. G. (org). **Migrações internacionais: contribuições para políticas**. Brasília: CNPD, 2001.p.73-93

SANTOS, S. C. **Nova história de Santa Catarina**. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1995.

SANTOS, C. A. dos. et al. *"Persone non gratae?"* – a imigração indocumentada no estado do amazonas. IN: CASTRO, M. G. (org). **Migrações internacionais: contribuições para políticas**. Brasília: CNPD, 2001. P.479-488.

SANTOS, M. **Por Uma Geografia Nova**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978**.**

_____ SANTOS, M. **Sociedade e espaço: a formacão social como teoria e como método**. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo: AGB, 1977, p.09-21.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. Do meio natural ao meio técnico-cientifico-informacional. In: ***O Brasil: território e sociedade no inicio do século XXI***. Rio de Janeiro: Record, 2001. p.23-53.

SALA, G. A. & CARVALHO, J. A. M. de. **A presença de imigrantes de países do Cone Sul no Brasil: medidas e reflexões**. IV Encontro Nacional sobre Migrações da ABEP. Rio de Janeiro: ABEP: 2005.

SANTILLO, M. O impacto das migrações limítrofes no mercado de trabalho da Argentina e suas conseqüências no MERCOSUL. In: Serviço Pastoral dos Migrantes et.al. (org.) **O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio*:* desafios pastorais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.p.191- 202.

SAYAD, A **. "**O que é um imigrante? O "pecado" da ausência ou os efeitos da emigração" in: **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo, USP: 1998.

SCHMEIL, L. "***Alquila-se una isla*"**: **turistas argentinos em Florianópolis**. Dissertação apresentada em Antropologia Social da UFSC. Florianópolis: UFSC, 1994.

SCHMITT, V. G. H. **Diagnóstico da atividade turística no bairro de Santo Antônio de Lisboa. TCC – UFSC, 2002.** Disponível em: http://br.monografias.com/trabalhos/atividade-turistica/atividade-turistica.shtml

SEYFERTH, G. A colonização Alemã no Brasil: etnicidade e conflito. IN: BORIS, F. (Org) **Fazer a América**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

_____ Identidade nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão imigratória no Brasil: IN: ZARUR, G. de C. L. **Região e Nação na América Latina**. Brasília: UNB, 2000.

_____ Imigração e nacionalismo: o discurso da exclusão e a política imgiratória no Brasil. IN: CASTRO, M. G.(org). **Migrações internacionais: contribuições para políticas**. Brasília: CNPD, 2001.p.137-150.

_____ Os estudos da imigração no Brasil: notas sobre uma produção multidisciplinar. In: SEYFERTH [et al.]. Mundos em Movimento: Ensaios sobre Migrações. Santa Maria: Ed. UFSM, 2007. 432 p.

SILVA, F. J. da. **Arquivo gráfico municipal de Santa Catarina: consolidação das divisas intermunicipais**. Monografia. Florianópolis: 2003. 93 p.

SILVA, S. A. da. Hispano-americanos no Brasil: entre a cidadania sonhada e a concedida. IN: CASTRO, M. G. (org). **Migrações internacionais: contribuições para políticas**. Brasília, CNPD, 2001. P.489-501.

_____ Imigrantes bolivianos que trabalham nas pequenas confecções de São Paulo: aspectos do seu processo de reprodução social. In: Serviço Pastoral dos Migrantes et.al. (org.) **O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio*:* desafios pastorais**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 175-190.

_____ **Faces da Latinidade Hispano-Americana em São Paulo**. Textos NEPO, 55. Campinas: Núcleo de Estudos de População/Unicamp: NEPO Publicações, 2008. 73 p.

SILVEIRA, M. A T. da. **Turismo, Integração Do Território E Globalização: Considerações Sobre O Mercosul.** Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB Curitiba.Revista Paranaense de Geografia Número 02 # ISNN - 1413 - 6155 # 1997.2ª Edição -

julho/99. Disponível em: http://paginas.terra.com.br/arte/culturainformacao/turismomercosul.html

SINCRE/MJ - **Sistema Nacional de Cadastramento e Registro de Estrangeiros**, Disponível em: http://www.mj.gov.br/

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna: Textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

SIQUEIRA, S. **Migrantes e empreendedorismo na microrregião de Governador Valadares: sonhos e frustrações no retorno.** Tese de doutorado em Sociologia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte: 2006.

SOUZA, A. A. **Mãos de Magia na Malhas do Poder**. In: VII Encontro Estadual de História, 1998, Florianópolis. VII Encontro Estadual de História. Florianopolis : UFSC, 1998.

SPM – Serviço Pastoral do Migrante. **Travessias na De$ordem Mundial**. I Fórum Social Mundial das Migrações. São Paulo: Edições Paulinas, 2005.

SPRANDEL, M. Migrações internacionais e a sociedade civil brasileira. IN: CASTRO, M. G. (org). **Migrações internacionais: contribuições para políticas**. Brasília: CNPD, 2001.p.547-562.

_____Estrangeiros no Brasil: realidades e desafios**.** In**: Universitas Relações internacionais.** Brasilia: UNICEUB, 2005. v.3 n.2. Disponível em: http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/relacoesinternacionais/index

TILLY, C**. Transplanted Networks.** In: YANS-Mc LAUGHLIN (ed.), Virginia, Immigration Reconsidered, NY: Oxford, Oxford University Press, 1990, pg.79-95.

THOMPSON, P. **1935 – A voz do passado: história oral.** Trad. OLIVEIRA, L. L. de. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

UFSC – XXIV SEMAGEO. Programa Especial de Treinamento PET/GEOGRAFIA. **As Transformações Espaciais da Grande Florianópolis: o Caso do Município de São José.** Florianópolis: UFSC, 2003. Disponível em: http://www.cfh.ufsc.br/~gcn/semageo%2024/resumo25.htm

VAINER, C. B. Deslocados, reassentados, clandestinos, exilados, refugiados, indocumentados as novas categorias de uma sociologia dos deslocamentos compulsórios e das restrições migratórias. IN: CASTRO, M. G. (org). **Migrações internacionais: contribuições para políticas**. Brasília: CNPD, 2001.p.177-184.

_____ VAINER, C. B. Estado e imigração internacional: da imigração à emigração. IN PATARRA, N. L. (org). **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995, p. 39-52.

VALENTEI, D. (Comp.). **Teoria da População.** Moscovo, Urss: Edições Progresso, 1987. 320 p.

VIDA, S. S. Africanos no Brasil: uma ameaça ao paraíso racial. IN: CASTRO, M. G. (org). **Migrações internacionais: contribuições para políticas**. Brasília: CNPD, 2001.p.449-462

ZAMBERLAM, J. **O processo migratório no Brasil e os desafios da mobilidade humana na globalização**. Porto Alegre: Palloti, 2004.

ZAMBERLAM, J. & CORSO, G. (org). **Emigrantes brasileiros no Paraguai: presença Scalabriniana**. Porto Alegre: Solidus, 2007. 104p.

ANEXO

ANEXO 1 - Questionário Aplicado aos imigrantes.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo